



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS V

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NERTAN ALVES GONÇALVES

**NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA E DEPENDÊNCIA: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA
ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2021**

JOÃO PESSOA

2023

NERTAN ALVES GONÇALVES

**NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA E DEPENDÊNCIA: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA
ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite.

Coorientador: Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida.

**JOÃO PESSOA
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G635n Gonçalves, Nertan Alves.

Nova divisão internacional do trabalho, reestruturação produtiva e dependência [manuscrito] : uma análise da economia brasileira entre os anos de 2001 E 2021 / Nertan Alves Gonçalves. - 2023.

116 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

"Coorientação: Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida , UFPB - Universidade Federal da Paraíba"

1. Nova divisão internacional do trabalho. 2. Investimentos externos. 3. Dependência econômica. I. Título

21. ed. CDD 331

NERTAN ALVES GONÇALVES

**NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA E DEPENDÊNCIA: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA
ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional.

Aprovada em: 30/03/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida (Coorientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dr. Nelson Rosas Ribeiro
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dr. Bernardo Salgado Rodrigues
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a minha família pelo afeto, cuidado e amor traduzidos na forma de dedicação e esforço contínuos para minha formação.

Ao Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida por sua orientação atenciosa e afetuosa sem a qual este trabalho não teria sido possível.

Ao Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite por aceitar o meu pedido de orientação e pelas contribuições dadas à pesquisa.

À Maria Lúcia Travassos pelo trabalho psicoterápico que tanto me ajudou a não desistir da realização desta pesquisa.

Agradeço a todos os meus amigos, pelo aprendizado e por estarem junto a mim fazendo da minha jornada um caminho mais leve e divertido.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio financeiro durante o período do mestrado.

A toda a comunidade acadêmica da Universidade Estadual da Paraíba – professores, funcionários e alunos.

RESUMO

O estudo em tela buscou verificar como a integração do Brasil ao capitalismo em sua forma contemporânea (neoliberal) alterou a dependência econômica brasileira quanto recebimento de investimentos produtivos estrangeiros bem como as consequências disso para a remessa de excedentes enviada ao exterior, entre os anos de 2001 e 2021. Isto posto, tomando a teoria econômica marxiana como base analítica, formulou-se a hipótese de que, na atual fase do capitalismo, houve um aprofundamento da dependência da economia brasileira quanto às condições de acumulação: dependência comercial, tecnológica e financeira, o que resultou em maior transferência do excedente aqui produzido para o exterior. Para verificar tal hipótese, realizou-se, inicialmente, uma apresentação das categorias teórico-analíticas necessárias a apreensão da dinâmica de reprodução do modo de produção capitalista. Em seguida, engendrou-se uma reconstrução lógico-histórica das transformações sofridas pelo modo de produção capitalista após a Crise Estrutural de 1970. Posteriormente, analisou-se como as modificações ocorridas no capitalismo mundial após a Crise Estrutural de 1970 se particularizaram no Brasil. Por fim, realizou-se uma análise sobre a Balança Comercial do Brasil, sobre a Balança de Rendas e Serviços e sobre o ingresso de Investimentos Externos Diretos e seus rendimentos. Ao final da pesquisa, observou-se que na atual fase do capitalismo houve um aprofundamento da dependência da economia brasileira quanto às condições de acumulação: dependência comercial e tecnológica, o que resultou em maior transferência do excedente aqui produzido para o exterior.

Palavras-Chave: Nova Divisão Internacional do Trabalho. Investimentos Externos. Dependência Econômica.

ABSTRACT

The present study sought to verify how the integration of Brazil to capitalism in its contemporary (neoliberal) form altered the Brazilian economic dependence on foreign productive investments, as well as the consequences of this for the remittance of surpluses sent abroad, between the years 2001 and 2021. That said, taking Marxian economic theory as an analytical basis, the hypothesis was formulated that, in the current phase of capitalism, there was a deepening of the dependence of the Brazilian economy on the conditions of accumulation: commercial, technological and financial dependence, the which resulted in a greater transfer of the surplus produced here abroad. To verify this hypothesis, initially, a presentation of the theoretical-analytical categories necessary to apprehend the dynamics of reproduction of the capitalist mode of production was carried out. Then, a logical-historical reconstruction of the transformations suffered by the capitalist mode of production after the Structural Crisis of 1970 was engaged. Subsequently, it was analyzed how the changes that occurred in world capitalism after the Structural Crisis of 1970 were particularized in Brazil. Finally, an analysis was carried out on the Trade Balance of Brazil, on the Balance of Income and Services and on the entry of Foreign Direct Investments and their income. At the end of the research, it was observed that in the current phase of capitalism there was a deepening of the dependence of the Brazilian economy on the conditions of accumulation: commercial and technological dependence, which resulted in a greater transfer of the surplus produced here abroad.

Keywords: New International Division of Labor. Foreign Investments. Economic Dependency.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Distribuição (%) das exportações segundo a atividade econômica e valor total das exportações (US\$ Bilhões de 2021): 2001-2021	74
Tabela 2 –	Distribuição (%) das exportações segundo as grandes categorias econômicas e valor total das exportações (US\$ Bilhões de 2021): 2001-2021.....	75
Tabela 3 –	Distribuição (%) das importações segundo a atividade econômica e valor total das importações (US\$ Bilhões de 2021): 2001-2021.....	78
Tabela 4 –	Distribuição (%) das importações segundo as grandes categorias econômicas e valor total das importações (US\$ Bilhões de 2021): 2001-2021	79
Tabela 5 –	Ingressos de investimentos diretos no país – participação no capital (US\$ milhões de 2021) e distribuição (%) por setor (CNAE 1): 2001-2005	87
Tabela 6 –	Ingressos de investimentos diretos no país – participação no capital (US\$ milhões de 2021) e distribuição (%) por setor (CNAE 2): 2006-2021	89
Tabela 7 –	Ingressos de investimentos diretos no país – empréstimos intercompanhia (US\$ milhões de 2021) e distribuição (%) por setor (CNAE 2): 2006-2021	93
Tabela 8 –	Renda de investimento externo direto – lucros e dividendos remetidos (US\$ milhões de 2021) e distribuição (%) por setor (CNAE 1): 2001-2005	98
Tabela 9 –	Renda do investimento externo direto – lucros e dividendos remetidos (US\$ milhões de 2021) e distribuição (%) por setor (CNAE 2): 2006-2021	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Serviços de Frete (US\$ milhões de 2021): 2000-2020.....	82
Figura 2 –	Serviços de Propriedade Intelectual (US\$ milhões de 2021): 2000-2020...	83
Figura 3 –	Serviços de Telecomunicação, Computação e Informações (US\$ milhões de 2021): 2000-2020	84
Figura 4 –	Serviços de Aluguel de Equipamentos (US\$ milhões de 2021): 2000-2020	85
Figura 5 –	Distribuição (%) dos ingressos de investimentos diretos no Brasil por país – participação no capital: 2001-2021	87
Figura 6 –	Distribuição (%) dos ingressos de investimentos diretos no Brasil por país – empréstimo intercompanhia: 2001-2021	92
Figura 7 –	Distribuição (%) por país da renda do investimento externo direto – lucros e dividendos remetidos ao exterior pelo Brasil: 2001-2021	97

LISTA DE ABREVIATURAS

CGV	Cadeias Globais e Valor
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
BIRD	Banco Mundial para a Reconstrução e o Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDC	Padrão de Desenvolvimento Capitalista
MSI	Modelo de Substituição de Importações
FAF	Fundo de Aplicações Financeiras
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
ISIC	International Standard Industrial Classification
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A CATEGORIA PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL	17
2.1 A reprodução do capital em geral	17
2.2 A reprodução do capital na economia dependente	21
3. A CRISE DOS ANOS 1970 E A ASCENÇÃO DO NEOLIBERALISMO: DO FORDISMO-KEYNESIANO ÀS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR	28
3.1 O capitalismo em sua forma fordista-keynesiana de acumulação.....	29
3.2 A Crise Estrutural de 1970 e o fim do capitalismo fordista-keynesiano.....	33
3.3 O Capitalismo Contemporâneo: Neoliberalismo, reestruturação produtiva, globalização financeira.....	36
3.3.1 <i>O neoliberalismo</i>	38
3.3.2 <i>A reestruturação produtiva</i>	41
3.3.3 <i>A globalização financeira</i>	44
3.4 A Nova divisão internacional do trabalho.....	46
3.4.1 <i>As Cadeias Globais de Valor</i>	49
4. A CATEGORIA PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E O CASO BRASILEIRO	53
4.1 A categoria padrão de desenvolvimento capitalista	53
4.2 O capitalismo contemporâneo em sua especificidade brasileira: o Padrão Liberal Periférico.....	57
4.3 As consequências para a estrutura produtiva brasileira.....	67
4.3.1 <i>Parcela do Emprego Industrial em Proporção ao Emprego Total</i>	67
4.3.2 <i>Emprego Industrial e Valor Industrial Adicionado ao PIB</i>	70
4.3.3 <i>A desindustrialização como consequência da Nova Divisão Internacional do Trabalho</i>	73
5. INDICADORES E TENDÊNCIAS RECENTES DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA	77
5.1 A Balança Comercial	77
5.2 Algumas contas da Balança de Serviços e Rendas.....	85
5.3 O Investimentos Externos Diretos (IED)	90
5.4 A Renda dos Investimentos Externos Diretos (IED).....	101
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	112

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico, bem como os mecanismos mais eficazes para sua concretização, são questões bastante abordadas pela disciplina de Economia Política Internacional. Dentre as chamadas “teorias burguesas”, aquelas que buscam transformar a sociedade sob as leis que regem o sistema capitalista, o desenvolvimento econômico é compreendido como “*o processo histórico de acumulação de capital incorporando conhecimento técnico que aumenta o padrão de vida da população*” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 53). Diferentemente do crescimento econômico, o desenvolvimento, para acontecer, envolve não apenas a geração de excedente, mas também uma mudança estrutural no aparato produtivo de uma sociedade, bem como maior acesso da população a bens e serviços, privados e públicos.

Seja pela sua capacidade de se encadear a outros setores ou ainda por provocar a expansão de atividades conexas à sua produção - através da demanda por bens e serviços - a manufatura é o principal meio de invenção, inovação e progresso técnico (MORCEIRO, 2012). Por esse motivo, o setor industrial, em especial a indústria de transformação, é uma atividade econômica indispensável para a concretização do desenvolvimento dos países.

É por essa importância que muitos estudiosos têm se preocupado em analisar a indústria do Brasil, pois, a partir da década de 1980, o setor apresentou baixo crescimento e diminuiu sua participação no emprego e no valor adicionado totais. Além disso, observou-se o aumento da parcela de commodities exportadas e a diminuição das exportações de manufaturados de maior valor agregado (SILVA, 2012). Esses elementos fizeram surgir, no Brasil, um debate a respeito da possibilidade de a economia brasileira estar passando por dois processos conexas, resultado da nossa adaptação às transformações pelas quais passou o capitalismo mundial após a 2ª Guerra Mundial: a desindustrialização e a reprimarização da pauta exportadora.

Este debate é amplo e tem ganhado destaque no âmbito acadêmico desde meados da década de 1980. Uma das correntes de pensamento dessa discussão, identificada com o campo teórico marxiano, avalia que a reestruturação produtiva e a inserção nas chamadas cadeias produtivas globais (CGV) são frutos das transformações estruturais sofridas pelo modo de produção capitalista a partir de meados do século passado e que culminaram e se tornaram o cerne da Crise Estrutural de Lucratividade da década de 1970 (ALMEIDA, 2018). Para tais autores, o modo de produção capitalista assume formas concretas de acumulação que, em seu próprio movimento de valorização do capital, apresentam contradições que produzem limites ao seu desenvolvimento e, assim, o fazem entrar em crise. Essas crises podem ter um duplo

caráter. Por um lado, há as crises conjunturais, aquelas que correspondem a uma das fases do ciclo econômico e se manifestam periodicamente como crises de superprodução de capitais sob todas as formas (RIBEIRO, 2008). Por outro, há as crises de caráter estrutural, aquelas que fazem com que o capitalismo modifique sua forma concreta de acumulação, fato que é observado através das modificações no “padrão” de organização das relações econômicas, sociais e institucionais. Isso acontece com um intuito: sob nova forma concreta, garantir o funcionamento das leis gerais do sistema capitalista, preservar sua essência e garantir o desenvolvimento do seu conteúdo. Em outras palavras, as crises estruturais são necessárias para o capitalismo se reinventar e se reproduzir como sistema, não apenas em âmbito nacional, mas, sobretudo, com um sistema que necessariamente funciona em âmbito internacional. Essas transformações resultam e permitem caracterizar estágios no desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capital (CHENAIS, 2002).

Com base nesse pressuposto, afirma-se que, a partir da década de 1980, iniciou-se o que denominaremos de capitalismo neoliberal ou capitalismo financeiro: um estágio do desenvolvimento capitalista resultante das transformações que o capitalismo sofreu ao longo do século XX e que culminou numa crise estrutural nos anos 1970. Esse estágio é marcado por um salto qualitativo na mundialização de capitais, pois é apoiado, de um lado, na emergência de um consenso econômico internacional de ordem globalizante, que sugere equacionar os conflitos distributivos por meio da intensificação das interdependências, e, de outro, na cooperação econômica mediante a integração de mercados, abertura econômica, livre circulação de capitais e diminuição do papel do Estado na economia (SANTOS, 2002). Dentre outras, essas medidas resultaram em modificações na configuração da divisão internacional do trabalho – o que alterou a forma de integração das economias nacionais ao mercado internacional – e em um conjunto de novas diretrizes econômicas, representadas pelo que ficou conhecido como Consenso de Washington¹. Destarte, o capitalismo contemporâneo exigiu ações para fortalecer a hegemonia do livre mercado como principal elemento de gestão econômica.

No conteúdo das modificações verificadas no âmbito da divisão internacional do trabalho (representação da valorização do capital industrial em escala mundial) estão as transformações nas condições de acumulação da esfera produtiva em geral. Estas, possibilitadas

¹ Conferência que reuniu economistas e funcionários de governos da América Latina, dos Estados Unidos da América e de instituições internacionais cujo objetivo foi analisar e sintetizar as reformas neoliberais em andamento em toda a América Latina. O resultado dessa conferência foi a sistematização de um “modelo padrão” de estabilização monetária e ajustamento das economias periféricas, a ser aplicado em mais de sessenta países ao redor do mundo (FIORI, 1997, p. 12 *apud* FILGUEIRAS, 2000, p. 94).

pelo desenvolvimento das forças produtivas já existentes (em especial os transportes) e pela emergência de novas tecnologias (especificamente, o atual paradigma da informação e comunicação), possibilitaram a reorganização da produção das grandes corporações transnacionais. Por sua vez, tais empresas buscaram realocar suas plantas em direção a países periféricos dotados de grandes contingentes de mão-de-obra mais barata (tanto do chamado Terceiro Mundo, quanto dos países que outrora compunham o Segundo Mundo) (FRÖBEL; HEINRICHS; KREYE, 1978, p. 125). Dessa forma, o processo de produção de mercadorias, antes concentrado em determinadas economias centrais (e algumas periféricas) e executado de acordo com a lógica da indústria multidoméstica chandleriana², dispersou-se geograficamente ao redor do mundo, fatiado em inúmeras etapas conduzidas por diferentes empresas, formando a industrial multidivisional global (PEREIRA, 2019). É a partir dessa nova realidade que se conformam e se estabelecem as chamadas Cadeias Globais de Valor (CGV), a forma concreta da nova (atual) divisão internacional do trabalho (ALMEIDA, 2018).

Por sua vez, como argumenta Almeida (2018), ao analisar especificamente a desindustrialização, a formação das CGV alterou a forma como se relacionam comercialmente as economias centrais e as economias periféricas. Porém, segundo o autor, as economias centrais continuaram como polo determinante do processo de produção em escala internacional, pois, em sua maioria, continuaram a abrigar as empresas que, direta ou indiretamente, comandam as partes fundamentais deste processo e, por isso, se apropriam de maior parcela do excedente produzido. À periferia, para além do papel tradicional de fornecedora de produtos de menor valor agregado, passou a caber, a partir dos anos 1990, o fornecimento de diversos produtos de médio e alto valor agregado. Entretanto, algumas das economias periféricas, por não desenvolverem tecnologia de ponta em seus territórios, precisaram receber forças produtivas vindas dos países centrais. Assim, alteraram-se também a entrada e a forma como se aplicam os investimentos estrangeiros nesses países. É nesse contexto que, por exemplo, surgiram os Novos Tigres Asiáticos, países do Sudeste Asiático que apresentaram intenso processo de industrialização em setores de média e alta tecnologias, voltando sua produção para as exportações (MAGNO et al. 2014).

No caso do Brasil, isto não ocorreu, pois viu-se um processo de intensificação do tradicional papel ocupado pela economia brasileira na DIT, mas não uma “complexificação” na

² Modelo de manufatura surgido no final do século XIX e caracterizado pela grande concentração, em uma mesma instalação industrial, de um conjunto de atividades e operações distintas envolvidas na cadeia de produção de mercadorias e pela aplicação de sistemas de gerenciamento de produção racionais e hierarquicamente organizados. (PEREIRA, 2019, p 87).

estrutura produtiva nacional: nos “integramos” às CGV através do fornecimento de alimentos e matérias-primas. Associado a isso, para além dos capitais que já atuavam no país, houve um aumento nos investimentos, nacionais e estrangeiros, nos setores primários brasileiros. Como resultado, observou-se um processo chamado por Filgueiras (2013) de reprimarização comercial, caracterizado pela preponderância de produtos primários, em detrimento dos produtos manufaturados, na pauta exportadora do país. Conjuntamente, dado o processo de reestruturação produtiva e a subsequente desnacionalização da propriedade do capital operante a partir da década de 1990, Almeida (2018) argumenta que o Brasil passou por um processo de desindustrialização. Para o autor, este foi um resultado direto da adaptação da indústria nacional à lógica da indústria fragmentada transnacional e resultou no fechamento de diversos elos construídos pelo processo de industrialização por substituição de importações brasileiro. Com isso, o Brasil passou a depender ainda mais da importação de produtos manufaturados, em especial os meios de produção que constituem o capital fixo de maior intensidade tecnológica (ALMEIDA, 2018).

Nesse contexto, tomando a corrente teórica marxiana como base analítica, a pesquisa em tela busca responder a seguinte pergunta-problema: como a conformação de uma nova divisão internacional do trabalho e a integração do Brasil a esta alterou, por um lado, os investimentos estrangeiros no país e, por outro, aprofundou a dependência econômica do país? Esse questionamento tem como premissa, baseado em literatura já consagrada, o fato de que o Brasil, como resultado do processo de reestruturação produtiva nos anos 1990, passou por uma mudança estrutural que resultou, dentre outros fatores, na desindustrialização e na reprimarização da sua economia nas últimas décadas. Cabe à presente pesquisa apontar como o investimento estrangeiro direto foi se alterando em termos de setores e países e como isto alterou a dependência econômica do Brasil em relação aos países centrais. A hipótese formulada, portanto, é a de que, na atual fase do capitalismo, houve um aprofundamento da dependência da economia brasileira quanto às condições de acumulação: dependência comercial, tecnológica e financeira, o que resultou em maior transferência do excedente aqui produzido para o exterior.

O estudo em tela buscou, desse modo, atingir o seguinte objetivo geral: verificar como a integração ao capitalismo em sua forma contemporânea (neoliberal) alterou a dependência econômica do Brasil quanto aos investimentos produtivos estrangeiros e as consequências disso para a remessa de excedente ao exterior entre os anos de 2001 a 2021. Como objetivos específicos, buscou-se: 1) realizar uma apresentação lógico-histórica das transformações que

caracterizam o capitalismo em sua forma contemporânea; 2) apresentar como se deu e as consequências dessas transformações para a economia brasileira; 3) analisar as mudanças na Balança Comercial e na Balança de Serviços e Rendas entre 2000 e 2020; 4) avaliar quais os setores brasileiros que mais receberam investimentos estrangeiros e quais países mais investiram no Brasil entre 2001 e 2021; e 5) identificar quais os setores produtivos que mais contribuíram para a remessa de excedente ao exterior e quais os países que mais receberam excedente produzido no Brasil entre 2001 e 2021.

A importância de tal temática reside no fato de que os elementos aqui abordados, bem como a forma como interagem, não encontram consenso na literatura das ciências sociais, o que abre margem para inúmeros questionamentos e faz com que novas pesquisas sejam sempre pertinentes para acrescentar conhecimento sobre esse tema. Em adição, ressalta-se que o capitalismo brasileiro – surgido em um contexto histórico diferente das formações econômico-sociais capitalistas europeias e norte-americana – possui aspectos endêmicos, o que produz características e problemáticas específicas. Portanto, o presente trabalho justifica-se também pela demanda de produção de análises que tangenciem os aspectos específicos do contexto brasileiro, com vista à elaboração de apreciações mais precisas.

Para a área das Relações Internacionais, o presente estudo é especialmente relevante pelo fato de utilizar um marco teórico que não pertence ao *mainstream* dessa disciplina, o que permite que novas formas de compreensão da dinâmica do sistema internacional sejam produzidas a partir da apreciação de elementos até agora pouco estudados. O anseio pela busca de novas formas de entendimento da dinâmica do sistema internacional pauta-se também por um posicionamento pessoal do presente autor, que busca, por meio da pesquisa científica, contribuir para o melhor entendimento da realidade social contemporânea.

A metodologia que deve ser empregada para que o objetivo geral delineado na presente pesquisa seja cumprido deve permitir que se verifique se a integração nova DIT conduziu o Brasil a uma acentuação da sua situação de dependência econômica com relação aos países do centro do capitalismo. Para tanto, a abordagem da pesquisa deverá ser de cunho qualitativo – uma vez que se pretende abordar fenômenos da realidade social internacional a partir da análise das relações sociais de produção capitalista – mas que também faça uso de instrumentos quantitativos, pensando os aspectos quantificáveis como uma das qualidades dos fatos e fenômenos observados (MINAYO, 2002).

No primeiro capítulo foi realizado um estudo sobre a categoria *Padrão de Reprodução do Capital*. Para tanto buscou-se, na obra de Marx e de teóricos a associados à Teoria Marxista

da Dependência, descrever como funciona o ciclo do capital industrial bem como as variações que tal ciclo apresenta em economias que inserem de maneira dependente na hierarquia do mercado mundial. No capítulo seguinte foi realizada uma descrição histórica sobre as transformações sofridas pelo modo de produção capitalista a partir da Segunda Guerra Mundial. Em especial, foi abordado como tais modificações conformaram uma *Nova Divisão Internacional do Trabalho*, manifestada na forma das Cadeias Globais de Valor. No terceiro capítulo, abordou-se o processo de adaptação o Brasil às modificações estruturais descritas no capítulo anterior. Para tanto, foi realizada uma descrição histórica sobre as transformações estruturais sofridas pela economia brasileira nas últimas décadas à luz da categoria Padrão de Desenvolvimento Capitalista. No penúltimo capítulo, foi realizada uma análise sobre o ingresso de Investimentos Externos Diretos, sobre a Balança de Rendas e Serviços e sobre a Balança Comercial do Brasil com vistas a observação de alterações no perfil de penetração do capital estrangeiro no Brasil e da transferência de valores para o exterior. Por fim, tem-se as considerações finais do trabalho.

2. A CATEGORIA PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A análise da processualidade econômica padece, na contemporaneidade, de uma fragmentação que é justificada pela noção de especialização, pela busca de se repartir continuamente a realidade social em partes cada vez menores. O pressuposto epistemológico de tal especialização é a ideia de que a realidade social é conformada por “coisas”, de modo que, caso alcancemos a compreensão das partes últimas da realidade social, alcançaremos, também, a compreensão da vida social como um todo (OSÓRIO, 2012, p. 40).

O presente trabalho, no entanto, assenta-se em uma perspectiva epistemológica cujos pressupostos se afastam desta noção supracitada. Assentado na teoria marxiana e, portanto, no materialismo histórico dialético, o estudo em tela parte do pressuposto de que a compreensão completa dos processos econômicos da vida social só pode ser obtida mediante a articulação de cada parte ao todo, pois, caso sejam analisadas de forma separada, perde-se de vista a compreensão da atividade unificadora que confere sentido aos múltiplos processos da vida social. Na contemporaneidade, a atividade unificadora a cumprir esse papel é a lógica do capital (OSÓRIO, 2012, p. 40).

Isto posto, faz-se necessário compreender que o capital, enquanto elemento objetivo da vida social, é regido por leis tendenciais, que foram descritas por Marx em sua obra *O Capital* (2011). Ao descrever a lei geral da acumulação capitalista, Marx aponta, em um nível de abstração bastante elevado, quais são e como funcionam as categorias mais gerais do modo de produção capitalista. Para Marx, no conteúdo da lei geral de acumulação capitalista está a necessidade intrínseca ao capital de reproduzir-se em escala ampliada e com elevação na sua composição técnica. Isso significa dizer que, o capitalismo, fundado na extração de mais valor a partir do consumo da mercadoria força de trabalho, necessita aumentar incessantemente a quantidade de valor (e mercadorias) produzido para, com isso, elevar a extração de mais-valia. Subsequentemente, há a aplicação desta na produção visando constituir uma capacidade produtiva superior (LIMA, 2010, p.89). Como argumentam Almeida e Ribeiro (2015), este é um resultado direto da concorrência, que, para sobreviverem como tais, impele os capitais individuais a buscarem novas técnicas e tecnologias em seus processos de valorização.

2.1 A reprodução do capital em geral

A processualidade do movimento de acumulação do capital é demonstrada por Marx quando este descreve o ciclo do capital industrial, por meio da fórmula $D - M_{Ft}^{Mp} \dots P \dots M' - D'$. Nesta fórmula são descritas as etapas e as metamorfoses pelas quais passa o capital desde a etapa de circulação, passando pela etapa produtiva para, em seguida, valorizado, retornar à forma dinheiro já acrescido do montante de mais-valia obtido pela exploração da mercadoria força de trabalho. Nessa fórmula, $D - M$ representa a etapa na qual um capitalista qualquer converte a soma de seu dinheiro em uma soma de mercadorias específicas, a saber, meios de produção e força de trabalho. Os meios de produção e a força de trabalho são, respectivamente, os fatores objetivos e subjetivos necessários à produção de novas mercadorias e seu tipo deve variar de acordo com o tipo de mercadoria que se deseja produzir. Assim, esse D se transforma em capital através de dois tipos de mercadorias, que pertencem a mercados qualitativamente distintos: de meios de produção, que resulta de um processo de produção, e de força de trabalho, que resulta do processo de reprodução social da classe trabalhadora (MARX, 1985, p. 26).

Ao serem adquiridos os meios de produção e a força de trabalho, a fase de circulação de do capital é interrompida e tem início a fase produtiva, na qual são consumidas as forças produtivas. Tal fase de produção é representada pela letra P na fórmula do capital. Enquanto estão separados, tanto a força de trabalho quanto os meios de produção são capital produtivo latente ou em potencial, tornando-se efetivos apenas quando combinados durante o processo produtivo propriamente dito. A partir de então, cada parte do valor capital é distinguida de acordo com a maneira que compõe o valor dos produtos criados. Os meios de produção passam a ser denominados de capital constante, pois seu valor apenas se transfere ao valor das mercadorias que estão sendo produzidas. Ou seja, a quantidade inicial de valor dispendida em meios de produção é a mesma que encerra o processo. Por sua vez, a força de trabalho passa a ser denominada de capital variável, na medida em que, ao entrar em funcionamento, é a parte responsável por recriar o valor gasto em sua aquisição e, adicionalmente, ampliar a quantidade de valor em relação àquela gasta no início do processo. Ou seja, o capital variável corresponde à aquisição do capital produtivo responsável por criar a mais-valia, o valor excedente sobre o capital inicial investido. Em suma, durante a etapa de produção do ciclo do capital, o capital produtivo consome os seus próprios componentes, convertendo-os em capital-mercadoria, em mercadorias acrescidas de mais-valia (MARX, 1985, p. 32-33).

A partir de então, o capital entra no terceiro estágio de seu ciclo, aquele em que, sob a forma mercadoria, oriunda do processo capitalista de produção, retorna ao mercado para ser realizado. Se no primeiro estágio do ciclo do capital o capitalista retira objetos úteis do mercado,

no terceiro estágio ele lança mercadorias de volta. No entanto, a grandeza de valor das mercadorias que o capitalista lança de volta no mercado é superior àquela que ele retirou, uma vez que, no processo de produção, a força de trabalho sob seu comando produziu também mais-valia (MARX, 1985, p. 36).

Esse estágio, na fórmula do ciclo do capital, é representado pela etapa $M' - D'$. Tal fórmula representa exatamente o momento em que a massa de mercadorias M' , portadora de capital valorizado, transforma-se em dinheiro pela primeira vez, por meio da sua venda. O capital, em sua forma-mercadoria, tem, portanto, que cumprir a função de uma mercadoria: ser vendido, transformar-se em dinheiro, percorrer o circuito $M' - D'$ (MARX, 1985, p. 36).

Analisado como um todo, o ciclo do capital aparece então como um valor adiantado que percorre uma sequência de transformações interligadas e condicionadas a uma série de metamorfoses, ao longo das quais não só se conserva como também cresce, aumenta quantitativamente seu valor. Esse ciclo é composto por duas etapas que pertencem a esfera da circulação e uma que pertence a esfera da produção. Em cada uma delas, o capital assume uma forma diferente, que corresponde a uma função específica: nas etapas de circulação ($D - M$ e $M' - D'$), ele assume as formas de capital-dinheiro e capital-mercadoria; na fase de produção, ele assume a forma de capital-produtivo (MARX, 1985, p. 41).

Isto posto, pode-se afirmar que, o circuito de valorização do capital, representado por Marx por meio da fórmula $D - M_{Ft}^{Mp} \dots P \dots M' - D'$, é um processo cíclico, que consiste em um fluxo contínuo de renovação no qual cada ciclo apresenta uma contínua interdependência em relação aos valores de uso oriundos de processos de produção anteriores. Por conta disso, pode-se afirmar que todo processo social de produção é simultaneamente um processo de reprodução; toda sociedade, para produzir continuamente, precisa, em algum momento, reconverter parte de tudo aquilo que foi produzido em meios de produção e meios de consumo (para a manutenção das pessoas, capitalistas e trabalhadores) ou, em outras palavras, elementos necessários a uma nova produção (MARX, 2018, p. 781).

A fórmula geral apresentada por Marx, no entanto, capta apenas os determinantes gerais, comuns a todos os processos produtivos pois derivam internamente da estrutura e dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista. A categoria *modo de produção* é uma formulação abstrata e geral, pois busca compreender, por meio de categorias analíticas próprias desse nível de análise, as relações sociais gerais estabelecidas pelos seres humanos para resolver as questões ligadas aos processos de produção e reprodução de suas existências materiais. É, por isso, um ponto fundamental na explicação das características históricas de uma sociedade.

Porém, para explicar a complexidade dos fenômenos concretos, as categorias mais gerais precisam ser entendidas considerando-se as particularidades da realidade social. Ou seja, é preciso reduzir o nível de abstração da análise para uma próxima apreensão dos fenômenos.

O método dialético marxista, a depender do objeto que se busca investigar, faz uso de diferentes níveis de análise que variam de acordo com o grau de abstração empregado. Para isso, mobilizam, em cada nível, categorias próprias que se inter-relacionam numa mesma totalidade. Ao diminuir o grau de abstração, torna-se possível compreender que a reprodução do capital assume diferentes formas de acordo com o espaço geográfico e com o período de tempo no qual ocorre (MARINI, 2012a; OSÓRIO, 2012).

A noção de *padrão de reprodução do capital* surge então “*para dar conta de analisar as formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia*” (OSÓRIO, 2012, p. 41). Isso ocorre, pois, a reprodução do capital “*assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readaptar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso*” (OSÓRIO, 2012, p. 41).

Dessa forma, considerando que as transformações ocorridas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho acarretam formas diversas de reprodução do capital, em diferentes momentos históricos, a categoria padrão de reprodução do capital permite historicizar determinadas regularidades verificadas na história do capitalismo, diferenciando-as e compreendendo as condições que permitiram seu ascenso e declínio.

Historicizar a reprodução do capital implica compreender as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão, assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constituir-se em padrão subordinado e outro novo não termina de amadurecer ou converter-se em padrão dominante (OSÓRIO, 2012, p. 41).

É com base nesta categoria que o presente estudo se debruçará, sobre o ciclo do capital nas economias dependentes para, posteriormente, por meio de uma categoria ainda mais específica – *padrão de desenvolvimento capitalista* – analisar com grau ainda maior de concretude a forma contemporânea que o modo de produção capitalista assume no Brasil. O intuito do próximo tópico do presente capítulo será, portanto, analisar as características gerais

do padrão de reprodução do capital nas economias dependentes, localizando tal processo na hierarquia do capitalismo mundial.

2.2 A reprodução do capital na economia dependente

A dependência econômica pode ser entendida como “*uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência*” (MARINI, 2000, p. 109). Os países considerados dependentes apresentam, portanto, relativo atraso no desenvolvimento de suas forças produtivas e, por isso, precisam recorrer aos países avançados para obter os recursos materiais e financeiros necessários ao funcionamento do capitalismo em seus territórios, de maneira a estarem economicamente condicionados pela expansão e desenvolvimento da economia dos países a que estão subordinados (ALMEIDA, 2018, p. 90; CARCANHOLO, 2008, p. 254).

Os *países imperialistas*, por sua vez, são aqueles detentores de forças produtivas relativamente avançadas e que fornecem os recursos materiais e financeiros necessários ao funcionamento do capitalismo nos países dependentes (ALMEIDA, 2018, p. 90). Percebe-se, portanto, que imperialismo e dependência são elementos opostos e complementares, causa e consequência um do outro.

Os elementos acima citados são, no entanto, apenas a aparência fenomênica da dependência e do imperialismo. Na essência desses fenômenos está o processo sistemático de transferência de valor de um país para outro, ocorrido mediante competição entre capitais de diferentes níveis de desenvolvimento. Nessa relação, são imperialistas os países cujos capitais são mais desenvolvidos (apresentam maior composição orgânica) e, por isso, se apropriam de quantidades de valor maiores do que aquela que produziram, por meio da concorrência no mercado internacional. Por oposição, são dependentes os países que possuem os capitais menos desenvolvidos, e que por isso, ao entrarem em concorrência com os países imperialistas no mercado internacional acabam transferindo parte do valor que produziam para fora de seu país (LEITE, 2016).

Este é o caso das sociedades latino-americanas que, por terem sido anexadas à economia internacional no âmbito da expansão comercial europeia do século XVI, se desenvolveram em estreita relação com a dinâmica da acumulação primitiva de capitais. Sob a forma de colônias exportadoras de metais e produtos exóticos, as sociedades latino-americanas contribuíram para

o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento europeus, fatos que possibilitaram o desenvolvimento do capital comercial e bancário e a criação da grande indústria na Europa.

Posteriormente, após a Revolução Industrial e a constituição do capitalismo propriamente dito, sob a forma de países politicamente independentes, as ex-colônias latino-americanas mantiveram sua condição de produtoras e exportadoras de bens primários, em troca de produtos manufaturados de consumo. Nessa etapa de seu desenvolvimento, o preço das exportações latino-americanas era menor do que o preço de suas importações (termos de troca desfavoráveis), o que tornou as balanças comerciais desses países estruturalmente deficitárias. Em muitos momentos, esta situação os obrigou a buscar empréstimos junto aos países capitalistas centrais, como forma de custear a importação dos bens manufaturados de consumo. Além disso, é precisamente nesse momento que a América Latina se insere no capitalismo mundial através de uma estrutura hierarquizada de poder econômico já estabelecida, denominada de divisão internacional do trabalho. Isto influenciará todo o curso do desenvolvimento posterior dessa região (MARINI, 2000, p. 109). Essa posição específica do continente latino-americano no sistema capitalista mundial torna o seu processo de reprodução carregado de especificidades, resultado de seu atraso no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (dadas as raízes fincadas em colônias de exploração) e, conseqüentemente, sua posição subordinada e periférica no capitalismo mundial.

Como vimos, no que se refere à fase inicial de circulação do ciclo do capital, convém ressaltar que o capital dinheiro pode advir de três fontes: do investimento privado interno, do investimento público ou do capital estrangeiro (MARINI, 2012, p. 25-7). No caso do investimento privado interno, este consiste na parcela da riqueza gerada pelos capitais internos à economia. Nas economias dependentes latino-americanas, historicamente, esta parcela do capital assumiu um papel secundário na condução do processo de acumulação. Sobre isso, Marini (2012) afirma que o fato desse capital ser de propriedade nacional ou estrangeira em nada modifica o processo de produção em si neste momento inicial, pois este dinheiro corresponde àquele destinado ao investimento produtivo. Apenas posteriormente é que a propriedade de D irá influenciar a reprodução do capital, pois a mais-valia produzida sai da economia nacional sob a forma de remessas de lucro, pagamentos de juro, amortizações, etc. Isto, por sua vez, irá influenciar na disponibilidade de excedente passível de ser capitalizado e, conseqüentemente, no processo de reprodução ampliada do capital.

Uma segunda fonte de capital-dinheiro é o investimento público, cuja origem são os investimentos feitos pelo Estado. Esse tipo de investimento tem historicamente grande importância nas economias dos países dependentes. A origem desse capital dinheiro são as parcelas do valor transferidas para o Estado por meio da cobrança de impostos sobre as diversas formas da mais-valia, bem como os impostos que incidem sobre outros tipos de rendimento, tais como os salários. Uma segunda origem desse tipo de investimento é a riqueza gerada pelo próprio processo de exploração levado a cabo pelas atividades capitalistas desenvolvidas pelo Estado, mediante suas empresas públicas (MARINI, 2012, p. 26).

Por fim, a última fonte de capital dinheiro a possibilitar o início dos ciclos do capital nas economias dependentes são os investimentos oriundos do capital estrangeiro. Neste caso, o capital dinheiro pode se apresentar de duas formas:

como investimento direto, quando de maneira exclusiva ou compartilhada (ou seja, associada) o capitalista estrangeiro investe diretamente na economia dependente, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo a que o investimento deu lugar e apropriando-se diretamente da mais-valia total ou parcial ali gerada; e como investimento indireto, quando o capital estrangeiro se coloca à disposição dos capitalistas internos (nacionais e estrangeiros), sob a forma de empréstimos e financiamentos, contratados diretamente com os capitalistas receptores ou com o Estado, que os redistribui a estes ou os integra a seu próprio investimento (MARINI, 2012, p. 27).

Na América Latina, durante o período de vigência do Padrão de Reprodução de industrialização dependente³, foram predominantes os investimentos estrangeiros diretos. Somente a partir da década de 1970 que os investimentos indiretos ganham destaque nas economias dependentes, de modo que, ainda que os investimentos diretos tenham seguido uma trajetória de crescimento, sua proporção em relação aos investimentos estrangeiros como um todo foi reduzida (MARINI, 2012, p. 27).

Uma vez analisadas as três fontes de capital dinheiro que atuam no primeiro estágio do ciclo do capital nas economias em situação de dependência, faz-se necessário também explicitar a centralidade que duas dessas fontes têm para tais economias: os investimentos do Estado e os investimentos estrangeiros. Em especial por conta da influência dos investimentos externos, pode-se afirmar que no ciclo das economias dependentes existe forte sujeição a um fator externo

³ Padrão de reprodução de capital vigente na América Latina a partir da segunda metade dos anos 30, que exigiu do capital local a conformação de um processo industrializante como forma de reprodução capitalista. Pode ser dividido em duas etapas: uma internalizada e autônoma (dos anos 1930 aos anos 1940) e uma integrada ao capital estrangeiro (dos anos 1940 aos anos 1950) (OSÓRIO, 2012, p. 83).

e totalmente fora do controle das economias dependentes: a capital internacional (MARINI, 2012, p. 29).

Entretanto, o primeiro estágio do ciclo do capital não se resume apenas ao capital dinheiro, mas também ao movimento que este faz ao metamorfosear-se em mercadorias a serem utilizadas no processo de produção: meios de produção e força de trabalho. No caso da força de trabalho, esta constitui-se de mão de obra nacional em sua grande maioria, tal qual ocorre nas economias não dependentes. No entanto, no caso da transformação de capital dinheiro em meios de produção, ocorre uma diferença fundamental entre como tal metamorfose ocorre em economias imperialistas e em economias dependentes: nestas, a maior parte dos meios de produção são adquiridos no exterior, o que faz com que grande porcentagem do capital internacional que adentra a economia dependente saia imediatamente ao ser trocado por meios de produção produzidos no exterior (MARINI, 2012, p. 30).

Tal aspecto advém de uma característica idiossincrática do processo de industrialização tardio pelo qual passaram as economias dependentes: estas, por terem se industrializado já no século XX, à época do capitalismo monopolista, em um momento posterior aos processos de industrialização orgânicos dos países capitalistas centrais, à época do capitalismo concorrencial, prolongaram a sua fase de produção industrial de bens de consumo e retardaram o início da fase produção de meios de produção, pois contavam com ampla oferta desses bens vindos dos países já industrializados. Tal fato fez com que o setor manufatureiro das economias dependentes pudesse avançar sem dinamizar a sua produção de bens de capital, o que caracteriza o ciclo do capital desses países com duas formas de sujeição ao setor externo: em primeiro lugar a sujeição a dependência de capital internacional, como já mencionado, e em segundo lugar, a dependência tecnológica que fez os países em situação de dependência precisarem importar para fabricar e operar seus meios de produção (MARINI, 2012, p. 31).

No que se refere à segunda fase do ciclo do capital, a fase do capital produtivo, é válido salientar que ela é, em grande medida, condicionada pela forma como se dá a fase anterior do ciclo do capital, a primeira fase de circulação. O desnível tecnológico existente entre o centro e a periferia acaba, portanto, se reproduzindo internamente aos países em dependência.

Por sua conexão com o exterior ou mediante a vinculação mais estreita que se dá na fase de circulação entre o capital estrangeiro sob a forma dinheiro e sob a forma mercadorias, a tendência é que sejam as empresas estrangeiras que operam na economia dependente ou as que correspondem a associações de capital interno e estrangeiro aquelas que tenham acesso mais direto à tecnologia implícita nesses meios de produção (MARINI, 2012, p. 32).

O resultado da realidade acima exposta é que as empresas estrangeiras, uma vez de posse de meios de produção e métodos produtivos mais sofisticados, conseguem reduzir os custos de produção em relação às empresas nacionais dos países dependentes, que atuam no mesmo ramo, mas são tecnologicamente atrasadas. As empresas de capital estrangeiro então, ao venderem seus produtos (que apresentam preços de produção individuais inferiores, devido ao maior grau de produtividade) com base em um preço de produção de mercado que inclui as mercadorias produzidas pelas empresas nacionais dos países dependentes, realizam uma mais-valia extraordinária, concentrando grande parte do excedente produzido naquele ramo de produção. Soma-se a isso o fato de que, como será visto a seguir, parte da mais-valia materializada no ato final de circulação é transferida para o exterior sob diversas formas. Com isto, amplia-se o total de excedente que é apropriado pelos capitais estrangeiros que atuam direta ou indiretamente nas economias dependentes.

Nesse contexto, para tentar manterem-se, as empresas nacionais dos países dependentes tentam recompor suas taxas de lucro por meio do aumento do grau de exploração da força de trabalho. O mecanismo utilizado por essas empresas para fazer tal recomposição vai no sentido da extração de mais trabalho não remunerado da classe trabalhadora. Para tanto, pode-se aumentar a intensidade do trabalho ou prolongar a jornada de trabalho, de acordo com o que Marx (2011) denominou de mais-valia absoluta. Por sua vez, Marini (2012) argumenta que outra via frequentemente utilizada pelos capitalistas dos países dependentes é através da diminuição do salário dos trabalhadores sem que isso resulte de um barateamento real do valor da força de trabalho (o que seria o caso da mais-valia relativa). O resultado deste último caso é que há o aumento da taxa de mais-valia, mas pela diminuição da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, o que, em outras palavras, significa e constitui a chamada superexploração da força de trabalho.

A efetivação da superexploração da classe trabalhadora depende da impossibilidade de os trabalhadores reivindicarem aumentos salariais, o que pode acontecer mediante medidas repressivas efetivadas pelo Estado ou, principalmente, mediante a existência de um amplo exército industrial de reserva. Com isso, uma massa de operários desempregados pressiona os salários dos trabalhadores empregados para baixo, em virtude da facilidade com que os últimos podem ser substituídos pelos primeiros, caso se organizem e exijam aumento de rendimentos (MARINI, 2012, p. 31; RIBEIRO, 2018, p. 68). Nas palavras de Marini *“a superexploração do trabalho corresponde à elevação da taxa de mais-valia; é normal, portanto, que a parte relativa à mais-valia não acumulada aumente em detrimento da que se refere ao capital variável”*

(MARINI, 2012, p. 39). Tal fato explica o nível de desigualdade de renda experimentado pelas sociedades latino americanas, nas quais a grande maioria da população apresenta níveis de consumo abaixo do que se verifica na classe trabalhadora dos países pertencentes ao capitalismo central.

Além dos fatores acima citados, a fase produtiva do ciclo do capital na economia dependente é também marcada por uma terceira característica: a subordinação decorrente da dependência de capital estrangeiro, que faz com que a escolha das áreas a receberem investimentos seja alheia à situação interna dos países dependentes. O capital internacional por sua vez, escolhe exportar para as economias dependentes a produção de artigos que, apesar de correntes nas economias centrais, não necessariamente correspondem às capacidades/necessidades de consumo das massas consumidoras e trabalhadoras dos países dependentes, gerando uma separação progressiva entre a capacidade produtiva e o consumo.

Por fim, é na terceira fase do ciclo do capital – a segunda fase de circulação – que as mercadorias produzidas na etapa anterior e já acrescidas de mais-valia se realizam, voltam a se transformar em dinheiro. Nas economias dependentes essa fase é também marcada por particularidades advindas da forma como se deram as etapas anteriores do ciclo. A superexploração da força de trabalho, por exemplo, por resultar em salários abaixo do valor da força de trabalho, reduz a capacidade de consumo da classe trabalhadora, fato que consiste em uma restrição à realização do capital-mercadoria nas periferias capitalistas.

No que se refere à mais-valia, Marini (2012) afirma que grande parte dela escoia para fora das economias dependentes sob a forma de remessas, royalties, etc. Essa transferência de excedente para o exterior também resulta em uma restrição ao mercado interno, uma vez que reduz a possibilidade de realização de mercadorias que poderia ser consumida pela classe capitalista. Quanto à parte da mais-valia que permanece nos países dependentes, esta divide-se entre uma parte que é revertida para a acumulação e outra que, sob a forma de rendimentos, destina-se ao consumo de bens individuais dos capitalistas e dos setores de classe a eles vinculados. Além disso, a parte da mais-valia que é exportada reduz a possibilidade de investimentos em atividades que contribuem para o progresso das forças produtivas internas às economias dependentes, tais como pesquisa e desenvolvimento, qualificação da força de trabalho, serviços públicos, etc. Com isso, a situação de atraso dessas economias, causa fundamental da dependência, tende a se perpetuar. Se nenhum fator externo à estrita lógica de funcionamento do capital intervém, portanto, mantém o vicioso ciclo do capital nas economias dependentes.

Dessa forma, em resumo, pode-se afirmar que o conjunto de particularidades que marca a maneira pela qual o capital se reproduz nas economias dependentes latino americanas advém do atraso no desenvolvimento das forças produtiva e do conseqüente peso que o capital estrangeiro tem no ciclo do capital desses países. As influências oriundas dessa determinação externa produzem particularidades que se prologam ao longo da fase de produção e de realização de mercadorias, ocasionando a superexploração do trabalho, a desigualdade de renda e o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades da população, dentre outras conseqüências (MARINI, 2012, p. 40).

Tais elementos situam e particularizam o processo de reprodução capitalista em um dos níveis da hierarquia do capitalismo como sistema mundial, dando conta de deslindar as especificidades do processo de reprodução capitalista na periferia, em especial, a latino-americana. O próximo capítulo situará tal processo temporalmente, abordando suas características essenciais no período posterior às mudanças ocorridas na divisão internacional do trabalho ocasionadas pelas medidas de superação a Crise Estrutural dos anos 1970.

3. A CRISE DOS ANOS 1970 E A ASCENÇÃO DO NEOLIBERALISMO: DO FORDISMO-KEYNESIANO ÀS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

O conceito de capital é indissociável do conceito de crise, de maneira que o desenvolvimento do primeiro leva, invariavelmente, ao desenvolvimento do segundo. A explicação para isso reside no fato de que o próprio capital é constituído por contradições que lhe são intrínsecas e fundamentais a todo o seu processo de desenvolvimento.

Essas contradições produzem limites que são imanentes ao modo de produção capitalista e que se manifestam, de tempos em tempos, na forma de crises que precisam ser superadas. As crises econômicas, portanto, podem ser compreendidas como fenômenos objetivos do próprio movimento do capital, constituindo-se como um momento necessário ao seu processo de valorização uma vez que emanam de limites impulsionados pelas próprias contradições do capital em seu movimento de acumulação (ANTUNES, 2005; FILGUEIRAS, 2010).

São, conseqüentemente, fenômenos cíclicos endógenos ao capitalismo, que não só sintetizam e explicitam as contradições desse modo de produção, como também agem como pressupostos à continuidade da acumulação. Isto porque desencadeiam processos de desvalorização e destruição de capitais sob todas as formas, bem como a desvalorização dos salários, o que, conjuntamente a outros elementos, proporcionam incentivos para a recuperação das taxas de lucro e a retomada da acumulação. Por sua vez, apesar de não superarem a essência das contradições a partir das quais se originam, as crises deslocam essas contradições momentaneamente, recriando-as a partir de novas condições históricas, sob nova forma, mas sempre sujeitas ao processo de reprodução capitalista; até que outros limites se apresentem e outra crise se forme (FILGUEIRAS, 2010; OSÓRIO, 2012).

A crise nada mais é do que a consequência violenta da contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista. A causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra. Esta contradição, que se encontra na essência do modo de produção capitalista, é o que explica a irrupção de crises no processo de acumulação de capital. (CARCANHOLO, 1996, p. 182).

Os elementos supracitados, no entanto, são apenas os determinantes gerais das crises, aqueles que são comuns a todas elas pois derivam internamente da estrutura e dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista. A noção de modo de produção é uma formulação abstrata e geral, pois busca compreender, por meio de categorias analíticas próprias desse nível de análise, as relações sociais estabelecidas pelos seres humanos para resolver a

questões ligadas aos processos de produção e reprodução de suas existências materiais. É, portanto, um ponto fundamental na explicação das características históricas de uma sociedade, mas, para explicar a complexidade dos fenômenos concretos, as categorias mais gerais precisam ser entendidas considerando-se as particularidades da realidade social.

O método dialético marxista faz uso de diferentes níveis de análise, que variam de acordo com o grau de abstração empregado e que mobilizam, em cada nível, categorias próprias que se inter-relacionam numa mesma totalidade. Ao diminuir o grau de abstração, percebe-se que as crises capitalistas têm também determinantes históricos, singulares, que derivam do processo por meio do qual seus determinantes gerais se particularizam e se diferenciam em distintos períodos da história do capitalismo (FILGUEIRAS, 2010; OSÓRIO, 2012).

Os determinantes históricos de cada crise dizem respeito as características do processo de acumulação do capital, de maneira que as crises capitalistas são expressões tanto das contradições gerais imanentes ao capitalismo e suas leis de movimentação, como das contradições produzidas pela maneira como o capital se reproduz em um determinado período histórico. Nesse contexto, as crises têm potencial para esgotar ou pelo menos manifestar o esgotamento de um padrão de acumulação e criar as condições para o surgimento de um padrão sucessor, o qual surgiria após um período de transição entre a forma esgotada de reprodução e sua versão vindoura.

Isso não significa que todas as crises resultam em novos padrões de acumulação de capital. Para que isso aconteça é necessário que o capital sofra mudanças qualitativas sem as quais não possa superar a crise e continuar a se reproduzir (RIBEIRO, 2018). Esse é o caso da Crise de 1970, que manifestou o esgotamento do padrão de reprodução fordista-keynesiano e cuja superação dependeu das modificações que constituem aquilo que, neste trabalho, será denominado de capitalismo contemporâneo, capitalismo financeiro, neoliberalismo ou globalização.

É a partir da compreensão da origem e da especificidade dessa nova fase pela qual passa o capitalismo mundial desde 1970 - especialmente de suas consequências sobre a divisão internacional do trabalho - que se pode compreender o contexto de surgimento daquilo que é objeto central do presente capítulo: as Cadeias Globais de Valor.

3.1 O capitalismo em sua forma fordista-keynesiana de acumulação

A Crise de 1970 pode ser compreendida como um momento de saturação das possibilidades de acumulação de capital oferecidas pela macroestrutura socioeconômica

comumente denominada de capitalismo fordista-keynesiano, o que levou a uma interrupção do processo de acumulação de capital, a uma queda na taxa geral de lucros e a uma desestabilização dos mecanismos de dominação da classe burguesa e do capital enquanto elemento hegemônico da dinâmica social (PINTO; BALANCO, 2005).

Essa macroestrutura, também designada como “capitalismo gerencial”, consistiu em uma série de dispositivos econômicos e institucionais que foram postos em prática visando ao retorno do processo de acumulação de capital a níveis satisfatórios, após a grave crise estrutural pela qual passou o capitalismo mundial no ano de 1929 (DUMENIL; LEVY, 2004 *apud* BALANCO; PINTO, 2005).

Analisado pelo prisma econômico, o capitalismo fordista-keynesiano pode ser caracterizado, como o próprio termo demonstra, pela junção complementar entre as técnicas de gerenciamento produtivo associadas ao paradigma fordista de produção e um modelo de desenvolvimento econômico que tem como ideia central o princípio da demanda efetiva, de clara inspiração keynesiana.

Dessa forma, partindo-se do entendimento de que a Crise de 29 foi provocada pela debilidade institucional do Estado liberal em coordenar a anarquia produtiva do capital em sua fase monopolista, compreende-se que o modelo de acumulação fordista-keynesiano realizou uma inflexão no papel do Estado na dinâmica capitalista, efetivando-o normativamente tanto no planejamento quanto na produção econômica e forjando mecanismos de controle social assentados no que ficou conhecido como *Welfare State* (PINTO; BALANCO, 2005).

O marco inicial desse padrão de desenvolvimento capitalista foi o *New Deal*, programa norte-americano de recuperação econômica cuja implementação se iniciou ainda nos 30. No entanto, o ponto de maturidade do fordismo-keynesiano aconteceu apenas nos pós Segunda Guerra Mundial, quando os seus pilares constitutivos já se encontravam plenamente estabelecidos.

O primeiro deles consistiu em um forte aparato de regulação econômica voltado principalmente para o enquadramento do capital financeiro a fim de direcioná-lo para o financiamento da produção através do planejamento. Tal medida visava ir de encontro à hegemonia financeira oriunda da fraqueza institucional relacionada ao controle das instituições bancárias e do capital financeiro, elementos causadores das instabilidades econômicas que figuram como principal elemento deflagrador da Grande Depressão de 1929 (PINTO; BALANCO, 2005).

O segundo pilar consistiu em uma estrutura de regulação da moeda e do sistema de crédito por parte das autoridades monetárias dos diferentes países. Dessa forma, os Bancos Centrais dos diferentes Estados-nação desenvolveram mecanismos diretos e indiretos de interferência na oferta de moeda. Isso ocorreu mediante um processo de monetização de dívidas que permitiu aos Estados financiarem os seus déficits orçamentários. Assim, por meio do endividamento público, o Estado passou a ter um papel fulcral e explicitamente keynesiano no padrão de acumulação dos “anos dourados” do capitalismo: a efetivação de altas taxas de investimento público e de financiamento ao capital produtivo, com vistas a geração de demanda agregada e posterior controle dos ciclos econômicos (BALANCO; PINTO, 2005).

O terceiro pilar, denominado de compromisso keynesiano ou estratégia de harmonização, consistiu em uma acomodação das contradições entre capital e trabalho feita, nos países centrais do capitalismo, mediante concessões por parte do empresariado à classe trabalhadora. Parte dessa acomodação assentou-se na racionalização fordista da produção industrial, que proporcionou a produção em massa de mercadorias e, portanto, necessitava do consumo de massa por parte da classe trabalhadora para que tais mercadorias fossem realizadas (HARVEY, 1989).

Por racionalização fordista, deve-se compreender a implementação do uso da esteira automática no processo de circulação de peças a serem acopladas nas cadeias de montagem das indústrias. Por meio dessa mecanização da circulação de mercadorias aumentou-se o poder do capital em ditar o ritmo do trabalho e aprofundou-se a simplificação e a divisão das tarefas durante o processo produtivo, tornado agora mais repetitivo e monótono. Assim, por meio dessa maior divisão do trabalho e da produção massificada que ela gerou, houve um incremento da produtividade, que pôde ser transferido, em parte, à classe trabalhadora (DUARTE, 2000).

Para que essa transferência pudesse ocorrer, se fez necessário que o Estado realizasse uma mediação entre o capital e o proletariado, por meio da cooptação das representações sindicais, para garantir a articulação diretamente proporcional entre os ganhos de produtividade e os aumentos salariais, a fim de gerar um paralelismo entre a progressão da produção e do consumo. A essa articulação, que tinha os aumentos de produtividade como elemento de coesão, deu-se o nome de norma salarial fordista. Para além dela, os ganhos de produtividade foram transferidos aos trabalhadores também pela implementação dos Estados de Bem-Estar Social (*Welfare State*), que distribuíam rendimentos por meio da oferta de políticas públicas universais. Na periferia capitalista, a acomodação de interesses deu lugar a coerções exercidas

por parte do capital sobre os trabalhadores, através de ditaduras militares que visavam coibir os movimentos operários desses países (BALANCO; PINTO, 2005; DUARTE, 2000).

É válido ressaltar que um fator determinante a justificar esta acomodação de interesses entre o capital e o trabalho foi a nova correlação de forças que emergiu a partir da revolução socialista ocorrida na Rússia em 1917. Este foi o evento sócio-político que fortaleceu os movimentos operários em boa parte dos países ocidentais e junto com eles o receio, por parte do eixo capitalista, de que os trabalhadores e suas lideranças sindicais se aproximassem dos comunistas. A “estratégia de harmonização” teve, portanto, a função de garantir que os movimentos sindicais moderassem suas reivindicações, circunscrevendo-as aos marcos da economia de mercado (GASPAR, 2015, p 270).

Foi esse mesmo desejo por prevenir o avanço da ideologia comunista sobre a Europa Ocidental que levou os Estados Unidos da América a levar a cabo o Plano Marshall, cuja execução tornou-se estratégica por dois motivos: possibilitou aos Estados Unidos impor à Europa e ao Japão o modelo econômico de demanda efetiva bem como sua institucionalidade, como contrapartida à reconstrução econômica desses países que, naquele momento, era patrocinada pela economia americana; possibilitou a realização de uma internacionalização do capital privado norte americano, primeiro através da reconstrução da Europa, em seguida pela exportação de capitais que serviu à consolidação e ampliação da chamada “grande empresa” norte americana, caracterizada pela sua hierarquização, verticalização e grande capacidade produtiva (BALANCO; PINTO, 2007, p 39).

Por fim, o último pilar de constituição do padrão de acumulação dos “anos dourados do capitalismo”, foi a estruturação de um novo sistema monetário internacional, construído a partir dos Acordos de *Bretton Woods*. As inovações trazidas por esse novo ordenamento econômico internacional foram normas e instituições que visavam gerenciar a economia mundial fixando regras para as relações econômicas e financeiras entre os países industrializados (GASPAR, 2015).

A partir de então, o câmbio das principais moedas do mundo, que era fixo, passou a ser ajustável – indexado em relação ao dólar enquanto este mantinha uma relação de paridade com o ouro – com o intuito de evitar déficits no balanço de pagamentos. Também foram criados controles sobre os fluxos de capital internacional, com o intuito de gerenciá-los e conter a volatilidade que desestabilizou a economia mundial e contribuiu para a eclosão da Crise de 29. Além disso, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD (atual Banco Mundial), que por meio de recursos

financeiros, instrumentos de monitoramento e cláusulas de escassez de divisas, fiscalizavam as diversas economias nacionais. Tal fiscalização intentava penalizar governos que adotassem políticas econômicas que desestabilizassem a economia mundial e oferecer financiamento para equilibrar o balanço de pagamentos de países que viessem a passar por situações de risco (EICHENGREEN, 2000).

Em associação, esses pilares proporcionaram um período de estabilidade e crescimento econômico inéditos na história do capitalismo, no qual elevaram-se sustentadamente os níveis de produtividade da mão de obra (PIB/trabalhador), de investimentos em produção, de salários reais e de taxas de lucro. Ao mesmo tempo, em que se mantiveram em níveis mínimos o desemprego, a inflação e os processos recessivos (BRENNER, 2003 *apud* PINTO, 2007).

É válido ressaltar que tal padrão de acumulação capitalista não foi oriundo de relações políticas escolhidas pelo capital, mas impostas a ele após a grave recessão dos anos 30, em um esforço deliberado de construção de instituições e relações voltadas ao contingenciamento e regulação das contradições e dos conflitos imanentes ao capitalismo (CHESNAIS, 2002).

No entanto, ao final de década de 1960, o padrão de acumulação fordista-keynesiano começou a dar os primeiros sinais de esgotamento. As normas regulatórias, a harmonização entre as classes e o planejamento econômico já não eram mais capazes de conter as contradições inerentes ao modo de produção capitalista de forma que, tal qual na década de 1930, verificou-se uma inflexão na taxa geral de lucros e novos entraves se impuseram à continuidade do processo de acumulação de capital, um processo de que deu início ao que ficou conhecido como a crise estrutural dos anos 70.

3.2 A Crise Estrutural de 1970 e o fim do capitalismo fordista-keynesiano

O período que vai de meados 1965 a 1973 foi tornando cada vez mais evidente a incapacidade dos principais elementos caracterizadores do padrão fordista-keynesiano de conterem as contradições inerentes ao capitalismo, a saber, as normas regulatórias, a harmonização entre as classes e a intervenção estatal. Dessa forma, assim como em 1929, uma crise conjuntural serviu como forma de manifestação de uma crise estrutural do padrão de acumulação capitalista, ocasionando a interrupção do processo de acumulação de capital e um *debacle* nas taxas de lucro (HARVEY, 1992, p. 135).

Ao analisarmos a crise dos anos 1970 ao nível de sua forma de manifestação, constata-se que ela apresenta elementos comuns a todas as situações de crise verificadas na história do capitalismo: a superprodução de mercadorias (forma) e a redução das taxas de lucro (efeito). A

regularidade dessa forma de manifestação e deste efeito reside na constatação de que todas as crises do capitalismo têm em comum o fato de serem oriundas de uma contradição fundamental e imanente ao próprio sistema: o caráter social da produção e a apropriação privada dos meios de produção. Essa contradição fundamental se manifesta na forma de duas contradições secundárias: a contradição produção/consumo e a anarquia da produção (MENDONÇA, 1987).

A processualidade destas contradições inicia-se pelo fato de que é na concorrência intercapitalista entre os capitais privados que se encontra o motor da acumulação: tanto o aumento da taxa de lucro (ou a sua simples manutenção), quanto a conquista de um espaço econômico (ou a sua simples defesa), já demandam, de cada capital em particular, o consumo produtivo de parcelas significativas de mais-valia na forma de investimentos em progresso técnico e, conseqüentemente, aumento de produtividade. A nível macroeconômico, a resultante dessa concorrência anárquica intercapitalista é a produção de duas tendências de caráter antagônico: o aumento da composição orgânica do capital, cujo efeito é a diminuição da taxa média de lucro; e o aumento da produtividade como resultado do progresso técnico, cuja conseqüência é o aumento da taxa de mais-valia e, por sua vez, da taxa média de lucro.

São as diferentes formas de conjugação entre essas duas tendências opostas o que definirá a continuidade ou não do processo de acumulação: quanto mais prevalecer a tendência a elevação da composição orgânica do capital, maior será a necessidade de aumentar a taxa de mais-valia como forma de manutenção da taxa média de lucro e menor será, portanto, a capacidade de consumo da classe trabalhadora, o que acarretará a redução da realização global de mercadorias (MENDONÇA, 1987).

O aumento da produtividade poderá até favorecer, em certa medida, o aumento da taxa de lucro, inclusive atuando como contra tendência aos efeitos do aumento da composição orgânica do capital; no entanto, ao crescer o número de unidades produzidas por unidade de tempo fatalmente crescerão também as dificuldades gerais para a realização dessas mercadorias.

É um facto que o aumento da produtividade poderá, para além de favorecer o aumento da taxa de lucro, atuar como contra tendência ao aumento da composição orgânica, mas por outro lado ao aumentar o número de unidades produzidas por unidade de tempo, contribui igualmente para acentuar as dificuldades gerais de realização limitando-se deste modo e contraditoriamente a si própria, pelo bloqueamento do processo de acumulação. É então o momento em que a tendência para a baixa da taxa de lucro se afirma de modo claro, é o momento, também, em que se produz a crise (MENDONÇA, 1987, p. 263).

No entanto, a crise dos anos 70 apresentou também especificidades em relação às crises capitalistas precedentes, que foram reflexos das modificações qualitativas sofridas pelo modo de funcionamento do capitalismo após 1930. A principal característica a conferir essa especificidade foi o fato de que, pela primeira vez na história do capitalismo, a superacumulação de capital e o debacle nas taxas de lucro – características comuns às crises cíclicas do capital – manifestaram-se de forma combinada a uma alta taxa de inflação, o que ocasionou uma elevação geral dos preços das mercadorias ao invés da sua redução (CARCANHOLO; BARUCO, 2011).

A razão para isso reside no fato de que a estratégia utilizada para conter as contradições capitalistas durante os 30 anos de capitalismo fordista-keynesiano, passava pela inserção dos Bancos Centrais nas relações de crédito, de maneira a assegurar a convertibilidade de formas adiantadas de valor (moeda de crédito) em moeda nacional, e assim, resgatar as dívidas dos bancos privados. Nesse cenário, ainda que a moeda de crédito emitida pelos bancos privados não fosse realizada, ela não seria destruída enquanto forma representante de valor, mas assumiria a forma de moeda nacional. A principal consequência disso foi o aumento da quantidade de moeda nacional em circulação, sem o aumento proporcional do seu conteúdo efetivo de valor, o que caracteriza uma desvalorização da moeda nacional e, por consequência, inflação (MENDONÇA, 1987).

Antes disso as crises econômicas apresentavam um caráter deflacionista uma vez que a não realização dos trabalhos privados ocasionava a destruição das moedas de crédito que consistiam em valores antecipados desses trabalhos. No entanto, com o surgimento da interligação e hierarquização do sistema monetário e com a colocação dos Bancos Centrais no vértice dessa hierarquia, as próprias moedas nacionais foram inseridas no sistema de crédito de maneira a proporcionar uma contradição entre a criação privada de moeda de crédito e sua validação social.

Foi precisamente a possibilidade de moedas de crédito continuarem circulando sob a forma de moeda nacional e funcionando como meio de pagamento mesmo sem nenhum conteúdo de valor associado a elas o que permitiu conter, durante os 30 anos do capitalismo gerencial, as contradições fundamentais ao capitalismo. Tais contradições, no entanto, foram se acumulando até irromperem com todo vigor nos anos finais da década de 1960 de maneira combinada a um processo inflacionário, que, no ano de 1974, atingiu uma média de 13,4% dentro do conjunto de países da OCDE. A essa combinação de estagnação econômica com processo inflacionário deu-se o nome de *estagflação*.

De acordo com dados sistematizados por Mendonça (1987), pode-se perceber a dimensão dos efeitos causados pela crise dos anos 1970 ao se analisar alguns indicadores econômicos dos países participantes da OCDE. A produção industrial, por exemplo, foi sem dúvida o setor mais atingido pela crise. As sete maiores economias da OCDE registraram retrações de grandes proporções em sua produção industrial: Japão, Estados Unidos da América, Alemanha e Reino Unido registram, de 1973 a 1975, retrações de 13,9%, 9,3%, 7,8% e 7,2% respectivamente. Itália, França e Canadá enfrentam retração da produção industrial apenas a partir de 1975 com diminuições de 8,8%, 6,5%, e 6% respectivamente. Com relação aos níveis de investimento, por sua vez, a Formação Bruta de Capital Fixo regrediu, em média, 4,8% em 1974 e 5,3% em 1975 no total de países participantes da OCDE. Após alguns anos de ligeira recuperação esse índice volta a cair a partir de 1980 e mantém-se em queda até 1982. Em relação a taxa de desemprego, ao analisar a média entre sete maiores países da OCDE, percebe-se uma elevação entre 1974 e 1975 da ordem de 1,7%. Após alguns anos constante ela volta a subir a partir de 1980 e atinge um pico de 8,2% em 1983.

Essa grave crise estrutural pela qual passa o capitalismo na década de 1970 ensejou transformações de grande envergadura nas formas pelas quais se dá o processo de acumulação de capitais. São exatamente essas transformações os alicerces daquilo que comumente se denomina de neoliberalismo, fenômeno que será averiguado no próximo tópico.

3.3 O Capitalismo Contemporâneo: Neoliberalismo, reestruturação produtiva, globalização financeira

A Crise Estrutural dos anos 1970 manifestou restrições intransponíveis ao processo de acumulação capitalista dentro do quadro das políticas econômicas e institucionais que compunham o padrão de acumulação dos “anos dourados” do capitalismo. Isto posto, uma vez que as políticas econômicas que haviam prevalecido até então mostraram-se ineficazes ao restabelecimento do processo de acumulação de capital, iniciou-se, junto com a crise econômica, uma crise das próprias políticas econômicas, bem como do marco teórico que as inspiravam, o keynesianismo (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 11).

Conseqüentemente, é a Crise Estrutural dos anos 1970 que abre espaço para o retorno em força das teses liberais ou neoclássicas da economia política, que, desde a Crise Estrutural de 1929, haviam estado em ostracismo. Apesar da diversidade de pensadores e de ramificações dessas teses, elas têm em comum o fato de diagnosticarem a Crise Estrutural de 1970 como uma consequência da intervenção do Estado na economia, principalmente, sob a forma das

políticas econômicas de expansão excessiva da massa monetária, praticada sobretudo nos Estados Unidos da América. Ela, por sua vez, era transmitida ao conjunto da economia mundial pelo sistema de câmbios fixos de Bretton-Woods. A consequência imediata dessa expansão, segundo as teses liberais, foi um processo inflacionário que fez com que os trabalhadores, por meio dos sindicatos, passassem a pressionar seus governos por aumentos salariais, provocando um aumento da relação salário-preço e, como consequência, a subida do desemprego. (MENDONÇA, 1987, p 121).

À época, a resposta dos governos ao aumento das taxas de desemprego foram, nas palavras dos liberais, as tradicionais políticas econômicas de relançamento, tanto pela via indireta, através da redução das jornadas de trabalho, quanto pela via direta através dos estímulos à demanda, o que teria agravado todos os problemas:

A ação sindical teria, a partir de certa altura, imposto aumentos de salários iguais ou mesmo superiores à taxa de inflação, gerando-se assim um efeito do tipo “bola de neve”, em que a inflação se alimentaria de si própria, deixando de provocar a baixa da relação salários-preços e, deste modo, tornando-se ineficaz na reabsorção do desemprego (MENDONÇA, 1987 p. 123).

Como fator agravante dessa situação, os liberais apontam ainda para as formas de assistência social, subsídios de desemprego e medidas de proteção social a desempregados que, pela visão keynesiana de estabilização econômica e pela via do incremento à procura através do estímulo ao consumo, teriam aumentado o valor mínimo de salário a partir do qual os trabalhadores estariam dispostos a aceitar um emprego. Como resultado, produzir-se-ia, assim, um fenômeno denominado de desemprego involuntário (MENDONÇA, 1987, p. 124).

Dessa forma, para superar esse processo de crise, o capital passou a engendrar modificações qualitativas, tanto ao nível de sua superestrutura (o papel do Estado e da ideologia na operacionalização das necessidades do capital), quanto ao nível de sua infraestrutura (o processo de acumulação em si), realizando uma reconstrução econômica, política e ideológica das bases de acumulação do capital (PINTO, 2005, p. 56).

O início dessa reconstrução se deu, aproximadamente, a partir dos anos de 1980 quando, em grandes economias de países centrais do capitalismo, subiram ao poder governos que apresentavam como solução à Crise Estrutural dos anos 1970: o desmonte das políticas sociais características do “Welfare state”; o combate às políticas macroeconômicas de orientação keynesiana; a redução da propriedade pública das empresas; e a diminuição da regulação do setor privado por regulamentações estritas – em especial aquelas relacionadas aos direitos trabalhistas e ao sistema financeiro (LAVAL; DARDOT, 2016, p.189).

Esse processo de complexas e profundas transformações das formas de organização política, econômica e social das sociedades hodiernas pode ser sintetizado a partir de três fenômenos interdependentes, complementares e de caráter global que, juntos, constituem os aspectos determinantes da dinâmica do modo de produção capitalista na contemporaneidade: o neoliberalismo, a globalização financeira e a reestruturação produtiva. (FILGUEIRAS, 2000, p. 41).

São exatamente esses os fenômenos a serem abordados nos próximos subtópicos, em especial a reestruturação produtiva, por ser o aspecto central para o entendimento das circunstâncias que tornaram possível o surgimento das Cadeias Globais de Valor.

3.3.1 O neoliberalismo

O fenômeno político e ideológico denominado de “neoliberalismo” alterou profundamente o modo de exercício do poder estatal, bem como as regras de funcionamento da economia capitalista por meio da introjeção de uma nova lógica normativa voltada para a operacionalização da globalização e da financeirização do capitalismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p.190).

Sua disseminação, afirmação hegemônica e implementação se deram nas décadas subsequentes à Crise Estrutural de 1970. No entanto, seu surgimento remonta aos anos pós-Segunda Guerra Mundial, como uma reação intelectual à hegemonia das teorias de cunho keynesiano, que apostavam na intervenção estatal voltada para o estímulo da atividade produtiva e para a busca pelo pleno emprego como mecanismos garantidores da estabilidade econômica (FILGUEIRAS, 2000, p. 45).

O neoliberalismo pode ser definido, então, como uma estratégia de desenvolvimento do capitalismo assentada em um conjunto de propostas políticas e econômicas cujo objetivo é reestruturar o processo de acumulação capitalista. Seu objetivo é romper com a velha forma e superar os antigos entraves que levaram à redução da rentabilidade do capital dos países centrais. Para o cumprimento desse objetivo, o neoliberalismo aposta em uma estratégia que pode ser sintetizada a partir de três fundamentos: a estabilização macroeconômica, orientada principalmente para o controle inflacionário e fiscal; as reformas estruturais de caráter pró-mercado, orientadas para a construção de um ambiente econômico que fomente a livre iniciativa e os investimentos privados; e a retomada do processo de crescimento econômico, a partir dos investimentos privados fomentados pelas reformas realizadas no estágio anterior (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 12).

3.3.1.1 O liberalismo e sua especificidade contemporânea

O ponto de partida fundamental do liberalismo é usualmente atribuído aos trabalhos de Adam Smith, em especial, seu livro “A riqueza das nações”, de 1776, obra que coincidiu com o apogeu da Revolução Industrial e que atendeu aos interesses da recém surgida classe social burguesa. O princípio mais fundamental dessa obra é a afirmação de que o mundo seria mais justo, racional, eficiente e produtivo caso a livre iniciativa – atitudes econômicas dos indivíduos – não fosse restringida pelos poderes do Estado ou das corporações de ofício (MORAES, 2001, p. 5).

Tal afirmação é feita com base na premissa filosófica de que a motivação individual – busca pelo lucro e satisfação do interesse próprio – são aspectos que constituem a essência dos seres humanos. A manifestação dessa essência na esfera social da vida humana seria, portanto, o mercado: um sistema que surge espontaneamente e que ordena e coordena a vida humana através do confronto entre oferta e demanda, ambas mediadas pelo mecanismo dos preços (MORAES, 2001, p. 5).

A partir de tais premissas é possível apontar pontos de continuidade entre a tradição liberal clássica e a neoliberal, são eles: i) a assunção de que os indivíduos tomam suas decisões de maneira egoísta, com base no desejo de satisfazer seus interesses próprios por meio do uso da razão; ii) a dinâmica econômica é produto do somatório das diversas atitudes individuais e auto interessadas dos indivíduos; iii) o conjunto dessas atividades individuais e auto interessadas fazem parte de uma “ordem natural harmônica”; iv) essa ordem harmônica natural se manifesta na forma do funcionamento do mercado, direcionando os interesses particulares rumo ao ótimo social e, portanto, ao bem-estar geral da sociedade; v) e, por fim, a asserção de que qualquer interferência no mercado impede o correto funcionamento dessa ordem natural harmônica, acarretando prejuízos a sociedade (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 12).

No entanto, a doutrina neoliberal possui aspectos de descontinuidade com relação ao liberalismo clássico, aspectos esses que refletem o momento histórico distinto para o qual tal teoria se apresenta como resposta. O mais importante desses elementos refere-se ao papel do Estado na sociedade. Para o liberalismo clássico, o Estado deve ser mínimo no sentido de que se limite a garantir a liberdade individual através de um pacto social estabelecido entre os indivíduos de maneira a defender os direitos naturais do homem, fundamentalmente o direito à propriedade (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 12).

Para os teóricos neoliberais, no entanto, o Estado passa a ter a responsabilidade de garantir o funcionamento do livre mercado. Dessa maneira, essa corrente teórica não se opõe à presença estatal na economia de maneira geral. Seus esforços se concentram mais no objetivo de reformular tal intervenção, no sentido de fazê-la fomentar os mecanismos de mercado nos diversos segmentos da vida social. Com isso, substitui o princípio do igualitarismo fordista-keynesiano pelo princípio da desigualdade enquanto um valor positivo para democracia, uma vez que a desigualdade seria o motor da concorrência do livre mercado (FILGUEIRAS, 2000, p. 46).

O Estado mínimo neoliberal, para ser consolidado e mantido, precisa, portanto, ser também um Estado forte, que não deixa de intervir na economia, mas apenas muda seu tipo de intervenção. Um exemplo figurativo desse fenômeno são os gastos governamentais, que não deixam de existir, mas passam a ser direcionados à esfera financeiro-fictícia da economia, em detrimento dos gastos com oferta de serviços públicos de assistência social aos trabalhadores. Essa modificação conduz à formação do que pode ser definido como Estado “mini-max”: mínimo para o trabalho, máximo para o capital. Em segundo lugar, pode-se citar a intervenção ativa do Estado neoliberal na reformulação e desmonte dos arranjos institucionais associados aos *Welfare States*, em adição a sua atuação normativa de disseminação da lógica mercadológica para o conjunto da sociedade (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p. 14). Além disso, no âmbito da política social, mas reconhecendo as “falhas de mercado”, admite a intervenção em situações pontuais, focalizadas. A mais famosa delas são as políticas de renda mínima, voltadas para os mais pobres dentre os pobres.

Para além das funções do Estado, um outro ponto de divergência entre a doutrina liberal na sua versão clássica e contemporânea é que o liberalismo clássico apresentava um caráter progressista, pois visava combater o Estado absolutista, os privilégios da nobreza e os direitos feudais; já o neoliberalismo, ao buscar se contrapor ao keynesianismo e ao Estado de bem-estar social, aposta num retorno a uma “ordem estabelecida” anterior, o que lhe confere um caráter reacionário e conservador.

Do ponto de vista político, por sua vez, diferentemente do liberalismo político, o neoliberalismo contemporâneo não tem por objetivo a defesa da democracia, podendo até mesmo se opor a essa forma de Estado. Para a chamada “Escola Austríaca”, por exemplo, o neoliberalismo e o pensamento democrático burguês são elementos distintos que tratam sobre questões diferentes: o primeiro tem como objeto central a liberdade econômica no mercado; o

segundo, a constituição de um governo com base no princípio da maioria (HAYEK, 1983 *apud* BOITO, 1999, p. 24).

Para essa vertente do pensamento neoliberal, portanto, é perfeitamente possível que a busca pela liberdade econômica ocorra sob um regime ditatorial, da mesma forma que desapareça sob um regime democrático. Para a escola neoliberal de Virgínia, por exemplo, a influência do voto popular sobre as decisões políticas deveria ser minimizada, de maneira que a democracia seria muito mais um obstáculo a ser contornado do que um objetivo a ser atingido. Tal qual a chamada “Escola de Chicago”, ambas lançam mão de medidas voltadas para a subtração das decisões econômicas da influência do sufrágio, tais como a autonomia do Banco Central e a obrigação constitucional de equilíbrio no orçamento. Ademais, vale citar que a primeira experiência neoliberal na América Latina ocorreu sob a vigência de um regime ditatorial, no Chile, implementada por uma ditadura militar (BOITO, 1999, p. 24-5).

Socialmente, essa doutrina também se opõe as políticas sociais características do Welfare State, uma vez que considera equivocada a existência de políticas ativas de diminuição de desigualdades entre indivíduos, pois isso os desestimulariam à competição, o que, por sua vez, arrefeceria os mecanismos de mercado (FILGUEIRAS, 2000, p. 46).

No campo da economia, a política econômica passa a ter, sob a hegemonia do pensamento neoliberal, a função de defender a estabilidade monetária, contendo a inflação e assegurando os contratos de livre concorrência. Para fomentar a livre concorrência, torna-se necessário desregulamentar tantos setores quanto possíveis, em especial as relações trabalhistas. Nesse mesmo sentido, passa a ser estimulada, no plano internacional, a livre mobilidade de capitais e de mercadorias, de maneira a fomentar a derrubada de restrições ao comércio internacional e a circulação de capital financeiro (FILGUEIRAS, 2000, p. 45). Esse aspecto se relaciona intimamente ao que será abordado nos próximos subtópicos: a reestruturação produtiva e a globalização financeira.

3.3.2 *A reestruturação produtiva*

A Crise Estrutural dos anos 70, marcada pela estagnação da produção de bens e pela alta inflação de preços, significou o fim de um período de aproximadamente 25 anos de crescimento econômico assentados no uso de técnicas fordistas de gerenciamento da produção e de políticas keynesianas de estímulo ao consumo de massa. É válido ressaltar, contudo, que o fordismo-keynesianismo engendrava não apenas um modo de organização econômica e produtiva, mas também um “modo de vida” pautado em um pacto social entre o capital, o trabalho e o Estado,

na busca pelo pleno emprego, pela estabilidade no trabalho e por garantias sociais (FILGUEIRAS, 2000, p. 51)

Segundo David Harvey (1992, p. 135), a principal característica responsável pelo esgotamento desse modo de organização da vida social pode ser definida em uma palavra: rigidez. Nas palavras desse autor, verificava-se, nessa época, problemas de rigidez relacionados aos investimentos em capital fixo de larga escala e de longo prazo, à alocação e aos contratos de trabalho, aos mercados e aos compromissos do Estado com programas de assistência social. Todos esses problemas impediam um maior grau de flexibilidade nos sistemas de produção em massa, que precisavam presumir um crescimento estável em mercados consumidores sem variação e diversificação.

Como resposta a esse fato, o capital pôs em movimento um conjunto de processos que desmontaram os pilares centrais do compromisso fordista-keynesiano. No campo específico da produção industrial, essas modificações significaram a execução de novos modos de gestão da produção fabril, caracterizados por um confronto direto com a rigidez fordista. Esses processos podem ser agrupados sob a alcunha do termo “reestruturação produtiva” e marcam a passagem do padrão de acumulação fordista-keynesiano ao que se denomina hodiernamente de “padrão de acumulação flexível” (HARVEY, 1992, p. 140).

Em resumo, o processo de reestruturação produtiva é um fenômeno caracterizado pela associação entre as transformações ocorridas no âmbito das formas de organização da produção e a incorporação de inovações tecnológicas eletrônicas e computacionais advindas da revolução microeletrônica. Isso se converteu na base da reorganização do capitalismo sob novos modelos de gestão do trabalho, tais como o Toyotismo, a produção enxuta, e a qualidade total, dentre outras formas de gestão de pessoas agrupadas sob o “padrão flexível de acumulação” (PINTO, 2005, p. 58).

Dessa forma, percebe-se que a reestruturação produtiva é um processo composto por dois polos indissociáveis: as novas tecnologias e as novas formas organizacionais de gestão de trabalho/pessoas, ambos, em conjunto, buscando uma meta: a flexibilidade. No que se refere ao primeiro polo, o uso de novas tecnologias anseia romper a rigidez típica do sistema fordista de produção, buscando substituir a automação rígida, de natureza eletromecânica, pela automação de base microeletrônica (ajustável por meio da informação). Essa substituição proporciona maior grau de flexibilidade ao processo produtivo tanto do ponto de vista quantitativo (volume de produção), quanto qualitativo (diferenciação do produto), permitindo a reorientação do

maquinário de acordo com flutuações da demanda e do mercado, características do momento contemporâneo da economia e da indústria (MAFRA, 2003, p. 21).

Com relação ao segundo polo, o capital passa a substituir a gestão de pessoas característica do fordismo – baseado na comunicação intersetorial hierarquizada, onde o trabalhador funciona como apêndice da máquina – por um modelo no qual o maquinário é complementado por trabalhadores polivalentes, qualificados, adaptáveis, multifuncionais, menos rígidos, menos estáticos, menos tecnicistas, mais cooperativos, mais proativos e dotados de raciocínio lógico. Nesse contexto, as estruturas organizacionais se tornam menos hierárquicas e mais voltadas para a obtenção de resultados, compartilhando projetos conjuntamente (MAFRA, 2003, p. 24).

O princípio norteador dessa técnica de gestão é o *just-in-time*, que tem como premissas a subsunção do fluxo produtivo à demanda, de maneira a produzir exatamente na mesma quantidade e no momento exato conforme a demanda, eliminando a existência de estoques, de desperdícios, de todos os tempos mortos internos a uma jornada de trabalho, buscando sempre a máxima eficiência e menor custo (CORIAT, 1993 *apud* FILGUEIRAS, 2000, p. 54).

Tais valores se estendem também para o mercado de trabalho onde toda essa flexibilidade exige livre contratação, livre negociação de salários e livre determinação de jornada de trabalho, configurando relações trabalhistas igualmente flexíveis e sem restrições ou regulamentações por parte do Estado. Para tanto, passam a ganhar força novos tipos de relação trabalhador/empresa, realizados por diversas formas de subcontratação e, principalmente, terceirização; todas elas buscando reduzir o custo efetivo da mão-de-obra aos menores níveis possíveis e transferindo riscos e responsabilidades para empresas de menor porte, quando não, para o próprio trabalhador (DRUCK, 1995 *apud* FILGUEIRAS, 2000, p. 55).

No conjunto da economia, a reestruturação produtiva se traduz como um elemento determinante para a globalização. No contexto de um capitalismo mundializado, marcado pela transnacionalidade do capital e seu sistema produtivo, o trabalho torna-se igualmente transnacional. A incorporação do novo paradigma tecnológico, associado à telemática e à microeletrônica, bem como os avanços dos veículos de comunicação e de transporte, possibilitou uma reconfiguração tanto do tempo quanto do espaço de produção, de maneira que novas regiões industriais surgem constantemente ao redor do globo, enquanto outras desaparecem (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 341).

Esse processo deu origem a uma abertura de fronteiras no mundo do trabalho, que desenvolveu uma classe trabalhadora igualmente transnacionalizada, que mescla aspectos locais,

regionais, nacionais e internacionais e que constitui a base daquilo que se denomina de “globalização”.

3.3.3 *A globalização financeira*

O termo “global”, enquanto referência ao fenômeno abordado no estudo em tela, popularizou-se no discurso político neoliberal em meados da década de 80. Seu destinatário eram os setores administrativos de grandes empresas e a mensagem que tal termo buscava afirmar era a de que: a liberalização e a desregulamentação operadas pelas reformas neoliberais, bem como a incorporação das tecnologias comunicacionais advindas da telemática, desmontaram os obstáculos à expansão das atividades capitalistas, tornando imperativa a necessidade de se reformularem as estratégias internacionais dessas empresas, expandindo-as para onde quer que se possa gerar lucros (CHESNAIS, 1996, p. 23).

É válido ressaltar, no entanto, que as transformações que originaram o fenômeno da globalização são um resultado de acordos intencionados realizados entre as diversas frações burguesas de diferentes países. Esse fenômeno é, antes de tudo, produto espontaneamente criado pela concorrência intercapitalista via progresso técnico - principal vetor de desenvolvimento do capitalismo - e pela busca por mais-valia extraordinária; ambos fenômenos que ocorrem no âmbito da lei geral da acumulação capitalista (ALMEIDA, 2018, p. 81)

Isto posto, o fenômeno comumente denominado de “globalização” é geralmente apresentado pelo pensamento teórico neoliberal como um processo profícuo, bastante benéfico – principalmente em termos de progresso técnico – e, acima de tudo, inédito na história da humanidade. Tal posição é formulada partir de uma interpretação da globalização como expressão do funcionamento do livre mercado, da concorrência perfeita e do comércio internacional. (KNUTSEN, 1998, p. 153).

Para essa corrente de pensamento, as “forças do livre mercado”, agora libertas das regulamentações econômicas erguidas durante os 30 anos que as precederam, abrem margem para que empresas tenham incomparável liberdade de movimento para todos os lugares do planeta e submetam, sem exceção, todos os campos da vida social à lógica de valorização do capital privado. Ao restante da sociedade, restaria apenas adapta-se às novas exigências que esse processo impõe e descartar qualquer tentativa de controlá-lo ou resistir a ele (CHESNAIS, 1996, p. 25).

Associado à tradição da teoria econômica marxista, o termo “mundialização” busca definir aquilo que os teóricos neoclássicos denominam por “globalização”, sendo uma fase

específica do processo de internacionalização capitalista, quando o processo de valorização do capital, agora livre das regulamentações do Estado, pode deslocar-se mundialmente em direção às regiões do mundo onde existem recursos ou mercados, e só a elas (CHESNAIS, 1996, p. 32).

Essa intensificação da internacionalização das relações capitalistas de produção e distribuição de riquezas, que teve como ponto de partida a reestruturação produtiva iniciada anos antes nos países centrais do capitalismo, não seria um fenômeno inteiramente novo na história da modernidade – a não ser em sua amplitude e intensidade. O motivo é que, desde os seus primórdios, o capitalismo sempre demonstrou sua tendência à expansão e à consequente mundialização de sua dinâmica. (GORENDER, 1996 *apud* FILGUEIRAS, 1998, p. 59).

Tal radicalização de tendências imanentes ao modo de produção capitalista é consequência da mais longa fase de acumulação capitalista ininterrupta desde, aproximadamente, 1914. Sua principal consequência é a intensa diminuição, para a esmagadora maioria de países capitalistas, de sua capacidade de conduzir autonomamente, de maneira aut centrada e independente, o desenvolvimento de suas economias; o desaparecimento das especificidades dos mercados nacionais; e a imposição, para países, partidos e governos, de uma determinada linha de conduta, sempre afinada aos princípios da desregulamentação, liberalização e privatização, estritamente necessários ao capitalismo contemporâneo (CHESNAI, 1996, p. 34).

É válido ressaltar que o aspecto preponderante dessa mundialização capitalista é o processo de globalização financeira, aqui concebido como a formação de um mercado global e unificado de capital sob a forma dinheiro, no qual empresas multinacionais, tanto industriais quanto financeiras, podem realizar empréstimos ou aplicar fundos por meio de quaisquer instrumentos financeiros disponíveis (PLIHON, 1995 *apud* FILGUEIRAS, 2000, p. 62).

Para garantir tal grau de liberalização financeira, foram desmontadas basicamente dois tipos de regulamentação: aquelas que delimitavam os diversos setores dos mercados financeiros nacionais de acordo com suas distintas funções e aquelas que separavam os setores financeiro e monetário, bem como os que os mantinham apartados dos mercados mundiais. A partir da retirada dessas fronteiras, observou-se um entrelaçamento entre os diversos setores financeiros nacionais e entre as esferas nacionais e internacionais (FILGUEIRAS, 2000, p. 63).

A origem desse movimento de integração financeira global remonta à queda, em 1971, do Sistema Monetário Internacional, oriundo dos chamados Acordos de Breton Woods. O fim do padrão dólar-ouro deu início a um período de ausência de âncora cambial, além de possibilitar o entrelaçamento entre os mercados cambiais e financeiros. Disso resultou uma

grande instabilidade nas transações econômicas internacionais, o que afetou tanto as relações produtivas/comerciais, quanto monetárias/financeiras.

Nesse ínterim, vale citar a crescente volatilidade das taxas de juros e de câmbio, que abriu espaço para um fenômeno denominado de desintermediação financeira: a busca por financiamento às margens dos fornecedores tradicionais, o que *“estimulou-se a criação de todo um conjunto de inovações e produtos financeiros, que facilitaram o trânsito dos recursos entre os mercados e responderam à demanda por segurança dos aplicadores num ambiente de extrema incerteza”* (FILGUEIRAS, 2000, p. 63).

Porém, a globalização não se restringiu ao âmbito financeiro. No campo da produção industrial, uma das consequências mais visíveis da mundialização do capital é a transferência de atividades produtivas – algumas de alto valor agregado – do centro para a periferia do capitalismo. Isso, no entanto, não é sinônimo de que os interesses dos diversos países do sistema capitalista mundial estejam sendo equalizados por meio do mercado. Ao contrário, não só aumenta a complexidade da relação entre centro e periferia como cresce a subordinação do segundo em relação ao primeiro, com o risco de suspensão abrupta das atividades produtivas na periferia (FILGUEIRAS, 2006, p. 61).

As indústrias multinacionais, munidas pelas novas tecnologias de comunicação e controle, e gozando das benesses da desregulamentação promovida pelas políticas neoliberais, veem maximizadas suas capacidades de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir e de mover ao longo do globo seu capital produtivo. Tal fato põe em concorrência direta o preço da mão-de-obra entre as diversas regiões do planeta, fazendo o capital se mover para onde os custos forem menores, pela via do investimento ou da terceirização (CHESNAIS, 1996, p. 34).

3.4 A Nova divisão internacional do trabalho

A Crise Estrutural da década de 1970 significou o encerramento de uma fase do desenvolvimento da economia capitalista mundial. O estudo em tela assenta-se na tese de que, a partir de então, as precondições para expansão e acumulação de capital sofreram transformações qualitativas fundamentais, resultando na combinação paulatina da divisão internacional do trabalho (DIT) “clássica”, que havia vigorado até então, com uma nova divisão internacional do trabalho (FRÖBEL; HEINRICHS; KREYE, 1978, p. 124).

O argumento por trás dessa tese é o de que as grandes corporações transnacionais dos países desenvolvidos, em face às taxas de lucro declinantes verificadas durante a década de 1970,

iniciaram um processo de realocação de suas plantas industriais em direção aos países do então denominado terceiro mundo, dotados de grandes contingentes de mão-de-obra mais barata e disciplinada. Tal fato explicaria o declínio das atividades industriais dos países desenvolvidos durante as décadas de 70 e 80 (STAROSTA, 2016, p. 80). No conteúdo da nova divisão internacional do trabalho está, portanto, o processo de reorganização, em escala mundial, da produção das empresas privadas, que se manifesta no crescente número de realocações das instalações produtivas tanto entre países tradicionalmente industrializados quanto em direção aos países subdesenvolvidos (FRÖBEL; HEINRICHS; KREYE, 1978, p. 125).

Para isso, as corporações transnacionais se utilizaram tanto dos avanços tecnológicos dos meios de comunicação e transporte quanto da fragmentação e consequente simplificação de atividades não especializadas, originando uma tendência para a formação de fábricas internacionais voltadas para a exportação no terceiro mundo. Com isso, a divisão internacional do trabalho clássica, marcada pela polarização da economia mundial entre um centro capitalista industrializado e uma periferia capitalista restrita a exportação de produtos primários, vem sendo paulatinamente substituída pela nova DIT, desta vez polarizada entre uma periferia industrializada, porém, ainda dependente, e um centro capitalista cuja economia é agora orientada ao setor de serviços de alta tecnologia, mas ainda intimamente interligados à atividade industrial (STAROSTA, 2016, p 80).

Sobre a relação entre a simplificação do processo produtivo e sua posterior fragmentação ao longo dos diversos países do mundo, convém acrescentar detalhes a respeito de sua processualidade, que explicitem o fato de que ela não é produto da simples quebra das atividades de produção em um número maior de etapas, mas de uma objetivação, no sistema de máquinas, das habilidades práticas que antes eram incorporadas ao trabalho industrial manual e adquiridas mediante longos períodos de atividade prática (STAROSTA, 2016, p. 88). Tal acontecimento é produto da elevação da automação industrial capitalista e seu impacto sobre a subjetividade produtiva da classe trabalhadora como um todo. A automatização e informatização demandou uma elevação dos atributos produtivos técnicos – intelectuais e científicos – dos trabalhadores que executam as partes mais complexas do processo de produção industrial, uma vez que houve um salto de complexidade no manuseio do maquinário industrial. Este passou a exigir conhecimentos de informática e robótica para sua calibração ou alimentação, por exemplo. Por outro lado, simplificou ainda mais as atividades de produção direta, ou atividades do “chão de fábrica” (CARREIRA, 2013 *apud* STAROSTA, 2016).

Portanto, como argumenta Almeida (2018), vê-se que o processo descrito é condicionado ao próprio desenvolvimento das forças produtivas sob a égide das leis do sistema capitalista.

Essa automação da subjetividade produtiva dos trabalhadores envolvidos na produção direta no sistema de máquinas fez desaparecer certas atividades de produção – em especial aquelas que giram em torno de habilidades manuais e intelectuais especializadas que demoram a ser aprendidas – ao passo em que fez nascer outras, mais simples, porém assentadas em tecnologias do trabalho mais sofisticadas:

muitas das habilidades recém-criadas – da familiaridade com computadores à flexibilidade ou iniciativa individual na resolução de problemas ou na tomada de decisões – tendem a girar em torno da dimensão universalista da qualidade produtiva da força de trabalho, [...] cujo desenvolvimento é alcançado no processo geral de educação e socialização que antecede sua efetiva aplicação no processo de produção (STAROSTA, 2016, p. 88).

Essas novas atividades produtivas diretas, embora baseadas no exercício mental, no controle, no planejamento e na lembrança consciente, não são necessariamente extremamente complexas, no sentido de exigirem longos períodos de treinamento produtivo subjetivo. Porém, elas dependem de atributos universais da qualidade da força produtiva, como citado acima. A incorporação das novas tecnologias industriais e suas conseqüentes transformações materiais no processo produtivo tem formado, portanto, uma diferenciação qualitativa na força de trabalho dos diferentes segmentos do trabalhador coletivo. De um lado, os trabalhadores da programação e do desenvolvimento de máquinas do trabalho, bem como do planejamento e gerenciamento industrial de larga escala, desempenham atividades de maior complexidade, que demandam habilidades mais qualificadas; por outro, os trabalhadores do “chão de fábrica”, envolvidos nas atividades produtivas diretas tem experimentado uma simplificação de suas atividades, que agora tem parte de seu aspecto subjetivo e manual, objetivado nas máquinas. Ambos os processos advêm da mesma causa: o salto técnico das tecnologias do trabalho (STAROSTA, 2016).

Foi com base nessa diferenciação qualitativa dos atributos produtivos do trabalhador coletivo industrial que se desenvolveram, nas últimas quatro décadas, as diferenciações dos espaços nacionais e regionais em termos de acumulação. O grande capital industrial tem conseguido – com base na desregulamentação neoliberal das economias nacionais, na evolução de tecnologias de comunicação e transporte, e no salto técnico do maquinário industrial associado à reestruturação produtiva – dispersar geograficamente diferentes etapas do processo

produtivo ao redor do mundo, de acordo com as combinações mais lucrativas de custos de mão-de-obra e atributos produtivos disponíveis em cada espaço nacional (STAROSTA, 2016 p. 89).

É exatamente a conjunção entre as medidas de liberalização econômica nacionais e internacionais com a internacionalização de capitais industriais mediante fatiamento/espraiamento geográfico mundial das diferentes etapas do processo produtivo de mercadorias o que está na essência da Nova Divisão Internacional do Trabalho. Esta, por sua vez, se manifesta na forma daquilo pode-se denominar de Cadeias Globais de Valor.

3.4.1 *As Cadeias Globais de Valor*

O período que vai de meados da década de 1960 até os dias atuais marca o início de transformações de grande envergadura nas estruturas das grandes corporações industriais. Tais transformações tem como ponto nodal a reestruturação produtiva das plantas industriais dessas corporações mediante a introjeção de tecnologias que permitiram tanto o enxugamento da produção quanto a sua reorganização, espalhando-as para além da unidade produtiva local. Assim, as unidades produtivas que antes eram confinadas a um espaço nacional, passaram a ser alocadas em diversas nações, regiões ou sub-regiões (PEREIRA, 2019, p. 88).

Para compreender essa forma de organização produtiva, é necessário entender uma firma como um conjunto de pessoas realizando atividades distintas voltadas a produção de um bem: desenvolvimento de técnicas produtivas, produção, venda, contabilidade, etc. (POTTER, 1986, p. 13). O ciclo que vai desde a elaboração do projeto de um bem, passando por sua produção, até a sua venda, bem como todas as atividades acessórias a esse processo, pode ser melhor entendido por meio do conceito de Cadeia de Valor Adicionado ou Cadeia de Valor. Nas palavras de Kogut *apud* Gereffi et al. (2005) uma Cadeia de Valor significa

o processo pelo qual a tecnologia é combinada com insumos materiais e de trabalho e, em seguida, os insumos processados são montados, comercializados e distribuídos. Uma única empresa pode consistir em apenas um elo neste processo, ou pode ser amplamente integrado verticalmente (KOGUT, 1985, p. 15 *apud* GEREFFI ET AL., 2005, p. 79).

A cadeia de produção de um bem pode ser entendida, portanto, como o conjunto de atividades encadeadas no seu ciclo produtivo, desde a pesquisa e desenvolvimento, elaboração de design, fabricação, distribuição e serviços pós-venda, constituindo todo o ciclo de produção de valor de um bem (OLIVEIRA, 2015, p. 74).

O ponto central envolvido no surgimento das indústrias globalizadas é que, anteriormente concentradas em um único espaço nacional e nas mãos de uma única empresa, as cadeias de valor têm se tornado, nos últimos 40 anos, dispersas geograficamente ao redor do mundo e fatiadas em inúmeras etapas conduzidas não mais por uma única empresa, mas por várias (ZHANG; SHIMANSKI, 2014). Tal transformação marcou a substituição da chamada grande indústria chandleriana ou multidoméstica pelas indústrias globalizadas que conformam as atuais cadeias globais de valor (PEREIRA, 2019).

O termo indústria chandleriana designa o modelo de manufatura surgido no final do século XIX, que foi caracterizado pela grande concentração, em uma mesma instalação industrial, de um conjunto de atividades e operações distintas envolvidas na cadeia de produção de mercadorias e pela aplicação de sistemas de gerenciamento de produção racionais e hierarquicamente organizados. Esse modelo de organização de manufaturas foi decisivo para o crescimento econômico dos países capitalistas avançados e exigiu grandes volumes de investimento para a construção de grandes plantas industriais multiprodutivas e multirregionais, além de redes nacionais e internacionais voltadas para fornecimento e distribuição das mercadorias produzidas (PEREIRA, 2019, p 87).

Para que pudesse ser organizada dessa maneira, a corporação chandleriana necessitou, enquanto premissas históricas, do desenvolvimento tecnológico relacionado às malhas ferroviárias, ao telégrafo, às máquinas a vapor e de todos os dispositivos tecnológicos que possibilitaram os sistemas produtivos integrados nos quais os insumos produtivos puderam percorrer fluxos contínuos de maneira ágil e em grandes quantidades. A partir da intensificação da internacionalização do capital produtivo, ocorrida na segunda metade do século XX, a estrutura produtiva de tipo chandleriana passou a ser replicada em diversos outros países e blocos econômicos, com a conseqüente reprodução da mesma estrutura de governança e da mesma departamentalização. Para tanto, a grande corporação chandleriana buscava se adaptar apenas às especificidades de fornecimento e de consumo de cada região, uma vez que se centrava no abastecimento de mercados internos (PEREIRA, 2019, p. 88).

A partir da década de 1960, no entanto, em meio a todas as turbulências econômicas que são características desse período, verifica-se também a perda da vantagem competitiva das indústrias de tipo chandleriana norte-americanas – que por muito tempo foram líderes em competitividade industrial – em relação a empresas advindas, principalmente, da Alemanha e do Japão. As grandes corporações passam, então, a enfrentar uma situação de acirramento da concorrência, no qual a busca por vantagens específicas torna-se mais proeminente. O principal

recurso utilizado para responder a esse aumento de competitividade foi reestruturar a produção industrial no sentido de reduzir os custos de produção a partir da fragmentação e dispersão geográfica das diversas etapas de produção ao longo das regiões com mão de obra mais barata do que aquela verificada nos países centrais do capitalismo (SARTI et al, 2010, p.8).

Portanto, enquanto no período da indústria multidoméstica as cadeias de produção de cada corporação eram reproduzidas integralmente em cada local de implantação, na nova indústria globalizada passam a existir filiais geograficamente dispersas voltadas ao fornecimento apenas de componentes ou de uma determinada linha de produtos para o restante da corporação.

Esse novo tipo de gestão de produção espalhou-se por diversas indústrias, mas foi mais intensa nos setores em que é possível separar tecnicamente as etapas do processo produtivo, sendo mais lucrativo nos casos dos produtos cujo preço unitário é mais elevado em relação ao valor de cada etapa, como é caso do setor têxtil/vestuário e, principalmente, do complexo eletrônico. As empresas americanas desses setores iniciaram uma crescente externalização de atividades manufatureiras para empresas especializadas no fornecimento de partes específicas do processo de fabricação. Essas, por sua vez, tornaram-se responsáveis pela coordenação de fornecedores de peças, componentes e subsistemas. As empresas contratantes especializaram-se, então, na execução de atividades chave, como design ou desenvolvimento de novos produtos, enquanto as empresas fornecedoras aumentaram incrivelmente sua escala de produção ao prestar serviços para vários contratantes (SARTI et al, 2010, p. 8).

A questão mais importante para as Cadeias de Valor, agora globalizadas, passa a ser, portanto, quais frações do processo produtivo devem ser mantidas no país de origem da firma líder e quais devem ser terceirizadas para outras firmas, incluindo aquelas de distintas localidades geográficas. O objetivo é alcançar a melhor combinação possível entre as distintas unidades geográficas, capturando maior valor possível. É exatamente essa fragmentação produtiva, associada ao seu espraiamento geográfico, que constitui aquilo que agora denomina-se Cadeias Globais de Valor (CGV) ou Cadeias Produtivas Mundializadas (PEREIRA, 2019, p. 88; POTTER, 1986, p. 13).

A conformação dessas redes de produção internacional traz consigo um alto grau de hierarquização entre as firmas envolvidas no processo de produção, pois a sua razão de existir é exatamente explorar as assimetrias entre os diferentes elos da cadeia internacional de valor. Em um extremo estão as empresas que comandam a cadeia de produção, ou *flagship companys*; são elas que capturam grande parte da renda criada pela atividade produtiva, pois detêm ativos

intangíveis dificilmente emuláveis tais como marcas estabelecidas, propriedade intelectual de tecnologias e conhecimento de mercado. Por conta disso, elas ditam parâmetros de negociação e estabelecem padrões de qualidade a serem cumpridos pelas demais participantes da cadeia de produção, etc. No outro extremo ficam os elos periféricos da produção, responsáveis pelas etapas mais padronizadas e definidas pelas empresas contratantes. Quanto mais baixas são as posições dessas subsidiárias nas cadeias de produção, mais fracas são suas condições de negociação e menores são as porcentagens de valor apropriadas (SARTI et al, 2010, p. 9).

Essa nova lógica de gestão produtiva fez com que o comércio internacional se tornasse importante não apenas para “vender coisas”, mas também para “fazer coisas”. Junto a isso surge a noção de comércio internacional de tarefas, ou seja, cada fase do processo de agregação de valor a uma mercadoria pode ser potencialmente designada para uma empresa terceirizada (outsourcing) de outra localidade geográfica (offshoring). Com isto, muitas empresas transnacionais deixaram de ser produtoras globais de mercadorias para serem compradoras internacionais de mercadorias, atuando apenas na coordenação das cadeias de bens que estão sendo produzidos por fornecedoras terceirizadas (OLIVEIRA, 2015, p. 74).

É importante ressaltar que nem todos os países da periferia capitalista se inseriram nas CGV da mesma maneira. Países do leste asiático, historicamente periféricos do ponto de vista econômico, experimentaram picos de industrialização diferentes do que se verifica na América Latina, por exemplo. Nesse ínterim, Starosta (2016) afirma, por exemplo, que o Brasil é um dos casos mais paradigmáticos de prevalência da clássica DIT. Em adição a isso, Gomes e Diegues (2021, p. 405) afirmam que, entre 2000 e 2014, verificou-se um aumento no gap de produtividade de todos os setores industriais brasileiros em relação a produção industrial dos EUA, em especial nos setores de médio-alto e alto valor agregado.

Para os autores supracitados, portanto, o Brasil não está conseguindo se inserir em posições vantajosas dentro das CGV, fato que, em adição às medidas de cunho liberalizantes adotadas a partir da década de 1980, estaria conduzindo-o ao processo de desindustrialização e especialização na produção de produtos primários.

A reconstrução lógico-histórica realizada no presente capítulo é, portanto, necessária ao entendimento das transformações estruturais ocorridas do setor industrial brasileiro, consequência da adaptação do Brasil às transformações do sistema capitalista mundial que conformaram a Nova Divisão Internacional do Trabalho, tendo como resultado a desindustrialização. É exatamente o processo de adaptação do Brasil às transformações aqui expostas o que será abordado no próximo capítulo.

4. A CATEGORIA PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E O CASO BRASILEIRO

A categoria *Padrão de Reprodução do Capital*, apresentada no Capítulo 2 e historicizada no Capítulo 3, proporciona grandes contribuições ao entendimento das formas de reprodução do capital em diferentes economias, de acordo com a inserção nos níveis da hierarquia do capitalismo mundial e em determinados períodos históricos. Para o presente estudo, no entanto, o alcance dessa categoria analítica precisa ser estendido uma vez que ela capta as especificidades da reprodução do capital do conjunto das formações econômico-sociais latino-americanas, mas não permite a identificação de importantes diferenças entre elas, por exemplo. Para reduzir ainda mais o nível de abstração utilizado e atingir um maior grau de concretude na análise aqui pretendida, foi feito o uso de uma categoria que permite a análise de como um determinado padrão de reprodução do capital se desenvolve no interior de uma formação econômico-social específica: a categoria *padrão de desenvolvimento capitalista*.

4.1 A categoria padrão de desenvolvimento capitalista

Em linhas gerais, por padrão de desenvolvimento capitalista compreende-se os elementos econômicos, políticos e sociais que estruturam, organizam e delimitam o processo de acumulação de capital, bem como as relações econômico-sociais subjacentes a ele em um determinado espaço nacional e durante um determinado período histórico (FILGUEIRAS, 2013, p. 378). Esse conceito é constituído em nível de abstração mais reduzido do que o utilizado, por exemplo, na categoria padrão de reprodução, pois busca captar as singularidades da história e das especificidades econômicas, políticas e sociais concernentes a um único país. Tais especificidades não são generalizáveis para outras nações pois dizem respeito, em especial, a análise da interlocução do Estado com o processo de acumulação.

O aspecto que funda e distingue os sucessivos padrões de desenvolvimento capitalista, enquanto fases histórico-estruturais específicas da evolução econômica de um país, é a configuração do chamado “bloco no poder” (ALMEIDA, 2018, p. 142).

Esse conceito é extraído da obra do filósofo Nico Poulantzas e diz respeito à configuração assumida pelo conjunto das distintas classes e frações de classes que ascendem ao poder, em um dado período histórico, para dominar e dirigir o Estado e, assim, configurar a ação deste, majoritariamente, de acordo com seus interesses. Dadas as condições econômicas de cada classe e fração de classe, a dinâmica interna a um bloco no poder é marcada pela disputa

pela hegemonia política e ideológica sobre o conjunto do bloco: às frações e classes hegemônicas cabe a unificação e a condução do bloco como um todo a partir de seus interesses particulares; às frações não hegemônicas, cabe a subordinação aos interesses das frações hegemônicas, agora reconhecidos como interesses gerais do conjunto do bloco (POULANTZAS, 1977 *apud* FILGUEIRAS, 2013, p. 379).

Estão inclusas nessa dinâmica também as chamadas “classes-apoio”, que integram o grupo de segmentos sociais dominados pelo bloco no poder vigente em uma determinada conjuntura histórica, mas que apoiam este bloco pelo fato de receberem algumas concessões materiais. Essas concessões são feitas pelas frações de classe dominantes buscando a formação de uma hegemonia social ampla que possa equilibrar, ainda que contraditoriamente, um consenso que seja capaz de manter um compromisso entre as classes dominadas e dominantes. Por conta disso, as frações de classe integrantes de um determinado bloco no poder se encarregam sempre de efetivar uma série de medidas com impacto material positivo para as massas populares, ainda que tais medidas sejam efetivadas simplesmente pela pressão imposta pela luta das classes dominadas (POULANTZAS, 1985, p. 38 *apud* PINTO; BALANCO, 2014, p. 48).

Nas palavras de Filgueiras o bloco no poder

se situa na confluência entre estrutura e conjuntura, economia e política, Estado e mercado, sendo composto, em cada conjuntura, por determinadas classes e frações de classe que dominam o aparelho de Estado, direcionando-o de acordo com seus interesses – através da escolha e da colocação em prática de certas políticas econômico-sociais (FILGUEIRAS, 2018, p 525).

Uma vez apreendido o bloco no poder característico de um determinado padrão de desenvolvimento, pode-se, em seguida, identificar seus demais atributos essenciais, que expressam os interesses das frações de classe hegemônicas naquele período. Os atributos secundários de um PDC são estreitamente relacionados e compatíveis entre si, atestando a coesão e o modo articulado e concomitante pelo qual as diversas dimensões do desenvolvimento capitalista de reproduzem. Esses atributos secundários são: 1) a relação entre o capital e o trabalho; 2) a dinâmica das relações intercapitalistas; 3) o modo de inserção internacional; 4) a organização e articulação do Estado com o processo de acumulação; 5) a criação e incorporação do progresso técnico; 6) o financiamento da acumulação; 7) a estrutura de propriedade e distribuição da renda e da riqueza; 8) e as formas de organização e representação das distintas frações de classe (FILGUEIRAS, 2018, p. 525 – 527; FILGUEIRAS, 2013, p. 409 *apud* ALMEIDA, 2018 p. 142).

Uma vez que o presente capítulo buscará se debruçar sobre a forma assumida pelo capitalismo brasileiro a partir dos anos 1990, buscar-se-á identificar qual o bloco de poder ascendeu ao comando do Estado brasileiro a partir desta década, provocando a suplantação o Padrão de Substituição de Importações. É a identificação da fração burguesa dominante como fator primordial que permitirá compreender as modificações da forma de acumulação de capital no Brasil a partir dos anos de 1990 e, a partir de então, delinear os atributos secundários que caracterizam o atual Padrão de Desenvolvimento Capitalista brasileiro.

Entretanto, ao partirmos do entendimento de que a formação do sistema capitalista brasileiro se deu como consequência da evolução expansiva do capitalismo em escala mundial, percebemos que toda a nossa conformação e dinâmica econômica e social só pode ser compreendida ao levarmos em consideração que a forma assumida pelo capitalismo brasileiro está sempre intrinsecamente ligada a forma que assume o capitalismo nos países centrais (BAMBIRRA, 2013).

Logo, para que possamos compreender as alterações qualitativas sofrida pela economia brasileira (enquanto parte) a partir da década de 1990, se faz mister compreender de qual transformação do capitalismo em escala mundial (enquanto totalidade) ela é fruto. Se nos países centrais do sistema capitalista a Crise de 1970 demandou a realização de mudanças qualitativas que alteraram a face do padrão de reprodução de capital, no Brasil, bem como em todos os *países economicamente dependentes*⁴, logo se fez mister a realização de transformações qualitativas que pudessem adaptar as economias periféricas às novas necessidades dos *países imperialistas*⁵.

A subsunção das economias da periferia capitalista às necessidades dos países centrais, no entanto, não é algo inédito na história do capitalismo. Ao partirmos do entendimento de que a formação do sistema capitalista brasileiro se deu como consequência da evolução expansiva do capitalismo em escala mundial, percebemos que toda a nossa conformação e dinâmica econômica e social só pode ser compreendida ao levarmos em consideração uma categoria analítico explicativa fundamental: a dependência. Por dependência compreendemos uma situação na qual um país tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual se encontra submetida. Por conta disso, o capitalismo brasileiro assume

⁴ Países de relativo atraso no desenvolvimento de suas forças produtivas e que, por isso, precisam recorrer aos países avançados para obter os recursos materiais e financeiros necessários ao funcionamento do capitalismo em seus territórios, de maneira a estarem economicamente condicionados pela expansão e desenvolvimento da economia dos países a que estão subordinados (ALMEIDA, 2018, p. 90; CARCANHOLO, 2008, p. 254).

⁵ Países detentores de forças produtivas relativamente avançadas e que fornecem os recursos materiais e financeiros necessários ao funcionamento do capitalismo nos países dependentes (ALMEIDA, 2018, p. 90).

formas específicas que, apesar de não negarem as leis gerais de movimento do sistema, conformam um tipo específico de capitalismo dependente, sempre intrinsecamente ligada a forma que assume o capitalismo nos países centrais (BAMBIRRA, 2013).

Isto posto, depreende-se que ao longo do desenvolvimento e das transformações sofridas pelo sistema capitalista em escala mundial, transmutaram-se também as formas assumidas pela dependência, uma vez que a reconfiguração das economias imperialistas enseja modificações nos tipos de divisão internacional do trabalho e, portanto, na função dos países dependentes em relação às demandas do imperialismo. A primeira forma assumida pela dependência no Brasil, bem como pela América Latina, associa-se ao modelo agromineiro exportador, na qual desempenhávamos a função de fornecedores de matérias-primas e produtos primários agrícolas em troca de investimentos em infraestrutura física, transporte, energia e financiamento para comercializar produtos primários (FILGUEIRAS, 2018, p. 523; MARTUSCELLI, 2018, p. 55).

A segunda, assumiu a forma do modelo industrial, que, no Brasil, esteve associada ao processo de substituição de importações, estratégia de industrialização do Brasil que se baseou na criação de barreiras à importação de mercadorias, mas não de capitais, realizando uma industrialização baseada na importação de capitais estrangeiros por meio de investimentos externos e instalação de filiais de empresas multinacionais no Brasil. Por meio dessa estratégia, o Brasil realiza aquilo que Giovanni Alves denomina como “industrialização restringida”, na qual o setor industrial desenvolve-se de maneira restrita a determinação estrutural do capitalismo mundial, sem subverter sua condição de subordinação ao polo composto pelos países capitalistas desenvolvidos (FILGUEIRAS, 2018, p. 523; MARTUSCELLI, 2018, p. 55; ALVES, 2000 *apud* MEDEIROS, 2009, p. 58,).

Não é objetivo do presente trabalho atestar ou detalhar o processo de industrialização levado a cabo por esse *padrão de desenvolvimento capitalista*. A comprovação de que a economia brasileira de fato estabeleceu a grande indústria no seu território – ainda que de maneira dependente - no período de vigência do paradigma de substituição de importações já foi realizada em trabalhos como Espósito (2017), Prux e Salomão (2015), Versiani e Barros (1977), Prado (1981), Mello (1982), Tavares (1985), Silva (1986), Suzigan (1986) e Ribeiro (1988).

Importa, para o presente trabalho, o fato de que o modelo de substituição de importações culminou, a partir do ano de 1980, em uma crise de grandes proporções, marcada pela hiperinflação, recessão econômica e crise da dívida externa. Tal fato, deteriorou a situação econômica brasileira e pavimentou o caminho percorrido pelo Brasil para implementação das

reformas econômicas que adaptaram a economia brasileira às necessidades dos países imperialistas, agora modificadas pelas transformações qualitativas que foram realizadas como forma de superação da Crise Estrutural de 1970 e que impactaram significativamente a divisão internacional de trabalho. A partir de então, a dependência brasileira assume uma nova forma, que no presente estudo será denominada de Padrão Liberal Periférico de desenvolvimento capitalista (FILGUEIRAS, 2018, p. 528; PINTO, 2005, p. 110).

O termo Padrão Liberal Periférico refere-se ao tipo de padrão de desenvolvimento capitalista implantado no Brasil após reformas liberalizantes ocorridas na década 1990 como forma de superação da Crise da Dívida Externa. Em outras palavras pode-se afirmar que o Padrão Liberal Periférico é a forma concreta assumida pelo capitalismo no Brasil a partir dos anos 1990, em correspondência adaptativa (enquanto parte) a fase mundializada e neoliberal assumida pelo sistema capitalista mundial (enquanto totalidade) a partir dos anos 1970. O aspecto que funda e distingue os sucessivos padrões de desenvolvimento capitalista enquanto fases histórico-estruturais específicas da evolução econômica de uma país é a configuração do chamado “bloco no poder” (ALMEIDA, 2018, p. 142).

Para o estudo do Padrão Liberal Periférico torna-se central, portanto, identificar qual o bloco de poder ascendeu ao comando do Estado brasileiro a partir de 1990, substituindo o Padrão de Substituição de Importações. É a identificação da fração burguesa dominante a partir de então o fator primordial que permitirá compreender as modificações da forma de acumulação de capital no Brasil a partir dos anos de 1990 e, a partir de então, delinear os atributos secundários que caracterizam o atual Padrão de Desenvolvimento Capitalista brasileiro. Para tanto, será percorrida, no presente capítulo, a trajetória político-econômica do Brasil desde o governo Collor até o governo Temer.

4.2 O capitalismo contemporâneo em sua especificidade brasileira: o Padrão Liberal Periférico

O presente capítulo do estudo em tela tem como principal objetivo abordar as dimensões constitutivas do atual padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro sem, contudo, esgotá-lo: abordaremos aqui especialmente as dimensões que se relacionam diretamente com a problemática da desindustrialização da economia brasileira. Para tanto será percorrida a trajetória política e econômica do Brasil desde a implantação do seu atual padrão de desenvolvimento capitalista até a sua contemporaneidade.

Como ponto de partida, é necessário frisar que, enquanto padrão de desenvolvimento capitalista de uma economia dependente, sua compreensão só pode ser obtida mediante sua articulação com o plano mundial, como derivação da configuração do capitalismo dos países imperialistas. Na atualidade essa configuração é resultado da conjugação prática e política entre a hegemonia do capital financeiro e o neoliberalismo, ambos frutos das modificações ocorridas no âmbito da superação da crise capitalista do Estado de Bem-Estar nos anos 1970. Esse fato resultou em um programa político econômico marcado pelas seguintes características basilares: liberalização das relações econômicas internacionais no âmbito comercial, produtivo, tecnológico e monetário-financeiro; desregulamentação, feita por meio de reformas estatais que alteraram a forma de intervenção social do Estado na economia e na sociedade bem como transferiram empresas da esfera pública para a esfera privada; e desregulação, realizada mediante processos de flexibilização das legislações trabalhistas (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 96).

Contudo, essas diretrizes gerais se particularizam na forma de políticas concretas que interagem com as especificidades das distintas formações econômico-sociais, sobretudo com a condição de centro ou periferia, mas não apenas a ela, uma vez que tanto a condição de centro quanto a de periferia não significam homogeneidade para os países classificados em algum desses grupos. Dessa forma, pode-se dizer que cada país integrado ao sistema capitalista mundial contemporaneamente apresenta um padrão de desenvolvimento capitalista associado ao neoliberalismo (FILGUEIRAS, 2018, p. 528).

No Brasil, a forma concreta específica de desenvolvimento do capitalismo em associação ao neoliberalismo denomina-se de Padrão Liberal-Periférico. Para além das diretrizes gerais já citadas anteriormente, ele apresenta como característica adicional o fato de ser periférico, uma vez que se constitui enquanto realização do programa político econômico neoliberal em um país que ocupa uma posição subalterna no sistema capitalista mundial e, portanto, externamente vulnerável (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 96).

Sua implementação deu-se no início dos anos 1990, socialmente pavimentada pela aguda Crise da Dívida Externa, que assolou o Brasil desde o início dos anos 1980 e durou aproximadamente dez anos. Tal marco temporal, fez do Brasil o último país da América Latina a implementar um ajuste estrutural neoliberal. A justificativa para isso reside na dificuldade de unificação dos diferentes interesses das diversas frações da classe capitalista de maneira a formar um bloco capaz de ascender ao poder tendo como interesse em comum a execução de reformas liberalizantes. Tal dificuldade pode ser explicada pela tentativa das frações

hegemônicas do bloco no poder associado ao Modelo de Substituição de Importações de apenas atualizar, adequar ou reeditar este modelo, ao invés de suplantá-lo. Isto posto, foi só após os sucessivos fracassos do Plano Cruzado e seus sucessores, que formou-se a percepção de que o MSI havia se esgotado, o que permitiu que o projeto neoliberal fosse se estruturando, desenvolvendo e passando do campo teórico para o prático (FILGUEIRAS, 2006, p. 182).

Acrescenta-se a isso o fato de que, no Brasil, a crise do Estado desenvolvimentista aconteceu de forma simultânea à crise da Ditadura Militar. Após a superação do regime ditatorial brasileiro, o governo da Nova República tentou retomar o papel econômico indutor do Estado desenvolvimentista em associação a implementação de uma reforma na institucionalidade autoritária que pudesse garantir a continuidade do predomínio dos interesses autocráticos e conservadores associados ao Regime Militar. Isto posto, foi só após os sucessivos fracassos do Plano Cruzado e seus sucessores, que se formou a percepção de que o MSI havia se esgotado, o que permitiu que o projeto neoliberal fosse se estruturando, desenvolvendo e passando do campo teórico para o prático (FILGUEIRAS, 2006, p. 182; MACIEL, 2011, p. 100).

Esse processo culminou com a chegada ao poder, no ano de 1990, do governo de Fernando Collor. Foi a partir desse programa político que tiveram início as reformas neoliberalizantes associadas a construção do Padrão Liberal Periférico de desenvolvimento capitalista do Brasil. Tal governo, bem como o padrão de desenvolvimento do qual ele é ponto inicial, resultam da ascensão ao poder do Estado de um bloco dominante cuja fração hegemônica é ocupada: pelo capital financeiro internacional, associado aos fundos de pensão, fundos mútuos de investimento e bancos dos países desenvolvidos; aos grandes grupos econômico-financeiros nacionais, exitosos em se associar subordinadamente aos capitais estrangeiros para sobreviver ao processo de globalização; e ao capital produtivo multinacional. Na porção subordinada desse bloco ficaram os grandes grupos econômicos não financeirizados organicamente e os capitais grandes e médios dotados de maior especialização no processo produtivo: indústria, agronegócio, comércio e serviços (FILGUEIRAS, 2006, p. 183).

A burguesia industrial interna, maior beneficiária das políticas de desenvolvimento implementadas no Brasil no pós-1930, foi o setor da classe capitalista que mais perdeu poder político e econômico durante todo o período que sucedeu a subida ao poder do governo Collor. Muitas das empresas desse setor, incapazes de se manterem competitivas diante da abertura econômica e das altas taxas de juros, foram vendidas ao capital estrangeiro ou convertidas em

montadoras de componentes importados – como foi o caso do setor de eletroeletrônicos (BOITO JR., 2006, p. 276).

Contudo, implantação das reformas neoliberais do Governo Collor não se deu sem contradições. Muitas delas chocavam-se contra os interesses de algumas classes dominantes, criando assim uma instabilidade hegemônica resultando na persistência de medidas não condizentes com o padrão regulatório neoliberal. No que concerne ao plano de estabilização monetária denominado de Plano Collor I, por exemplo, contavam medidas de: abertura econômica do Brasil mediante redução de alíquotas de importação; redução da quantidade de funcionários públicos (cerca de 40.000 colocados em situação de disponibilidade); privatização de empresas públicas, mediante a lei n. 8.031 de 12 de abril de 1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização; desindexação da economia; congelamento de preços e salários; e bloqueio parcial de ativos financeiros depositados em contas correntes, cadernetas de poupanças ou ativos *overnight*, resultando em um bloqueio de aproximadamente US\$115 bilhões, por 18 meses, no Banco Central do Brasil (MARTUSCELLI, 2012, p. 27).

Na sequência do Plano Collor I, que foi exitoso em iniciar o processo de liberalização e desregulamentação na economia brasileira, mas ineficaz no seu principal objetivo, o controle inflacionário, o governo Collor dá início a sua segunda tentativa de estabilização monetária, o Plano Collor II. Neste empreendimento, o governo federal dá continuidade à desindexação da economia, ao congelamento de preços e salários e às políticas de abertura comercial e privatização. Sobre o último ponto vale salientar que os setores alvo de entrega de capital à iniciativa foram os de siderurgia e petroquímica. Em adição a isso, editou medidas de contenção a especulação financeira, como a extinção das operações de *overnight*, a criação do Fundo de Aplicações Financeiras (FAF) e a criação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o que contrariou os interesses do capital financeiro internacional e do setor bancário nacional, atestando a já citada instabilidade hegemônica desta fase do Padrão Liberal Periférico de desenvolvimento capitalista do Brasil (MARTUSCELLI, 2012, p. 27).

Tais fatos atestam a tese de Filgueiras (2013, p. 407), que divide o Padrão de Liberal Periférico Brasileiro em quatro fases desde sua implementação, no início da década de 1990, sendo a primeira delas exatamente aquela ocorrida no Governo Collor, marcada pela turbulenta ruptura com o Modelo Substituição de Importações, na qual coexistiram políticas econômicas de diferentes orientações ideológicas.

Assim, por um lado, observa-se nessa fase a execução das políticas de congelamento de preços, salários e confisco de ativos financeiros, instrumentos de política econômica

intervencionistas típicos do desenvolvimentismo em crise e ineficazes para a contenção da inflação, que caiu de 81,3% em março de 1990 para 11,3% em abril do mesmo ano, mas voltou a subir posteriormente (FILGUEIRAS, 2000, p. 89).

Por outro lado, observa-se também a redução do quadro de funcionários públicos e a ampliação de privatizações de empresas estatais, que na prática empurrou o sindicalismo desse setor – o mais expressivo nas estatísticas de greve e no qual está concentrado o sindicalismo de classe média – para uma posição defensiva, mas que foi justificada ideologicamente como uma forma de controle de gastos públicos; a ampliação dos poderes do patronato no que se refere a negociação salarial, mediante a desindexação econômica, justificada ideologicamente como um progresso na livre negociação salarial, que agora estaria livre da intervenção do Estado (MARTUSCELLI, 2012, p. 28).

Para o presente estudo importa, principalmente, a brusca abertura comercial, a mais radical desde os anos trinta, que, combinada ao congelamento de salários, impôs graves dificuldades ao crescimento do setor industrial do país uma vez que este foi posto em concorrência direta e desigual com os produtos manufaturados de alto valor agregado vindos do estrangeiro; em um momento de impossibilidade de ampliação de rendimentos (em virtude do congelamento de salários), isso obrigou o repasse do ônus para o preço das mercadorias, prejudicando ainda mais a competitividade deste setor. Tal abertura foi justificada ideologicamente como uma política de competitividade, que modernizaria o setor industrial brasileiro a partir da competição com os produtos estrangeiros vindos do exterior (GENNARI, 2001 apud ALMEIDA, 2018, p 144; MARTUSCELLI, 2012, p. 27-29).

Apesar de o governo Collor ter anunciado a aurora do momento predominantemente neoliberal pelo qual passaria a economia do Brasil, o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992, frustrou a continuidade dessas mudanças. Foi só após a subida ao poder de Fernando Henrique Cardoso, inicialmente na condição de Ministro da Fazenda e posteriormente na condição de Presidente da República, que se iniciou segunda fase do Padrão Liberal Periférico, desse vez marcado pela consolidação e aprofundamento da hegemonia do capital financeiro no interior do bloco no poder e, portanto, da ampliação e fortalecimento da nova ordem econômico-social neoliberal (ALMEIDA, 2018, p 144; FILGUEIRAS, 2013, p. 407).

Tal aprofundamento aconteceu, por um lado, por meio da continuidade das mudanças já iniciadas no governo anterior. No entanto, o marco dessa segunda fase do Modelo Liberal periférico consiste na implementação do chamado Plano Real, cujo entendimento demanda a compreensão um evento anterior: o Consenso de Washington.

Em 1989 aconteceu, em Washington, uma conferência que reuniu economistas e funcionários de governos da América Latina, dos Estados Unidos da América e de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O objetivo dessa conferência foi analisar e sintetizar as reformas neoliberais que há tempos estavam em andamento em toda a América Latina e criar uma coordenação entre as entidades que estavam conduzindo esse processo. O resultado dessa conferência foi o registro de um “consenso” em relação à excelência das reformas econômicas levadas a cabo na América Latina e a sistematização de um “modelo padrão” de estabilização monetária e ajustamento das economias periféricas, a ser aplicado em mais de sessenta países ao redor do mundo (FIORI, 1997, p. 12 *apud* FILGUEIRAS, 2000, p. 94).

No que se refere à estabilização monetária, em todos os países em que foi implementado, o modelo oriundo do Consenso de Washington baseou-se na mesma estratégia: a contenção da inflação mediante a dolarização direta ou indireta da economia e, portanto, a sobrevalorização da moeda nacional. Em associação direta a essas medidas propugnava-se a necessidade de aprofundar as reformas de Estado, baseadas na contenção de gastos públicos - restritos à manutenção de um “Estado Mínimo”. Além disso, foram aprofundadas as liberalizações comercial e financeira, voltadas para a atração de capitais externos e consequente inserção competitiva do Brasil na economia mundial, segundo as recomendações do Consenso de Washington. (FILGUEIRAS, 2000, p. 96).

Nessa estratégia de desenvolvimento os investimentos estrangeiros recebem atenção prioritária: são vistos como forma de complementar a poupança nacional, transferir tecnologia de fora para dentro do Brasil, dar maior eficiência e competitividade ao setor privado brasileiro e ainda melhorar a situação fiscal do Brasil. Entretanto, o que se verifica é um aumento da vulnerabilidade da economia brasileira em relação ao setor externo, agora refém do ingresso de capital financeiro estrangeiro, que na atual lógica do mercado financeiro internacional, prioriza ganhos de curto prazo. Como consequência, os fluxos de capital estrangeiro direcionados ao Brasil foram, em sua maioria, financeiros, e os capitais produtivos direcionaram-se para setores intensivos em recursos naturais, tecnologias associadas a paradigmas já superados e commodities industriais (AREND, 2015, p. 51 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 145; FILGUEIRAS, 2000, p. 96).

A consequência do aumento da vulnerabilidade econômica do Brasil em relação ao setor externo foram as crises cambiais ocorridas principalmente na segunda metade da década de

1990. Foi a partir desses eventos que, em 1999, o Brasil adotou como política macroeconômica o chamado tripé macroeconômico, fundado nas metas de inflação, na realização de superávits primários e na política câmbio flutuante (ALMEIDA, 2018, p 145).

As linhas mestras desse regime de política macroeconômica foram implementadas ainda no segundo governo FHC, mas mantidas ao longo do primeiro governo Lula. Os indicadores econômicos do primeiro governo Lula, apesar de diferirem daqueles verificados no governo anterior, não ocorrem em função de nenhuma alteração das diretrizes da política econômica, mas como resultado de uma conjuntura externa mais favorável, marcada pelo crescimento das economias para as quais o Brasil é exportador e pelo comportamento mais favorável do mercado internacional de crédito (CARCANHOLO, 2018, p. 38).

Tal fato marca o início da terceira fase (1999-2005) do Padrão Liberal Periférico de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, caracterizado pela ampliação do papel da burguesia interna no interior do bloco no poder em vigor do Brasil. A fração da burguesia interna que alcançou o aumento de sua influência no processo de acumulação de capital do Brasil foi o setor ligado à produção e exportação de *commodities*, exatamente pelo fato de que, sendo um setor exportador, a ampliação de sua atividade possibilitou e aumentou a transferência de excedente ao setor financeiro e, por meio da aquisição de divisas, possibilitou estabilidade ao câmbio da moeda brasileira. Esta inflexão no Padrão Liberal Periférico de desenvolvimento capitalista brasileiro não significa, no entanto, a perda da hegemonia do capital financeiro enquanto fração hegemônica no interior do bloco no poder, significa apenas que tal fração teve que partilhar sua influência sobre o Estado brasileiro com outros segmentos da burguesia interna: o agronegócio e o grande capital produtor e exportador de *commodities* agrícolas e industriais (FILGUEIRAS, 2013, p. 408 - 16).

Os indicadores positivos obtidos durante o primeiro governo Lula, verificados como consequência do boom econômico internacional dos anos 2000 e sua consequente conjuntura externa favorável, permitiram ao segundo governo Lula realizar uma nova inflexão no Padrão Liberal Periférico, inaugurando assim a sua quarta fase.

Tal estágio do atual padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro é caracterizado pela ampliação do papel da burguesia interna no interior do bloco no poder, de maneira a reativar o papel do Estado de maneira mais direta na arbitragem dos interesses das distintas frações da classe capitalista. A síntese de tal movimento pode ser simbolizada pela política dos “campeões nacionais” na qual o Estado brasileiro, via BNDES, assume o papel de capital

financeiro e passa a auxiliar o processo de concentração, centralização e internacionalização dos capitais nacionais (FILGUEIRAS, 2013, p. 407).

Além disso, o quarto estágio do Padrão Liberal Periférico caracterizou-se também por uma certa flexibilização do chamado tripé macroeconômico por meio de medidas como a ampliação do crédito ao consumidor, o aumento real do salário mínimo, programas de transferência de renda e programas de estímulo ao desenvolvimento tais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 923).

Esse momento singular do Padrão Liberal Periférico, produto de uma conjuntura internacional favorável e caracterizado pela flexibilização da ortodoxia econômica característica dos princípios que fundam o tripé macroeconômico, permitiu a incorporação de certas demandas da classe trabalhadora, de maneira passiva e sempre pela via do mercado. Tal aliança informal entre determinados setores da burguesia interna e certos segmentos da classe trabalhadora chegou a ser interpretada como sinal de que um novo padrão de desenvolvimento capitalista tivesse sido implantado no Brasil, recebendo inclusive o nome de neodesenvolvimentismo (desenvolvimento com inclusão social).

A crise capitalista verificada no ano de 2008 e a subsequente piora no cenário econômico internacional, no entanto, estreitaram as possibilidades de acomodação dos interesses de todas as frações de classe que compunham o bloco no poder vigente no Brasil. Como isso, verificou-se uma disputa entre as burguesias interna e externa (financeira) pelo comando das políticas estatais. Vencedora, a fração burguesa financeiro-internacional retomou seu protagonismo ativo na condução do processo de acumulação de capital do Brasil a partir de 2016 e, com isso, a aplicação rígida das políticas econômicas que compõe o tripé macroeconômico e a execução de contrarreformas de caráter neoliberal em sua face mais radical (FILGUEIRAS, 2018, p. 532).

A cronologia dessa nova inflexão iniciou-se ainda em 2015, quando uma grave crise econômica, ocasionada pela deterioração do cenário econômico externo, se abateu sobre o Brasil e reduziu drasticamente as taxas de acumulação de capital, provocando uma retração de 6.9% do PIB brasileiro entre 2015 e 2016. Essa crise de acumulação ocasionou uma queda tanto na renda da classe trabalhadora quanto no lucro das empresas não financeiras. Nesse cenário, o bloco no poder e suas frações constitutivas patrocinaram, junto ao Congresso nacional e à sociedade civil, a tese de que a única alternativa para destravar a acumulação seriam reformas de cunho liberalizante voltadas para a realização de um grande ajuste sobre a remuneração do trabalho e sobre os gastos sociais do Estado. Nesse contexto, o bloco no poder que dava sustentação política aos governos do Partido dos Trabalhadores passou a apoiar a interdição do

Governo Dilma e sua substituição pelo então vice-presidente Michel Temer, que se dispôs a aprofundar a ortodoxia econômica que, embora já viesse se tornando cada vez mais ortodoxa desde 2015, ainda estava aquém do desejado pelos setores economicamente dominantes. Tal aprofundamento foi feito por meio das reformas trabalhista, previdenciária e Lei de teto de gastos (PINTO et al., 2019, p. 120).

Apesar da execução de tais reformas, o crescimento econômico trazido por elas ficou aquém do esperado e isto, em associação a falta de coordenação política entre as forças sociais que forjaram a subida ao poder de Michel Temer, ocasionaram a instabilidade política e institucional que possibilitou que certas forças sociais, antes desgarradas dos setores dominantes nacionais, ganhassem autonomia própria e subissem ao poder, em 2018, representados pelo presidente Jair Bolsonaro. Posteriormente, foi o Governo Bolsonaro que garante a continuidade da ortodoxia econômica que fez com que os interesses externos fossem os mais beneficiados pela conjuntura (PINTO et al., 2019).

A retomada do poder estatal por parte da fração financeira internacional permite verificar que o Padrão Liberal Periférico vigorou no Brasil desde o governo Collor até a atualidade, ora de maneira mais ortodoxamente rígido, ora mais flexibilizado. Uma vez que ficou demonstrado o principal elemento caracterizador desse modelo – a vigência de um bloco no poder liderado pelo capital financeiro – pode-se elencar seus atributos secundários, derivados deste atributo essencial. Estes dizem respeito: 1) a regulação da relação entre o capital e o trabalho; 2) a dinâmica das relações intercapitalistas; 3) o modo de inserção internacional; 4) a organização e articulação do Estado com o processo de acumulação; 5) a criação e incorporação do progresso técnico; 6) o financiamento da acumulação; 7) a estrutura de propriedade e distribuição da renda e da riqueza; 8) e as formas de organização e representação das distintas frações de classe (FILGUEIRAS, 2018, p. 525 – 527; FILGUEIRAS *et al.*, 2010, p. 40; FILGUEIRAS, 2013, p. 409 *apud* ALMEIDA, 2018 p. 142).

No que se refere a relação entre o capital e o trabalho, o Padrão Liberal Periférico provocou um enfraquecimento econômico e político da classe trabalhadora, ocasionado pela reestruturação produtiva, pela abertura comercial e financeira e pelo enfraquecimento das representações sindicais. Tal fato teve, como principais consequências, a perda da capacidade de negociação da classe trabalhadora e o aumento nas taxas de desemprego e de precarização do trabalho. Quanto as relações intercapitalistas, observou-se o fortalecimento dos grandes grupos financeiros nacionais e internacionais e dos setores ligados ao agronegócio e à exportação de commodities, além da intensificação dos processos de centralização,

concentração e desnacionalização da economia brasileira. Por sua vez, a inserção internacional do Brasil após a implementação do Padrão Liberal Periférico caracterizou-se pela vulnerabilidade externa estrutural, causa das crises cambiais e déficits no balanço de pagamentos que periodicamente afetam a economia brasileira. Tal vulnerabilidade é oriunda da centralidade que a produção e exportação de produtos de baixo valor agregado adquiriu na dinâmica econômica brasileira, em detrimento da participação da indústria nacional. No que se refere a atuação estatal, pode-se afirmar que o Estado brasileiro reestruturou sua forma de intervir na economia e na sociedade por meio da privatização de empresas públicas, redução de sua atuação nas atividades produtivas e fomento a formação de oligopólios privados (ALMEIDA, 2018, p. 143; FILGUEIRAS, 2013, p. 409 – 412).

No eixo da articulação do Estado com o processo de acumulação de capital, a principal alteração verificada foi a diminuição da capacidade do Estado em realizar financiamentos, regulação econômica e operacionalização de políticas macroeconômicas, além de ter sua fragilização financeira aumentada como consequência dos processos de privatização e de abertura financeira. Quanto ao modo de financiamento da acumulação, este alterou-se radicalmente: verificou-se uma forte redução das taxas de investimento público, além da substituição dos investimentos externos diretos e empréstimos internacionais pelos investimentos estrangeiros em mercados financeiros via Títulos da Dívida Pública e Bolsa de Valores. No que se refere à estrutura da propriedade e da distribuição da riqueza e da renda entre o capital e o trabalho não se verificaram grandes alterações. É válido ressaltar, porém, que entre as diversas frações do capital aumentou a porção de mais-valia apropriada pelo capital financeiro. Além disso, verificou-se uma diminuição momentânea dos índices de pobreza absoluta durante os governos do Partido dos Trabalhadores. No eixo da criação e incorporação de progresso técnico observou-se um afastamento do Brasil em relação a fronteira tecnológica, em virtude tanto da diminuição do financiamento público quanto de medidas de desestruturação de setores econômicos chave para a dinamização econômica do Brasil, como por exemplo o setor petrolífero: modificação do regime de exploração do pré-sal e desmonte da política de conteúdo nacional (FILGUEIRAS, 2018, p. 528 – 529).

Essas modificações guardam intrínseca relação ao processo de desindustrialização e reprimarização pelo qual a economia brasileira vem passando desde a implementação do Modelo Liberal Periférico e é exatamente esse fenômeno que será analisado no próximo subtópico do presente capítulo.

4.3 As consequências para a estrutura produtiva brasileira

As mudanças verificadas nas estruturas produtivas globais desde a década de 1970 até a contemporaneidade, em associação ao profundo processo de globalização econômica e ao esgotamento do paradigma técnico-econômico do século XX, levaram à reconfiguração da indústria manufatureira em nível mundial. *Pari passu* a tais modificações, verificou-se também a perda relativa da participação do setor industrial no total das economias dos países não asiáticos, com a conseqüente diminuição da capacidade das estruturas industriais nacionais em prover crescimento econômico de longo prazo (GOMES; DIEGUES; 2021, p. 395)

Esses elementos fizeram surgir, no Brasil, um debate a respeito da possibilidade de a economia brasileira estar passando por um processo de desindustrialização, o que tem chamado cada vez mais a atenção dos setores acadêmicos, governamentais e empresariais. O presente tópico, portanto, se debruçará sobre as diferentes conceitualizações do fenômeno da desindustrialização e trará estudos que, por meio de diferentes metodologias, afirmam a existência de um processo de desindustrialização da economia brasileira.

4.3.1 Parcela do Emprego Industrial em Proporção ao Emprego Total

O debate sobre desindustrialização inicia-se com os trabalhos de Rowthorn e Wells (1987) e Rowthorn e Ramaswamy (1999). Nessas obras, tidas como pioneiras pelos estudiosos desse tema, a desindustrialização é conceitualizada como uma queda na quantidade de empregos do setor industrial – principalmente o manufatureiro - em relação a quantidade total de empregos nacionais. Mais tarde, essa definição também passou a ser utilizada por José Palma, que explicou redução da parcela do emprego industrial como um aspecto característico do processo de desenvolvimento econômico de longo prazo, na qual a importância do setor industrial aumenta e depois diminui, podendo ser explicado em três fases.

Na primeira fase do desenvolvimento econômico o setor agrícola iniciaria o seu processo de desenvolvimento e alavancaria consigo a economia. No entanto, esse desenvolvimento do setor primário geraria um aumento de produtividade que tem três conseqüências: a redução da necessidade de mão-de-obra, o aumento da demanda de insumos agrícolas e de capital e o aumento da demanda por bens de consumo - gerada pelo enriquecimento daqueles que se beneficiaram do desenvolvimento do setor agrícola (PALMA, 2005).

Como consequência dessa primeira fase Palma (2005) afirma que a mão de obra liberada pela agricultura é absorvida por outros setores da economia, principalmente pelo setor industrial, que se expande por conta do aumento da demanda do setor agrícola e do aumento da dinâmica econômica. Essa fase corresponde ao processo de “industrialização”, em que a parcela do emprego no setor manufatureiro se expande e a indústria passa a ser o foco da dinamização da economia. A terceira etapa desse processo, corresponde exatamente ao que se denomina desindustrialização: “o emprego industrial começa a cair, (primeiro em termos relativos e depois, ao menos em alguns países, em termos absolutos); neste meio tempo, os serviços continuam sendo a fonte principal de absorção de mão-de-obra” (PALMA, 2005, p. 2).

A principal explicação para essa trajetória baseia-se na questão da inelasticidade da demanda por alimentos em relação à renda bem como pelo crescimento da demanda por serviços associada a baixa produtividade desse setor. Esses fatores formam três leis que são explicadas a seguir:

i) a demanda por alimentos é inelástica em relação à renda (Lei de Engel); *ii)* a demanda real por serviços cresce, grosso modo, junto com a renda nacional real; e *iii)* a produtividade do trabalho cresce mais lentamente nos serviços do que na indústria e na agricultura. A partir daí os autores argumentam que as economias passariam, normalmente, de uma situação onde o setor de serviços, dada a baixa produtividade, absorveria maior parcela dos empregos (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997 *apud* MILANEZ, 2018, p. 30).

A tentativa de definir a desindustrialização apenas em termos da parcela do emprego industrial em relação ao contingente total de empregos, faz com que seja necessária uma distinção entre a desindustrialização positiva e negativa. A primeira seria consequência natural do processo de crescimento econômico sustentado e com pleno emprego, portanto, característica de países com economias industriais fortes e desenvolvidas. O segundo tipo, seria caracterizado como deletério e característico de países não desenvolvidos, onde a indústria está em processo de contração e sua consequência seria o desemprego uma vez que o setor de serviços não consegue absorver a massa de trabalhadores saídos da indústria (ROWTHORN; WELLS, 1987).

Essa desindustrialização negativa está, segundo Palma (2005), intrinsecamente ligada ao fenômeno da “doença holandesa”. Inicialmente a doença holandesa pode ser caracterizada como uma “falha de mercado” na qual “a existência e/ou a descoberta de recursos naturais escassos, para os quais o preço de mercado é superior ao custo marginal social de produção, gera uma apreciação da taxa de câmbio real, produzindo assim uma externalidade negativa

sobre o setor produtor de bens manufaturados” (BRESSER-PEREIRA, 2008 *apud* OREIRO; FEIJÓ, 2010, p.222).

Ao definir e medir a desindustrialização em termos de participação da parcela de emprego industrial em relação ao emprego total da economia, Nakabashi et al (2007) afirmam que o Brasil está passando, desde meados da década de 1980, por um processo de desindustrialização. Ao analisarem a evolução dos empregos formais no Brasil entre 1985 e 2005 com base em dados oriundos do Ministério do Emprego e Trabalho os autores afirmam que, no período analisado, a parcela de empregos industriais brasileiros diminuiu em relação ao total de empregos formais.

Segundo esse estudo, o setor de serviços apresentou um aumento de 6,8% na sua parcela de empregos formais no mesmo período, no entanto, esse aumento ocorreu em segmentos de baixo e médio dinamismo tecnológico, em oposição ao que foi verificado nos setores de alto dinamismo tecnológico do setor de serviços, que perdeu participação relativa. Esses dados levaram os autores do referido estudo a afirmar que no Brasil o processo de desindustrialização é negativo e, portanto, contrário a desindustrialização verificada nos países centrais, de tipo natural (NAKABASHI et al., 2007 *apud* MORCEIRO, 2012, p. 58).

Nesse mesmo sentido, o autor José Gabriel Palma, em estudo publicado em 2005, feito também a partir a medição da parcela de emprego industrial em relação ao emprego total da economia afirma que o Brasil enfrentou um processo de desindustrialização do tipo negativa, prematura, associada ao que ele denomina de doença holandesa. A causa desse fenômeno seria a drástica mudança do tipo de política econômica aplicada no Brasil a partir dos anos 80. Nas palavras desse autor:

Isto foi basicamente o resultado de um programa radical de liberalização financeira e comercial dentro do contexto de um processo global de reforma econômica e mudança institucional que levou a uma brusca reversão da estratégia de industrialização ISI (guiados pelo Estado) dos países. O Brasil e os três países do Cone Sul com as mais altas rendas per capita (Argentina, Chile e Uruguai) foram os países americanos que vivenciaram os mais altos níveis de desindustrialização (PALMA, 2005, p. 35)

Segundo esse autor, portanto, o abandono das políticas industriais e comerciais associadas ao Modelo de Substituição de Importações além das mudanças nos preços relativos, nas taxas de câmbio e na institucionalidade econômica levou o Brasil de volta a sua posição de exportação de recursos naturais (PALMA, 2005, p. 35-6).

No entanto, delimitação do conceito de desindustrialização com base apenas na proporção do emprego industrial em relação ao emprego total de uma economia pode levar a

diagnósticos equivocados sobre a dinâmica econômica de uma sociedade. Tal fato, levou ao surgimento de outras definições, feitas com base em outros indicadores, conforme será mostrado nos próximos sub tópicos.

4.3.2 *Emprego Industrial e Valor Industrial Adicionado ao PIB*

A partir da necessidade de refinar a compreensão sobre o fenômeno da desindustrialização, a economista Fionna Tregenna (2009) ampliou o conceito desse fenômeno de modo a considerar na sua definição não apenas a parcela do emprego industrial, mas também o valor adicionado pelo setor industrial ao PIB nacional. Dessa forma, a desindustrialização corresponderia a uma situação na qual tanto a parcela do emprego industrial quanto o valor adicionado ao PIB pelo setor industrial diminuiriam ao longo do tempo.

A principal razão para essa expansão do conceito em questão é o fato de que a parcela do emprego industrial de uma economia pode diminuir não apenas por causa das questões apontadas por Igor Palma (2005): elasticidade da renda em relação à demanda por alimentos e serviços e baixa produtividade do setor de serviços (no caso da “desindustrialização positiva”) e doença holandesa (no caso da “desindustrialização negativa”).

Essa redução pode acontecer também pelo próprio desenvolvimento tecnológico do setor industrial, que ao longo do tempo aumenta a sua produtividade e diminui a demanda por trabalhadores. Nesse caso, a redução da parcela do emprego industrial não é consequência da desindustrialização, mas do seu oposto, a industrialização. Dessa forma,

Ao invés de definir desindustrialização em termos de uma simples dimensão de queda de participação da manufatura no emprego total, assim como na literatura corrente, nós propomos que a desindustrialização poderia ocorrer quando existe um *declínio sustentado em ambas a participação da manufatura no emprego total e a participação da manufatura no PIB* (TREGENNA, 2009, p. 459).

Deve-se observar que essa concepção ampliada de desindustrialização não é incompatível com a expansão absoluta da indústria em termos de produção física absoluta: a economia não se desindustrializa quando a produção industrial está paralisada ou em queda, mas quando perde a centralidade em relação a geração de empregos e de valor adicionado ao PIB. Por conta disso a simples expansão da produção industrial não é suficiente para atestar inexistência de desindustrialização (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Uma segunda observação a ser feita é que não necessariamente a desindustrialização, da forma como Tregenna a conceitua, está relacionada a “doença holandesa”, mas pode ocorrer

em função da transferência para o exterior de atividades manufatureiras de baixo valor agregado e mais intensivas em trabalho, o que resultaria na queda do emprego e do valor adicionado da indústria em relação aos demais setores da economia. No entanto, é possível que a desindustrialização de uma economia ocorra em função da chamada “doença holandesa”, ou seja, que a descoberta de recursos naturais escassos provoque um aumento de sua exportação e uma consequente apreciação cambial que prejudique o setor manufatureiro (SILVA, 2014).

Para diferenciar os dois tipos de desindustrialização deve-se, portanto, observar as mudanças da pauta de exportação de um país: no primeiro caso, a pauta de exportação se concentra em produtos de alto valor tecnológico agregado e maior valor adicionado; no segundo caso, ocorre uma reprimarização da pauta exportadora, ou seja, especializa-se na exportação de commodities, produtos primários em geral e manufaturas de baixo valor tecnológico (SILVA, 2014).

A partir desse conceito expandido de desindustrialização, Almeida, Feijó e Carvalho (2005) realizaram um estudo sobre economia brasileira no qual a participação do valor adicionado pelo setor industrial em relação ao valor total do PIB do Brasil foi mensurada. O resultado desse estudo apontou que, no período de 1986 a 1998 a participação do setor industrial no valor do PIB brasileiro saiu de 32,1% para 19,7%.

Tal fato atestaria a ocorrência de uma desindustrialização que pode ser qualificada como precoce pois o crescimento da manufatura brasileira foi menor do que o verificado nos demais países emergentes, apresentou crescimento aquém dos demais setores econômicos do Brasil e os setores intensivos em recursos naturais aumentaram seu destaque na dinâmica econômica brasileira. No entanto, essa desindustrialização precoce sofrida pelo Brasil foi também “relativa” pois, apesar de segmentos e elos importante do setor industrial terem sido perdidos, a manufatura do Brasil permanece diversificada (ALMEIDA; FEIJÓ; CARVALHO, 2005 *apud* MORCEIRO, 2012, p. 56).

O indicador utilizado para realizar da mensuração do valor industrial adicionado ao PIB brasileiro foi feito, no referido estudo, pela razão VTI/VBPI:

VBPI corresponde ao valor total das vendas de produtos industriais fabricados e serviços industriais prestados pela indústria ajustado pela variação de estoques; o VTI, por sua vez, resulta da diferença entre o VBPI e os custos das operações industriais (COI), sendo que estes últimos correspondem ao valor dos custos diretamente envolvidos na produção, tais como matérias-primas utilizadas, consumo de energia elétrica, combustíveis etc. (IBGE, 2014 *apud* TORRES; CAVALIERI, 2015, p. 2015).

A razão VTI/VBPI indica, portanto, a parte da produção industrial nacional que corresponde de fato a valores agregados pela produção local em proporção ao total produzido. Se o produto dessa razão diminui ao longo do tempo, significa que o setor industrial está se aproximando daquilo que se denomina de “indústria maquiladora”, que produz mercadorias apenas montando componentes já fabricados e importados de outros países, sem gerar valor. No estudo por Almeida, Feijó e Carvalho (2005) foi verificada uma redução aguda desse indicador em relação ao setor industrial do Brasil: saiu de 45,6 em 1996 para 41 em 2003, o que reitera a perda de adensamento dos segmentos industriais brasileiros dos elos das cadeias produtivas. Para esses autores, a causa apontada para a ocorrência desse fenômeno na indústria brasileira seria o modo pelo qual a liberalização econômica ocorreu no Brasil, especialmente o tipo de política macroeconômica adotada, baseada na sobrevalorização da moeda nacional em relação ao dólar.

Baseando-se também na medição do emprego industrial e do valor adicionado pela indústria por meio da análise do indicador VTI/VBPI, Feijó e Oreiro (2010) e Comin (2009) realizaram análises que verificaram a ocorrência de processos de desindustrialização na economia brasileira. Feijó e Oreiro (2010), atestam a ocorrência de um processo de desindustrialização no Brasil e afirmam também que esse processo mostra sinais de “doença holandesa”, ou seja, causada pela apreciação da taxa real de câmbio como resultado do aumento dos preços de *commodities* e de recursos naturais no mercado mundial.

A partir de suas análises Comin (2009), por sua vez, chega à conclusão de que existe um processo generalizado de esvaziamento produtivo nas cadeias produtivas brasileiras pois todas estão se tornando rarefeitas, sem aumento de adensamento produtivo ao longo do tempo. Tal cenário é agravado pelo fato de que ao desmembrar o setor industrial tendo o nível tecnológico como parâmetro, observou-se que os setores de alta e média-alta tecnologia foram os que mais diminuíram sua parcela de emprego e valor adicionado à economia brasileira, o que revela um rebaixamento do nível tecnológico da manufatura nacional, que agora concentra seu dinamismo na indústria extrativa e agropecuária (COMIN, 2009 *apud* MORCEIRO, 2012, p. 57).

Ao apontar as causas desse fenômeno Comin (2009) assevera que a “abertura comercial veloz e uma valorização cambial exagerada teve como efeito um processo significativo de desindustrialização do ponto de vista da composição do valor adicionado” (COMIN, 2009, p. 240) e que, após a implementação do Plano Real a perda de dinamismo da indústria nacional é possivelmente sem precedentes históricos e o Brasil ainda não conseguiu se recuperar.

Para outros autores, o emprego industrial e a parcela de valor adicionado pela indústria em relação ao valor do PIB não seriam elementos suficientes para conceitualizar o fenômeno da desindustrialização, mas apenas para verificar a sua manifestação. Dentre tais autores pode-se citar aqueles que, para explicar as causas do fenômeno da desindustrialização brasileira, afirmam que esta deve ser buscada a partir da análise das transformações verificadas no modo de produção capitalista contemporâneo, em especial, nas mudanças verificadas nas estruturas produtivas globais. É sobre esse tema que nos debruçaremos no próximo subtópico.

4.3.3 *A desindustrialização como consequência da Nova Divisão Internacional do Trabalho*

Ao realizar uma análise sobre qualquer manifestação fenomênica, a ciência deve buscar compreender e distinguir, para além da aparência do fenômeno, sua essência e seu conteúdo. Por essência, compreende-se o aspecto interno, profundo e relativamente estável da realidade objetiva, que se manifesta através de sua aparência fenomênica, externa e superficial, captada de forma imediata (ROSENTAL; STRAKS, 1960 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 68)

Partindo dessa lógica, Almeida (2018) avalia que a redução do emprego industrial em proporção ao total de empregos de uma economia bem como a redução do valor adicionado pelo setor industrial em relação ao valor total do PIB de um país são apenas as formas de manifestação do fenômeno da desindustrialização, seu aspecto externo, captável de maneira imediata. Dessa forma, a nível aparente, a desindustrialização poderia ser descrita como “*um processo de diminuição relativa da importância da grande indústria em dinamizar a atividade econômica geral de um país*” (ALMEIDA, 2018, p.70).

Dessa forma, um país enfrentaria um processo de desindustrialização quando sua grande indústria, por algum motivo, deixa de ser capaz de prover os valores de uso necessários ao consumo individual e, principalmente, produtivo, de forma que sua maquinofatura deixa de ser capaz de garantir o suprimento das necessidades sociais e da existência de seus próprios meios materiais seja por que reduziu a sua capacidade de fornecer os meios materiais à demanda existente, seja por que a demanda existente cresceu em proporção maior do que a capacidade de fornecimento da grande indústria (ALMEIDA, 2018).

A partir disso, a essência do fenômeno da desindustrialização pode ser definida como um “*processo de redução relativa do papel das forças produtivas maquinofatureiras nacionais na produção e reprodução dos valores de uso necessários à sua manutenção*” (ALMEIDA,

2018, p. 71). Por conta disso, o país que sofre de desindustrialização precisa recorrer à produção estrangeira para suprir sua demanda por meios de consumo e meios de produção, uma vez que sua produção industrial interna não é capaz de concretizar a sua reprodução ampliada.

Para que se compreenda também a maneira pela qual esse processo ocorre é necessário, além da compreensão de sua essência, o entendimento de seu conteúdo e de sua forma. Por conteúdo, deve-se ter em mente, “o conjunto de todos os elementos e processos que formam o objecto dado” (AFANÁSSIEV, 1982, p. 137 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 68) ou, em outras palavras, os elementos que caracterizam e diferenciam concretamente um dado objeto. A forma, por sua vez, corresponde ao modo de organização dos elementos conteúdo, à estrutura que se forma a partir da organização desses elementos (AFANÁSSIEV, 1982, p. 138 *apud* ALMEIDA, 2018, p. 68).

É sabido que, no âmbito de um determinado modo de produção, as forças produtivas e as relações sociais de produção estabelecem entre si uma relação de conteúdo e forma, respectivamente. Uma das propriedades desta relação é o fato de que as relações sociais de produção, ao passo que são oriundas de um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, possuem certo grau de autonomia em relação a elas, moldando o caminho trilhado pelo progresso técnico e determinando a forma que assumirá um determinado tipo de força produtiva (AFANASSIEV, 1982; ROSENTAL, 1951; ROSENTAL; STRAKS, 1960 *apud* ALMEIDA, 2018, p.72).

No caso do objeto de estudo em questão, a indústria, isso significa dizer que a desindustrialização não é consequência simplesmente de alterações ocorridas no âmbito material, técnico ou maquinário das forças produtivas. Esse fenômeno é também consequência disso, mas, principalmente, de mudanças impetradas pelas necessidades das relações sociais de produção capitalistas (forma) sobre as forças produtivas (conteúdo). No conteúdo do fenômeno da desindustrialização encontram-se dois elementos constitutivos: em seu aspecto material, a redução relativa da capacidade maquinofatureira nacional no que diz respeito a produção e reprodução de uma economia nacional, uma vez que, por conta da desindustrialização, o setor produtivo de meios de produção se enfraquece de maneira a precisar recorrer ao setor externo; em seu aspecto social, compõe a desindustrialização a perda de capacidade da maquinofatura em fomentar o processo de acumulação de capitais (ALMEIDA, 2018, p.75).

A causa essencial do processo de desindustrialização capitalista é, portanto, a incorporação de tecnologias do paradigma telemático, que, em associação as modificações ocorridas no padrão de acumulação capitalista após a Crise Estrutural de 1970, deu origem a

uma nova configuração da divisão internacional do trabalho, manifestada na forma das cadeias globais de valor. Como já descrito no capítulo anterior, a reestruturação produtiva bem como as políticas de liberalização e globalização econômica transformaram as indústrias em grandes redes fragmentadas e distribuídas ao longo do globo, fazendo com que a produção de bens de alto valor agregado – antes restrita aos países imperialistas – fosse levada para outros países, visando a redução de custos, o aumento da taxa de lucro e o retorno do processo de acumulação de capital após a Crise Estrutural de 1970 (ALMEIDA, 2018)

A partir de disso, aponta-se que “o conjunto de soluções espontaneamente criadas pelo capital, e que aliviaram os problemas de lucratividade manifestados em meados dos anos 1970, é a *causa essencial* do processo de *desindustrialização* das economias *capitalistas*” (ALMEIDA, 2018, p. 86). A nova divisão internacional do trabalho, que se manifesta na forma das cadeias globais de valor, é a sua causa interna, correspondente à reestruturação produtiva e a fragmentação do processo produtivo que levou a atividade industrial dos países desenvolvidos para outras regiões do globo, provocando o decréscimo do setor industrial nos países centrais. As medidas neoliberais, associadas ao Consenso de Washington, são sua causa externa, associadas ao decréscimo do setor industrial nos países da periferia capitalista que, por não conseguirem se integrar a nova divisão internacional do trabalho e implementarem as políticas econômicas neoliberais, perderam a capacidade de competir com alguns produtos importados, levando ao fechamento de alguns elos de suas cadeias produtivas (ALMEIDA, 2018, p. 86).

No caso específico do Brasil, Almeida (2018) se debruçou sobre dados que pudessem averiguar a participação de produção interna no suprimento de meios de produção e meios de consumo associados a reprodução das forças produtivas brasileiras. A partir disso, sob a ótica da demanda, ele destaca a existência de uma queda de 4 pontos percentuais na participação da indústria local de transformação no fornecimento de insumos à economia como um todo entre 1985 e 1994. As maiores quedas foram registradas nos setores de eletroeletrônicos, têxtil, máquinas e equipamentos e petroquímica. O percentual de produção manufatureira interna saiu de 87,7% em 1985 e chegou a 74,9% em 1994. No período de 1995 a 2010, por sua vez, o percentual da demanda intermediária provida por forças produtivas internas saiu de 89,4% para 85,1%. Os setores que mais passaram a importar insumos foram os setores eletroeletrônico, equipamentos de transporte, extrativa, borracha e plástico.

Pela ótica da oferta, por outro lado, Almeida (2018) averiguou que, em todos os setores analisados (indústria de transformação e seus subsetores, mais agropecuária, extrativa e SIUP)

houve perda de espaço da produção local na oferta à economia brasileira entre 1985 e 1994, com exceção apenas do setor extrativa. No entanto, dos 16 setores analisados apenas três tiveram participação média na oferta setorial total inferior a 90%: extrativa (67,6%), eletroeletrônicos (80,4%) e máquinas e equipamentos (87%). Já entre 1995 e 2003 o processo de desindustrialização piorou esses indicadores fazendo com que apenas seis dos 17 setores analisados apresentassem participação média na oferta setorial superior a 90%: SIUP (96,6%), agropecuária (96,2%), alimentos (95%), indústrias diversas (93,4%), têxtil (92,3%) e celulose (91,6%). Os setores eletroeletrônicos (67,3%), extrativa (72,2%), máquinas e equipamentos (73%) e químicos (78,2%) apresentaram os piores resultados. Entre 1995 e 2010, por sua vez, a situação desse indicador deteriorou-se ainda mais, de forma que apenas três setores (agropecuária, alimentos e SIUP) tiveram participação mínima da produção local acima de 90%. Por sua vez, os setores de máquinas e equipamentos, eletrônicos e equipamentos de transporte chegaram aos valores mínimos de 61,1% em 2002, 53,1% em 2002 e 58,1% em 2001, respectivamente (ALMEIDA, 2018, p. 250-1).

A partir dessa análise, Almeida (2018) constata que a grande indústria brasileira retrocedeu o equivalente a 50 anos ao longo da década de 1990 no que se refere a produção local na oferta total da manufatura. Tal fato decorre das transformações que originaram o Modelo Liberal Periférico e que resultam da adaptação do Brasil ao padrão de reprodução capitalista oriundo das medidas de supressão à Crise Estrutural de 1970. No próximo capítulo, tal adaptação será averiguada a partir da análise do papel dos investimentos estrangeiros no delineamento do perfil da inserção do Brasil no mercado internacional.

5. INDICADORES E TENDÊNCIAS RECENTES DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA⁶

5.1 A Balança Comercial

Serão abordados, na presente seção, os dados sobre a composição das exportações e das importações do Brasil no período que vai de 2001 a 2021. Tais dados, obtidos na Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, categorizam as exportações e importações efetuadas pelo Brasil em quatro seções, subdivididas em 39 divisões, de atividades econômicas, baseadas na *International Standard Industrial Classification* em sua quarta revisão (ISIC, Ver. 4)⁷: Agropecuária, Indústria Extrativa, Indústria de Transformação e Outros.

Como pode ser visto na **Tabela 1** a seguir, no período que vai de 2001 a 2005, observa-se que os bens associados à indústria de transformação têm centralidade da pauta de exportações brasileira. Esse setor correspondeu, nesse período, a aproximadamente 80% das exportações efetuadas pelo Brasil. Em segundo lugar vem o setor de agropecuária, cuja participação nas exportações correspondeu a 9,0%, valor bem abaixo do verificado para a indústria de transformação e bem próximo ao verificado pelo setor de indústria extrativa, que participou com 8,68% do total exportado pelo Brasil.

No período de 2006 a 2010 a principal mudança observada é o decréscimo de 9,4 pontos percentuais na participação do setor da indústria de transformação na pauta de exportação brasileira. Ao mesmo tempo, nota-se o aumento da participação de bens associados a indústria extrativa, que chega a 16,6% de participação no total das exportações do Brasil.

No quinquênio de 2011 a 2015, aprofunda-se a queda da participação do setor de indústria de transformação. Essa queda, de aproximadamente 10 pontos percentuais, faz esse setor compor apenas 60,5% do total exportado, contrastando com a subida nos setores da indústria extrativa e da agropecuária. No período posterior, que vai de 2016 a 2020, esses valores permanecem aproximadamente constantes, com exceção da atividade agropecuária, que aumenta em aproximadamente 4 pontos percentuais sua participação na composição das exportações do Brasil.

No ano de 2021, que foi analisado isoladamente, o setor da indústria de transformação sofre uma queda de 8 pontos percentuais, atingindo 51,3% de participação no total das exportações brasileiras. Ao longo de toda a série analisada, esse setor acumulou uma queda de

⁶ Para efeitos de comparação ao longo dos anos, todos os dados que estão em US\$ foram deflacionados pelo deflator implícito do PIB dos EUA (ano base = 2021).

⁷ https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_4rev4e.pdf

30 pontos percentuais. Quanto à indústria extrativa, esta aumenta, em 2021, em 8,2 pontos percentuais na sua participação nas exportações brasileiras, acumulando ao longo da série analisada um aumento de quase 20 pontos percentuais. Por fim, o setor agropecuário permanece sem grandes alterações em 2021, com 19,6% de participação no total do que foi exportado pelo Brasil, acumulando um aumento de 10 pontos percentuais no período de 2001 a 2021.

Tabela 1 – Distribuição (%) das exportações segundo a atividade econômica e valor total das exportações (US\$ Bilhões de 2021): 2001-2021

Atividades Econômicas	2001-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2020	2021
Agropecuária	9,0%	10,0%	15,4%	19,2%	19,6%
Produção vegetal, animal e caça	8,9%	10,0%	15,4%	19,2%	19,5%
Silvicultura e exploração madeireira	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Pesca e Aquicultura	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria Extrativa	8,9%	17,0%	21,6%	20,3%	28,5%
Mineração de carvão e lignito	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Extração de petróleo bruto e gás natural	2,8%	6,5%	7,4%	9,0%	10,9%
Extração de minerais metálicos	5,7%	10,1%	14,0%	11,0%	17,4%
Extração de outros minerais	0,5%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%
Indústria de Transformação	80,0%	70,6%	60,5%	59,3%	51,3%
Fabricação de produtos alimentícios	17,4%	17,8%	18,4%	17,4%	16,2%
Fabricação de bebidas	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Fabricação de produtos de tabaco	1,4%	1,4%	1,2%	0,9%	0,5%
Fabricação de têxteis	1,3%	0,7%	0,4%	0,3%	0,3%
Fabricação de vestuário	0,4%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Fabricação de couro e produtos afins	3,7%	2,2%	1,6%	1,3%	0,9%
Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis;					
fabricação de artigos de palha e de cestaria	2,8%	1,5%	0,9%	1,3%	1,5%
Fabricação de papel e produtos de papel	3,3%	3,1%	3,2%	4,1%	3,1%
Impressão e reprodução de mídia gravada	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Fabricação de coque e produtos petrolíferos refinados	2,2%	2,3%	1,9%	1,8%	2,7%
Fabricação de produtos químicos	5,7%	5,9%	5,3%	4,6%	4,0%
Fabricação de produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	0,5%	0,6%	0,7%	0,6%	0,4%
Fabricação de produtos de borracha e plásticos	1,5%	1,5%	1,2%	1,1%	1,0%
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	1,5%	1,2%	0,9%	0,9%	0,8%
Fabricação de metais básicos	10,3%	9,6%	7,9%	8,7%	8,9%
Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e					
equipamentos	1,2%	1,2%	1,0%	0,9%	0,8%
Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	3,4%	2,0%	0,8%	0,7%	0,5%
Fabricação de equipamentos elétricos	2,0%	2,1%	1,5%	1,2%	1,1%
Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	5,5%	4,8%	4,0%	3,7%	3,0%
Fabricação de veículos automóveis, reboques e semirreboques	10,1%	8,3%	6,2%	5,9%	3,8%
Fabricação de outro equipamento de transporte	4,3%	3,2%	2,7%	3,1%	1,2%
Fabricação de móveis	0,9%	0,5%	0,3%	0,3%	0,4%
Outras manufaturas	0,6%	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%
Outros Produtos	2,1%	2,5%	2,5%	1,1%	0,5%
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	0,0%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%
Atividades de coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de					
materiais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Atividades postais e de courier	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Atividades de edição	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Produção de filmes, vídeos e programas de televisão, gravação de som e					
edição de música	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não classificado	2,0%	2,3%	2,3%	1,0%	0,4%
Atividades criativas, artes e entretenimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total no período (em US\$ Bilhões de 2021)	573,9	1.070,7	1.329,8	1.141,6	280,8
Média Anual (em US\$ Bilhões de 2021)	114,8	214,1	266,0	228,3	280,8

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior, Ministério da Economia. Elaboração própria.

A análise da trajetória da Balança Comercial do Brasil no período analisado, evidencia que, ao longo dos últimos vinte anos, tem havido uma reiteração da posição do Brasil enquanto

fornecedor de produtos primários, uma vez que as exportações pertencentes ao setor de indústria de transformação acumularam uma queda de aproximadamente 30 pontos percentuais, enquanto que as exportações dos setores de indústria extrativa e agropecuária acumularam altas de 20 e 10 pontos percentuais, respectivamente. Ao desagregarmos esses setores e analisarmos a participação dos seus subsetores na composição da pauta de exportações brasileira, verificamos que, para o setor de indústria de transformação, os subsetores com maior participação nas exportações realizadas pelo Brasil foram: fabricação produtos alimentícios, fabricação de metais básicos e fabricação de veículos automóveis, reboques e semirreboques. A exceção neste cenário, para o ano de 2021, quando a participação da produção de produtos químicos ultrapassa a participação da produção de veículos automotores.

Pela Classificação de Setores Manufatureiros por Intensidade Tecnológica da *United Nations Industrial Development Organization* (UNIDO)⁸, o subsetor de produção de alimentos é classificado como sendo de baixa intensidade tecnológica. A fabricação de metais básicos é classificada como atividade de média intensidade tecnológica e produtos químicos e a fabricação de veículos automotores são classificadas como de alta e média-alta intensidade tecnológica.

No caso da produção vegetal, animal e caça, a participação desse subsetor nas exportações pertencentes ao setor de agropecuária foi crescente ao longo do período analisado, o que também se constatou para extração de minerais metálicos, no setor de indústria extrativa. Em todo o período analisado, ambos os setores acumularam um aumento de cerca de 10,6 e 11,7 pontos percentuais na participação da pauta de exportações do Brasil, respectivamente.

Já no caso dos veículos automotores, a participação destes nas exportações foi decrescente ao longo do período analisado, acumulando um decréscimo de 6,3 pontos percentuais. Para as atividades da indústria extrativa, a extração de petróleo bruto e gás natural, bem como de minerais metálicos, foram os subsetores mais participativos na pauta de exportações do Brasil. Ambos são classificados como atividades de baixo valor agregado de acordo com a classificação da UNIDO. O comportamento das exportações brasileiras vai ao encontro da tese na qual afirma-se que o Brasil tem se inserido na nova divisão internacional do trabalho na posição de país primário exportador, não se inserindo nas Cadeias Globais de Valor em posições associadas a produção de produtos de alto valor agregado.

⁸ Disponível em: <https://stat.unido.org/content/learning-center/classification-of-manufacturing-sectors-by-technological-intensity-%28isic-revision-4%29;jsessionid=B99E902A3918AB9F3DF9859923DFC4F4>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

Tabela 2 - Distribuição (%) das exportações segundo as grandes categorias econômicas e valor total das exportações (US\$ Bilhões de 2021): 2001-2021

Categorias econômicas por tipo de uso	2001-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2020	2021
<i>Bens de capital</i>	9,9%	8,6%	7,0%	6,5%	4,5%
Bens de capital, exceto equipamentos de transporte industrial	4,5%	4,2%	3,8%	3,3%	2,7%
Equipamentos de transporte industrial	5,4%	4,4%	3,2%	3,1%	1,8%
<i>Bens de consumo</i>	21,8%	18,5%	14,7%	14,8%	12,3%
Bens de consumo duráveis	5,5%	3,7%	2,4%	2,8%	1,8%
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	16,4%	14,8%	12,3%	12,0%	10,5%
<i>Bens intermediários</i>	61,2%	61,2%	67,0%	67,3%	69,7%
Alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente à indústria	7,7%	8,8%	13,9%	17,5%	17,6%
Alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente à indústria	4,2%	4,9%	5,4%	4,7%	4,7%
Insumos industriais básicos	8,6%	12,9%	16,9%	14,0%	20,3%
Insumos industriais elaborados	31,1%	26,5%	24,1%	25,1%	23,2%
Peças e acessórios para bens de capital	2,8%	2,3%	1,8%	1,5%	1,3%
Peças para equipamentos de transporte	6,8%	5,7%	4,8%	4,5%	2,7%
<i>Bens não especificados anteriormente</i>	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%
Bens não especificados anteriormente	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%
<i>Combustíveis e lubrificantes</i>	6,9%	11,7%	11,2%	11,3%	13,5%
Combustíveis e lubrificantes básicos	2,8%	6,5%	7,4%	9,0%	10,9%
Combustíveis e lubrificantes elaborados	4,2%	5,2%	3,9%	2,3%	2,6%
Total do período (em US\$ bilhões de 2021)	573,9	1.070,7	1.329,8	1.141,6	280,8
Média Anual (em US\$ Bilhões de 2021)	114,8	214,1	266,0	228,3	280,8

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior, Ministério da Economia. Elaboração própria.

Ainda no que se refere a análise das exportações brasileiras, ao verificarmos a distribuição percentual das exportações pelo Brasil de acordo com categorias econômicas por tipo de uso das mercadorias exportadas, observa-se que, no período de 2001 a 2021, a maior parte de tudo aquilo que foi exportado pelo Brasil consistiu em bens intermediários. É válido ressaltar que a participação dessa categoria no percentual total das mercadorias exportadas pelo Brasil foi crescente ao longo de todo o período analisado, saindo de 61,2% no período de 2001-2005 para 69,7% no ano de 2021, acumulando uma alta de 8,5 pontos percentuais.

Contudo, observa-se também significativas modificações na participação dos diversos subsetores que compõe essa categoria ao longo do período analisado: o subsetor de insumos industriais elaborados, que correspondeu a 31,1% de tudo aquilo que foi exportado pelo Brasil entre 2001 e 2005, sofreu significativas quedas ao longo dos anos analisados, chegando a 2021 com uma participação de 23,2% no total das exportações brasileiras. Já o subsetor de insumos industriais básico, que no período de 2001 a 2005 correspondeu 8,6% de tudo aquilo que foi exportado pelo Brasil, sofreu fortes aumentos ao longo de todo o período em análise, acumulando uma alta de 11,7 pontos percentuais de 2001 a 2021. As exportações destinadas ao subsetor de alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente à indústria, apresentou também forte alta de participação nas exportações brasileiras inseridas na categoria de bens intermediários, acumulando uma alta de 9,9 pontos percentuais. Em oposição, as exportações pertencentes ao subsetor de peças de para equipamentos de transportes, registrou queda de 4,1 pontos percentuais no mesmo período.

A categoria que teve a segunda maior participação, na composição de tudo aquilo que foi exportado pelo Brasil de 2001 a 2021 foi a de bens de consumo. Entretanto, a sua trajetória ao longo de período analisado foi de queda, acumulando uma redução de 9,3 pontos percentuais na participação das exportações brasileiras. Ambos os subsetores que compõe essa categoria (bens de consumo semiduráveis e não duráveis e bens de consumo duráveis), acumularam quedas de 5,9 e 3,7 pontos percentuais no período em análise, respectivamente.

Quanto a categoria de bens de capital, esta correspondeu a 9,9% das exportações brasileiras de 2001 a 2005 e foi a terceira a ter maior participação nas exportações do Brasil neste quinquênio. Contudo, ao longo da trajetória do período em análise a participação dessa categoria sofre sucessivas quedas, acumulando uma redução de 5,4 pontos percentuais de 2001 a 2021. A sua subcategoria de equipamentos de transportes industriais foi a que sofreu a maior redução, acumulando uma queda de 3, pontos percentuais. A categoria de combustíveis e lubrificantes, por sua vez, passa por um significativo aumento de 6,6 pontos percentuais na participação das exportações brasileiras, em especial o subsetor de combustíveis e lubrificantes básicos, que acumulou um aumento de 8,1 pontos percentuais.

A análise dos dados contidos nessa tabela demonstra que a pauta de exportações do Brasil tem se voltado para produtos básicos em detrimento dos produtos elaborados. A evolução dos dados demonstra, por exemplo, que as exportações brasileiras de insumos industriais básicos aumentaram em aproximadamente 11 pontos percentuais, em substituição ao fornecimento de insumos industriais elaborados, que diminuiu em 9 pontos percentuais, aproximadamente. O mesmo se verifica no que se refere ao fornecimento brasileiro de alimentos e bebidas direcionados ao setor industrial e de combustíveis e lubrificantes: alimentos e bebidas básicos aumentaram 9 pontos percentuais na pauta de exportações do Brasil em detrimento dos alimentos e bebidas elaborados, que diminuíram em 9 pontos percentuais na sua participação; e combustíveis e lubrificantes básicos tiveram aumento de 8 pontos percentuais enquanto combustíveis e lubrificantes elaborados diminuíram quase 50% sua participação nas exportações.

É possível afirmar ainda que a maior parte do que foi exportado pelo Brasil correspondeu a mercadorias utilizadas na segunda fase do ciclo do capital-dinheiro (fase de produção), mas não de bens capitais e sim de insumos produtivos, em especial os básicos que, como demonstrado acima, ganharam muito espaço na pauta de exportações do Brasil.

Pelo lado das importações, detalhada na **Tabela 2** a seguir, as mudanças verificadas na evolução dos indicadores são menos drásticas. Em todo o período analisado é a indústria de

transformação o setor a liderar a participação do total de importações feitas pelo Brasil e, em adição, nota-se clara tendência de aumento nessa participação. Esse aumento é menos significativo na passagem no quinquênio de 2001-2005 para 2006-2010 (apenas 0,8%) e mais significativo na passagem para o quinquênio subsequente, quando a participação desse setor no total importado aumenta aproximadamente 3 pontos percentuais. Ao longo de todo o período analisado esse setor acumulou um aumento de 7,2 pontos percentuais, aproximadamente.

Tabela 3 - Distribuição (%) das importações segundo a atividade econômica e valor total das importações (US\$ Bilhões de 2021): 2001-2021

Divisão	2001-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2020	2021
Agropecuária	3,2%	2,4%	2,3%	2,4%	2,5%
Produção vegetal, animal e caça	2,9%	2,0%	2,0%	2,1%	2,1%
Silvicultura e exploração madeireira	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%
Pesca e Aquicultura	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%
Indústria Extrativa	11,6%	12,2%	10,6%	11,3%	6,0%
Mineração de carvão e lignito	1,4%	1,5%	1,3%	1,4%	1,3%
Extração de petróleo bruto e gás natural	9,2%	9,6%	8,5%	9,0%	4,0%
Extração de minerais metálicos	0,8%	0,9%	0,6%	0,7%	0,5%
Extração de outros minerais	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Indústria de Transformação	83,0%	83,8%	86,1%	84,8%	90,2%
Fabricação de produtos alimentícios	2,4%	2,3%	2,6%	2,4%	2,7%
Fabricação de bebidas	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,7%
Fabricação de produtos de tabaco	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Fabricação de têxteis	1,0%	1,5%	1,5%	1,4%	1,3%
Fabricação de vestuário	0,3%	0,5%	1,1%	0,7%	0,6%
Fabricação de couro e produtos afins	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,3%
Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Fabricação de papel e produtos de papel	1,2%	1,0%	0,8%	1,0%	0,5%
Impressão e reprodução de mídia gravada	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Fabricação de coque e produtos petrolíferos refinados	5,4%	6,2%	8,1%	7,0%	7,2%
Fabricação de produtos químicos	17,3%	15,8%	16,0%	16,2%	22,0%
Fabricação de produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	3,5%	3,4%	3,5%	3,5%	5,5%
Fabricação de produtos de borracha e plásticos	2,5%	2,4%	2,7%	2,6%	2,7%
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	0,8%	0,8%	1,0%	0,9%	0,9%
Fabricação de metais básicos	3,4%	5,0%	4,1%	4,3%	5,4%
Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	1,9%	2,1%	2,2%	2,1%	2,2%
Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	14,2%	13,0%	11,1%	12,2%	11,3%
Fabricação de equipamentos elétricos	5,3%	4,1%	4,4%	4,5%	4,7%
Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	11,2%	10,9%	10,8%	10,9%	9,2%
Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques	7,0%	8,7%	9,9%	9,0%	7,4%
Fabricação de outro equipamento de transporte	3,2%	3,5%	3,3%	3,4%	3,6%
Fabricação de móveis	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,3%
Outras manufaturas	1,1%	1,3%	1,6%	1,4%	1,6%
Outros Produtos	2,2%	1,3%	1,0%	1,3%	1,7%
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	1,9%	1,1%	0,8%	1,1%	1,3%
Atividades de coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Atividades postais e de courier	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Atividades de edição	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Produção de filmes, vídeos e programas de televisão, gravação de som e edição de música	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não classificado	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%
Atividades criativas, artes e entretenimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Média Anual (em US\$ Bilhões de 2021)	83,4	177,4	257,5	103,7	219,4

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior, Ministério da Economia. Elaboração própria.

O setor da indústria extrativa, por sua vez, é aquele com as maiores taxas de variação ao longo do período verificado. Após um leve aumento de 1 ponto percentual na passagem do primeiro para o segundo quinquênio analisado, esse setor sofre quedas na participação do total de importações do país. A primeira delas é uma queda de dois pontos percentuais, aproximadamente, que faz esse setor participar com 10,6% no total de importações do Brasil. Em seguida sofre um pequeno aumento da ordem de aproximadamente 0,7 percentuais, saindo de 10,6% no período de 2011 a 2015, para 11,30% no quinquênio de 2016 a 2020. No ano de 2021, o valor de participação desse setor permanece praticamente constante, com 6,0% de participação. Ao longo de toda a série analisada esse setor acumulou uma queda de aproximadamente 6 pontos percentuais. Quanto ao setor de agropecuária, tanto a evolução do indicador quanto o valor da participação são muito baixos, permanecendo, ao longo de todos os quinquênios analisados, entre 2% e 4%.

A análise de todo o período permite observar que as importações brasileiras de bens relacionados à indústria de transformação são crescentes e acumularam uma alta de 6 pontos percentuais, o que sugere maior necessidade de o Brasil recorrer ao mercado internacional para aquisição de bens manufaturados dos mais diversos tipos. Isto deve ser interpretado como consequência da desindustrialização brasileira e, portanto, do aumento da incapacidade do Brasil de prover os valores de uso necessários à sua economia. Já no setor de indústria extrativa ocorre o inverso, de modo que este acumulou uma redução de seis pontos percentuais na participação no total das importações brasileira.

Ao desagregarmos esses setores para verificarmos a evolução dos subsetores que os compõe observamos que, no caso do setor de indústria de transformação, o subsetor de maior participação nas importações do Brasil foram os de produção de produtos químicos, fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos e fabricação de máquinas e equipamentos. Todos os subsetores citados são classificados como de média-alta e alta intensidade tecnológica. No caso da indústria extrativa, o subsetor com maior participação nas importações foi o de extração de petróleo bruto e gás natural.

Tabela 3 - Distribuição (%) das importações segundo as grandes categorias econômicas e valor total das importações (US\$ Bilhões de 2021): 2001-2021

Categorias econômicas por tipo de uso	2001-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2020	2021
<i>Bens de capital</i>	12,6%	12,9%	13,4%	13,1%	11,1%
Bens de capital, exceto equipamentos de transporte industrial	11,4%	10,9%	11,1%	11,2%	9,2%
Equipamentos de transporte industrial	1,1%	2,0%	2,4%	1,9%	1,9%
<i>Bens de consumo</i>	9,3%	12,8%	14,8%	14,1%	10,9%
Bens de consumo duráveis	2,3%	4,9%	5,3%	3,0%	2,4%
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	7,0%	7,9%	9,6%	11,1%	8,5%
<i>Bens intermediários</i>	62,1%	57,7%	55,1%	61,4%	66,0%

Alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente à indústria	2,2%	1,4%	1,1%	1,4%	1,5%
Alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente à indústria	0,9%	0,8%	0,9%	1,1%	1,1%
Insumos industriais básicos	2,0%	2,2%	1,6%	1,7%	1,6%
Insumos industriais elaborados	33,6%	33,1%	32,5%	35,3%	40,7%
Peças e acessórios para bens de capital	14,2%	11,9%	10,7%	11,8%	11,8%
Peças para equipamentos de transporte	9,3%	8,3%	8,2%	10,2%	9,3%
Bens não especificados anteriormente	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%
Bens não especificados anteriormente	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%
Combustíveis e lubrificantes	16,0%	16,6%	16,6%	11,3%	11,9%
Combustíveis e lubrificantes básicos	10,6%	11,2%	9,8%	4,9%	5,2%
Combustíveis e lubrificantes elaborados	5,4%	5,4%	6,7%	6,3%	6,7%
Total do período (em US\$ bilhões de 2021)	417,0	887,2	1.287,4	894,5	219,4
Média Anual (em US\$ Bilhões de 2021)	83,4	177,4	257,5	178,9	219,4

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior, Ministério da Economia. Elaboração própria.

Ao analisarmos as importações brasileiras com base na sua distribuição percentual de acordo com categorias econômicas por tipo de uso das mercadorias importadas, observa-se que, ao longo de todo o período analisado a maior parte das importações feitas pelo Brasil consistiu em bens intermediários. No quinquênio de 2001 a 2005 os bens intermediários foram 62,1% do total de importações brasileiras. Esse valor sofre duas quedas sucessivas de aproximadamente 5 e 2 pontos percentuais na passagem dos quinquênios subsequentes e a partir de então sofre duas elevações consecutivas, finalizando o período em análise com um aumento de 6 pontos percentuais em relação ao valor do primeiro quinquênio.

A categoria de combustíveis e lubrificantes, por sua vez, inicia a série analisada com uma participação de 16% no total das importações brasileiras. Esse valor sofre uma pequena elevação de 0,6 ponto percentual na passagem para o quinquênio de 2006 a 2010 e mantém-se constante no quinquênio seguinte, para então sofrer uma redução de 4,5 pontos percentuais. Essa categoria finaliza o período analisado com uma participação de 11,9% nas importações do Brasil, acumulando uma queda de 4,10 pontos percentuais no período analisado.

Quanto a categoria de bens de capital, esta inicia a série analisada com uma participação de 12,6% no total importado e sofre tímidas variações ao longo do período analisado, acumulando uma queda de 1,5 ponto percentual. De maneira semelhante, a categoria de bens de consumo inicia o período em análise com uma participação de 9,3% no total de importações e, após algumas elevações nos quinquênios subsequentes sofre uma queda de quatro pontos percentuais na passagem do quinquênio de 2016 a 2020 para o ano de 2021, finalizando a série analisada com uma elevação acumulada de 1,6 ponto percentual.

As variações sofridas pelas importações brasileiras classificadas pelas categorias baseadas no tipo de uso das mercadorias são menores do que o verificado para as exportações. Nota-se que é inverso o comportamento das importações e das exportações brasileiras no que se refere a categoria de combustíveis e lubrificantes e de bens de consumo: aumentamos nossas exportações de produtos dessas categorias e diminuimos suas importações.

Chama a atenção também o fato de que as alterações verificadas nas subcategorias das importações seguem um sentido contrário ao verificado nas subcategorias de exportações. Se nas exportações a participação de insumos industriais elaborados, de alimentos e bebidas elaborados e de combustíveis e lubrificantes elaborados sofreram reduções em detrimento de seus pares básicos, nas importações acontece o oposto: reduzimos nossas importações de alimentos e bebidas básicos, de insumos industriais básicos e de combustíveis e lubrificantes básicos, e aumentamos as importações de seus pares elaborados.

Outro aspecto que vale ser ressaltado é o de que as importações brasileiras de bens associados a indústria de transformação aumentaram em 7 pontos percentuais ao longo do período analisado, enquanto suas exportações caíram aproximadamente 29 pontos percentuais. Tal fato vai ao encontro de uma característica importante associada ao ciclo do capital nas economias dependentes latino americanas: na fase de produção do ciclo do capital, quando da transformação de capital dinheiro em meios de produção, ocorre uma diferença fundamental entre como tal metamorfose ocorre em economias imperialistas e em economias dependentes: nestas, a maior parte dos meios de produção são adquiridos no exterior, o que faz com que grande porcentagem do capital internacional que adentra a economia dependente saia imediatamente ao ser trocado por meios de produção produzidos no exterior (MARINI, 2012, p. 30). Isso permite afirmar que, ao longo dos últimos 20 anos, essa característica da dependência econômica tem sido aprofundada.

5.2 Algumas contas da Balança de Serviços e Rendas

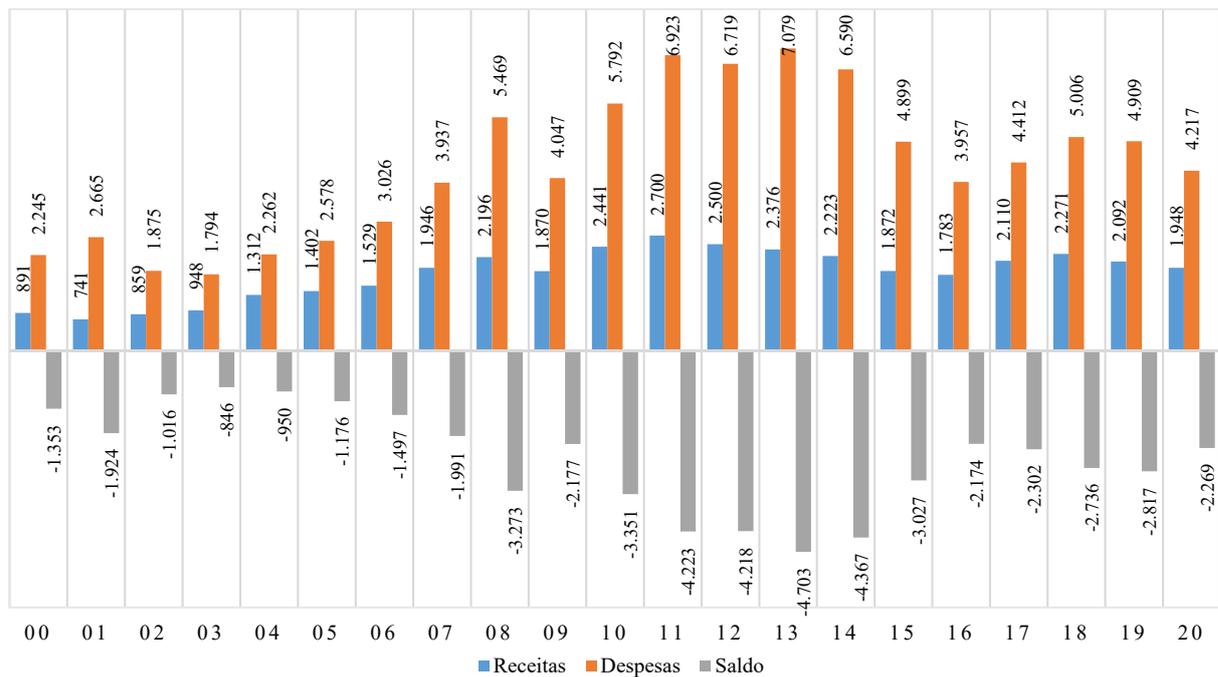
Uma vez analisados os dados referentes à balança comercial do Brasil, recorrer-se-á agora à análise de setores selecionados da balança de serviços e rendas do balanço de pagamentos do Brasil. Este componente da conta de transações correntes consiste no pagamento pela aquisição ou pagamento pelo uso de “fatores de produção” ou de serviços necessários a economia brasileira e diretamente adquiridos do exterior, comparando aquilo que o Brasil paga com o que o Brasil recebe em um mesmo setor. No ciclo do capital, tal movimentação diz respeito à terceira fase do ciclo do capital-dinheiro, quando parte da mais valia produzida a partir da produção de uma mercadoria ou da prestação de um serviço é remetida ou recebida do exterior. Tal análise será feita com o intuito de verificar uma outra especificidade do ciclo do capital na economia dependente brasileira: a transferência líquida de valor para o exterior em algumas atividades importantes para o funcionamento do capitalismo dependente brasileiro. O critério escolhido para escolha das contas a serem analisadas foi a seleção daquelas que mais

se relacionam com setor produtivo do Brasil: serviços de frete, serviços de propriedade intelectual, serviços de telecomunicação, computação e informações e serviços de aluguel de equipamentos.

Na análise aqui realizada, será priorizada a observação do comportamento das despesas ao longo do tempo, uma vez que seu aumento ou diminuição refletem o aprofundamento ou não da transferência de recursos para o exterior. Tal fenômeno nos permite averiguar, pela ótica da terceira fase do ciclo do capital, se mais ou menos capital estrangeiro está sendo necessário ao Brasil para a realização de suas atividades econômicas e, conseqüentemente, se mais ou menos lucro está sendo remetido ao exterior.

No que se refere ao indicador de serviços de frete, é importante frisar que este compreende serviços de frete de mercadorias, entre países distintos ou entre localidades no interior do Brasil, nos quais uma das partes em contrato pertence ao outro país que não o Brasil (IBGE, 2006). Por meio de sua análise, pode-se averiguar o quanto que o Brasil depende do setor externo para realizar o transporte de suas cargas e produtos. No gráfico abaixo, observa-se um crescimento acentuado das despesas brasileiras com remuneração de empresas internacionais de transporte. Esse aumento ocorre sem uma contrapartida das receitas de empresas brasileiras do mesmo segmento. Tal fato é responsável pelo aumento do déficit nas transações econômicas do Brasil neste setor, principalmente a partir de 2007. Tal fenômeno atinge seu ápice em 2013, quando o Brasil remunera empresas estrangeiras de frete e um valor de aproximadamente 7 bilhões de dólares e recebe do exterior apenas 2,3 bilhões, o que resulta em um déficit de aproximadamente 4,7 bilhões de dólares.

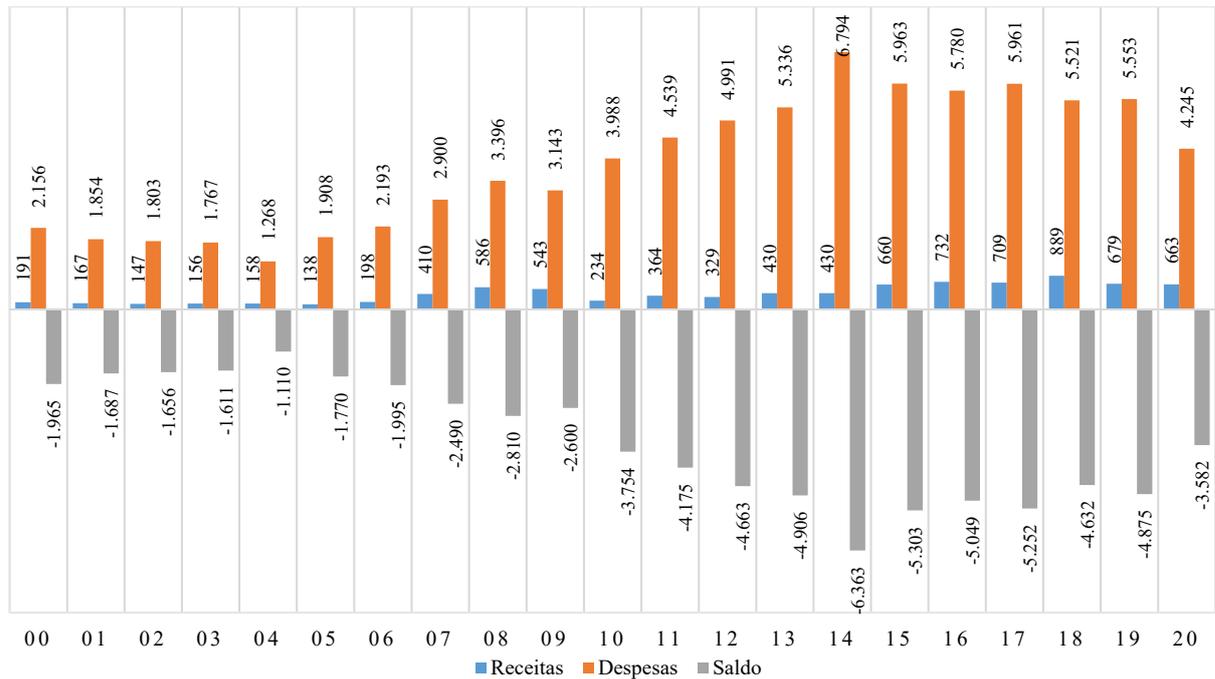
Figura 1 - Serviços de Frete (US\$ milhões de 2021): 2000-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Na categoria de serviços de propriedade intelectual, na qual estão inclusos serviços de desenhos industriais, por exemplo, a análise dos dados demonstra significativa dependência do Brasil com relação ao resto do mundo. Em todo o período analisado as despesas do Brasil com empresas exteriores provedoras desse tipo de serviço foi mais que o dobro das receitas obtidas pelo Brasil com a prestação desses serviços para outros países. Observa-se, a partir de 2005, um crescimento constante dessas despesas, que saem de aproximadamente 1,9 bilhão de dólares em 2005 e atingem um ápice de 6,7 bilhões de dólares em 2014. Quanto as receitas, estas permanecem em patamares muito baixos em toda a série analisada, sendo a maior delas a verificada no ano de 2018, no valor de 889 milhões de dólares. Esse contraste entre receitas e despesas fez com que o Brasil registrasse grandes déficits em todo o período analisado, sendo o maior deles o verificado no ano de 2014, no valor de 6,3 bilhões de dólares.

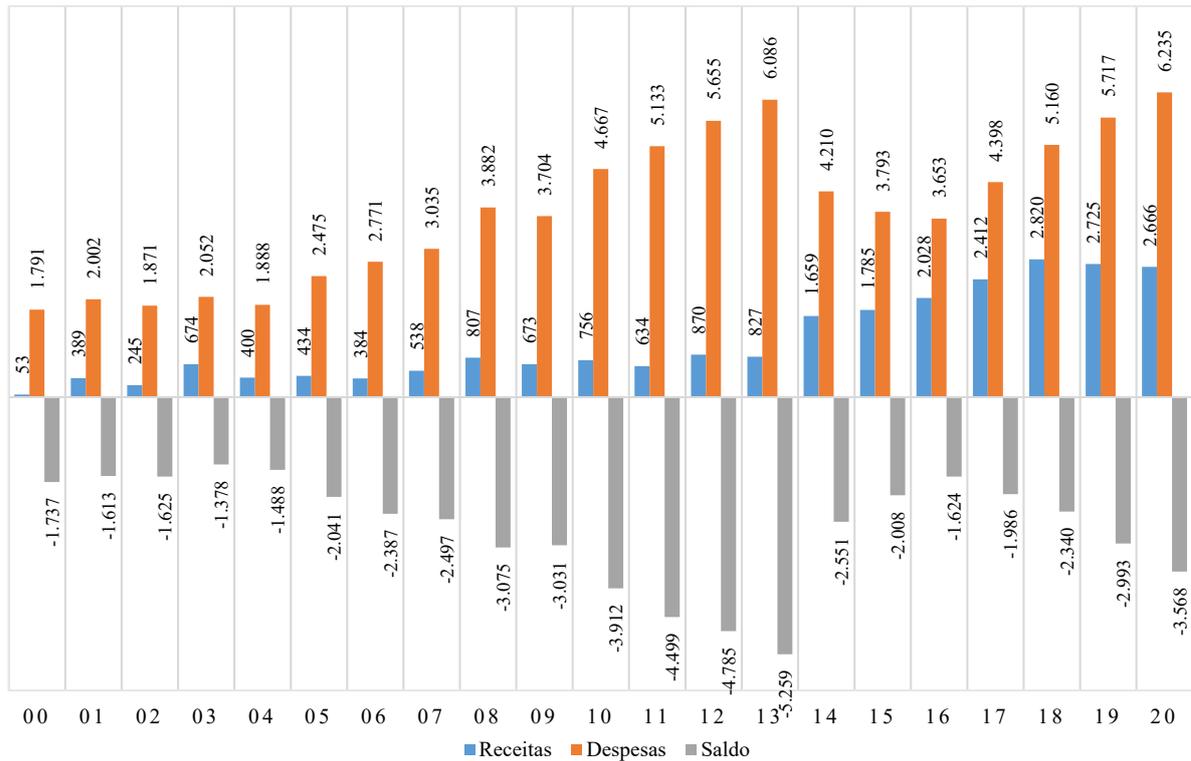
Figura 2 - Serviços de Propriedade Intelectual (US\$ milhões de 2021): 2000-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

No segmento dos serviços de telecomunicações, computação e informações, os dados analisados apresentam também ampla dependência do Brasil em relação ao setor externo. Em quase todo o período analisado as despesas brasileiras são crescentes e superam em muito as receitas obtidas pelas empresas do Brasil com atividades nesse setor no exterior. Observa-se, a partir de 2005 uma escalada dessas despesas que atingem um ápice em 2013. Nesse intervalo as despesas brasileiras saem de 2,4 bilhões de dólares em 2005 para 6 bilhões de dólares em 2013. É em 2013, portanto, o ano em que o Brasil apresenta o maior déficit transacional nesse setor, no valor de 5,2 bilhões de dólares. Contudo, observa-se que em 2014 acontece um recuo das despesas brasileiras com serviços desse segmento e um aumento de suas receitas, o que diminui o déficit do Brasil no período de 2014 a 2016. De 2017 em diante, as despesas brasileiras voltam a aumentar, porém acompanhadas também das receitas. Apesar de menores do que nos anos anteriores, os déficits do Brasil voltam a crescer pelo fato de que o aumento das despesas é maior do que o das receitas.

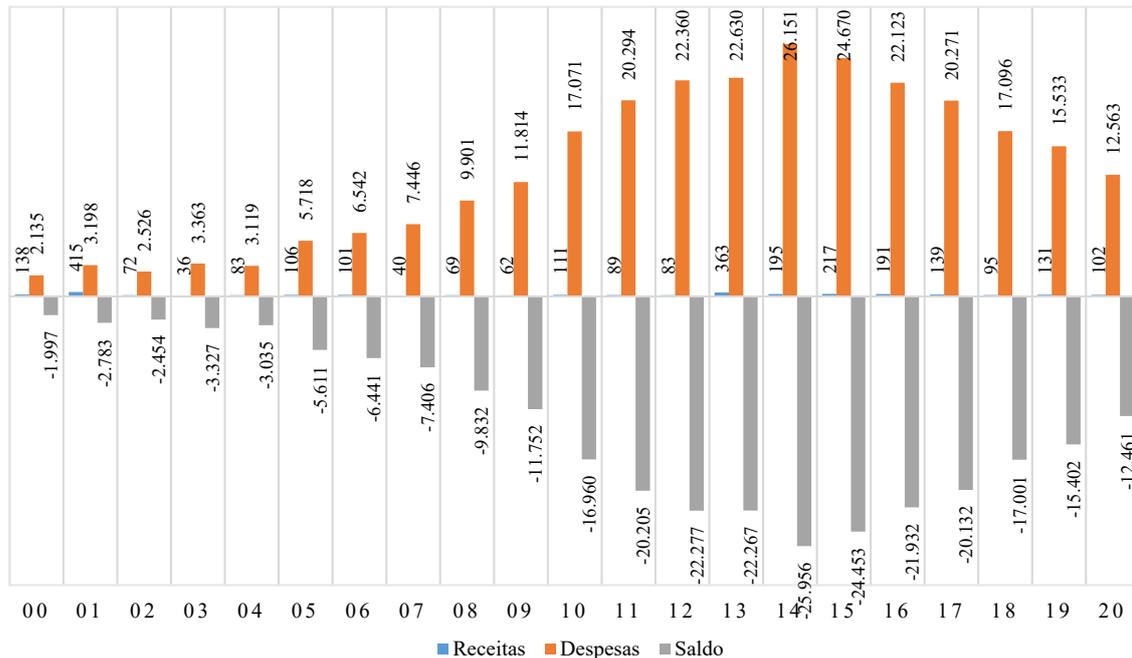
Figura 3 - Serviços de Telecomunicação, Computação e Informações (US\$ milhões de 2021): 2000-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Por fim, o segmento de aluguel de equipamentos é aquele em que o Brasil apresenta maior nível de dependência. Estão inclusos nesse setor “as receitas e despesas com aluguel de máquinas sem operador, como plataformas de petróleo, e afretamentos de veículos de transporte sem tripulação” (IBGE, 2006, p. 38). Em todo o período analisado as despesas do Brasil com transferência de valores para capitais estrangeiros desse segmento superam em muito o valor quase inexistente de suas receitas. Além disso, a análise dos dados mostra que as despesas brasileiras com aluguel de equipamentos foram crescentes em quase todo período analisado, saindo de 5,7 bilhões de dólares em 2005 e atingindo um ápice de 26,1 bilhões de dólares em 2014. Quanto as receitas do Brasil nesse segmento, a maior delas aconteceu em 2015, no valor de 217 milhões de dólares e contrastando com 24,6 bilhões de dólares em despesa no mesmo ano para este setor. Tal discrepância pode ser observada nos altos déficits registrados pelo Brasil no período analisado: o menor deles no valor de 1,9 bilhão de dólares no ano 2000 e o maior deles no valor de 25,9 bilhões no ano de 2014.

Figura 4 - Serviços de Aluguel de Equipamentos (US\$ milhões de 2021): 2000-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A análise dos dados expostos no presente subtópico demonstra que aumentou a dependência brasileira com relação ao uso de “fatores de produção” e de serviços necessários para a realização das atividades econômicas do Brasil em todas as contas analisadas. O aumento dessa dependência pode ser verificado pelo crescimento do montante de valores remetidos ao exterior sob a forma de pagamentos pela aquisição ou pelo uso desses fatores de produção e de serviços. De todas as contas analisadas aquela com maior volume de despesas – e, portanto, de envio de valores ao exterior – foi a de serviços de aluguel de equipamentos, cujo envio de valores ao exterior atingiu o ápice no ano de 2014. Tal fato relaciona-se diretamente com o objetivo de identificar modificações no montante de remessas de excedentes enviadas ao exterior pelo Brasil. Tal análise será aprofundada nos subtópicos seguintes.

5.3 Os Investimentos Externos Diretos (IED)

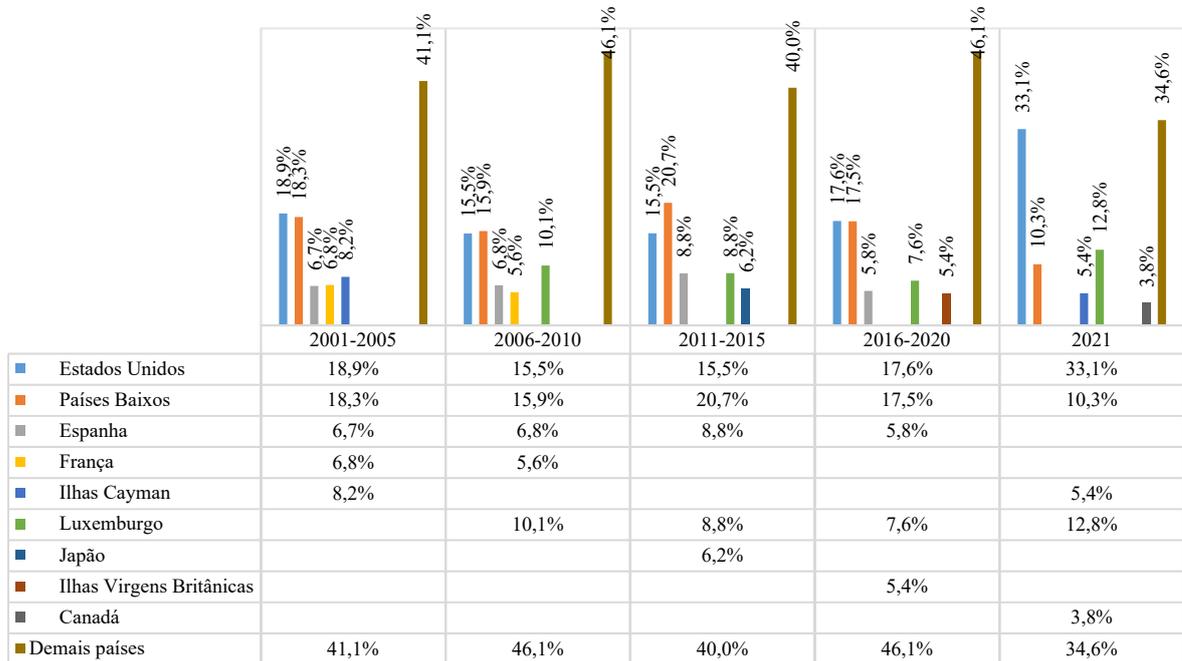
Conforme já abordado nos capítulos anteriores, o ciclo do capital nas economias dependentes apresenta especificidades decorrentes do tipo de inserção que esses países têm na hierarquia do capitalismo mundial, o que se reflete na inserção na divisão internacional do trabalho e na forma como participa dos processos de produção e de apropriação de excedente. Uma dessas especificidades reside no fato de que, de acordo com Marini (2012), a primeira fase

de circulação do ciclo do capital das economias dependentes depende de investimentos estrangeiros. Por conta disso, a análise da maneira como evoluíram os Investimentos Externos Diretos realizados no Brasil ao longo dos últimos vinte anos – tanto da origem desses investimentos quando dos setores para os quais eles se destinaram – permite que façamos uma análise empírica daquelas que são algumas das fontes de investimentos que iniciam a primeira fase de circulação do capital nas economias dependentes.

Os dados expostos na **Figura 5** abaixo mostram que, no primeiro quinquênio analisado (2001-2005), os principais países a realizarem investimentos em participação no capital das empresas do Brasil foram: Estados Unidos, Países Baixos, Espanha, França, Canadá e Japão, sendo os dois primeiros os principais investidores. No quinquênio seguinte (2006-2010) a principal alteração verificada foi a redução em quatro e dois pontos percentuais no volume de investimentos feitos pelos Estados Unidos e pelos Países Baixos, ao passo em que Luxemburgo aumenta sua participação nos investimentos estrangeiros no Brasil em sete pontos percentuais, em comparação ao quinquênio anterior. Dessa forma, o grupo dos seis maiores investidores no Brasil passa a ser Estados Unidos, Países Baixos, Luxemburgo, Espanha, França e Suíça.

No quinquênio seguinte, que vai de 2011 a 2015, a principal modificação verificada foi a saída dos Estados Unidos da posição de maior investidor direto no Brasil – no que se refere aos investimentos externos diretos – enquanto os Países Baixos foram alçados a essa posição, sendo responsável por 21% dos IED feitos no Brasil nesse período. Já entre os anos de 2016 e 2020 o que se verifica é um nivelamento entre os níveis de investimento feitos pelos Estados Unidos e pelos Países Baixos, seguidos por Luxemburgo, Espanha, França, Ilhas Virgens e Alemanha. Para o ano de 2021, a tendência observada é uma maior centralidade dos Estados Unidos enquanto investidor direto, sendo esse país, nesse ano, responsável por 33% do IED ingressados no Brasil. Uma possível interpretação a respeito desse fato é a de que pode estar em curso uma centralização da participação dos Estados Unidos da América no fornecimento de investimentos ao Brasil.

Figura 5 - Distribuição (%) dos ingressos de investimentos diretos no Brasil por país – participação no capital: 2001-2021



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria

Ao analisarmos os Investimentos Externos Diretos pela ótica dos setores para os quais eles foram aplicados (**Tabela 4**), observa-se que, no período de 2001 a 2005, em sua grande maioria tais investimentos foram destinados ao setor de serviços, mais especificamente 54,9% deles. Desse montante, 19% foram destinados para o setor de correios e telecomunicações e 8% para o setor de comércio. O setor industrial, por sua vez, recebeu 38% dos Investimentos Externos Diretos no período de 2001 a 2005. Os subsetores mais prestigiados por esses investimentos foram os de produtos alimentícios e bebidas, de fabricação e montagem de veículos automotores e de produtos químicos. É válido ressaltar que no referido quinquênio, os subsetores de fabricação de produtos alimentícios, de fabricação de automóveis e de fabricação de produtos químicos foram os que tiveram maior participação na pauta de exportações brasileira na categoria de indústria de transformação.

Tabela 4 - Ingressos de investimentos diretos no país – participação no capital (US\$ milhões de 2021) e distribuição (%) por setor (CNAE 1): 2001-2005

Atividade Econômicas (CNAE 1)	2001-2005	
	US\$	(%)
<i>Agricultura, pecuária e extrativa mineral</i>	9.775	7,1%
Extração de minerais metálicos	3.522	2,6%
Extração de petróleo e serviços relacionados	4.914	3,6%
Demais	1.339	1,0%
<i>Indústria</i>	51.920	37,9%
Produtos alimentícios e bebidas	14.486	10,6%
Fabricação e montagem de veículos automotores	8.979	6,6%

Produtos químicos	8.877	6,5%
Artigos de borracha e plástico	1.666	1,2%
Material eletrônico e equipamentos de comunicação	3.918	2,9%
Metalurgia básica	2.917	2,1%
Máquinas e equipamentos	2.240	1,6%
Celulose, papel e produtos de papel	1.215	0,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.868	1,4%
Produtos têxteis	520	0,4%
Produtos de madeira	418	0,3%
Produtos de metal	702	0,5%
Máquinas p/ escritório e equipamentos de informática	282	0,2%
Edição, impressão e reprodução de gravações	694	0,5%
Produtos minerais não-metálicos	777	0,6%
Outras indústrias	2.362	1,7%
Serviços	75.128	54,9%
Correio e telecomunicações	25.888	18,9%
Comércio	11.485	8,4%
Eletricidade, gás e água quente	9.139	6,7%
Intermediação financeira	9.024	6,6%
Serviços prestados a empresas	5.776	4,2%
Seguros e previdência privada	2.783	2,0%
Atividades imobiliárias	1.445	1,1%
Transporte	1.307	1,0%
Construção	1.596	1,2%
Atividades de informática e conexas	1.934	1,4%
Alojamento e alimentação	1.119	0,8%
Captação, tratamento e distribuição de água	262	0,2%
Outros serviços	3.371	2,5%
Total do período (em US\$ Milhões de 2021)	136.824	-
Média Anual (em US\$ Milhões de 2021)	27.365	-

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

No caso dos subsetores de máquinas e equipamentos e de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, observaram-se taxas muito baixas de investimento, o que permite verificar que os investimentos realizados no setor industrial neste quinquênio direcionaram-se mais para produção de mercadorias com menor grau de complexidade tecnológica, com exceção do setor de fabricação de automóveis (setor “tradicional” brasileiro, mas dominado por multinacionais desde suas origens, na primeira metade do século passado). Por fim, o setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral, recebeu 7% do total de IED feitos no Brasil nesse período. O subsetor de extração de petróleo e serviços relacionados recebeu 4% desse total.

A análise desses mesmos dados para os anos subseqüentes a 2005, que precisou ser feita de maneira separada por conta de modificações feitas pelo IBGE na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), mostra significativas modificações no perfil dos IED feitos no Brasil (**Tabela 5**). Em primeiro lugar, nota-se na tabela abaixo um aumento da proporção dos investimentos feitos no setor primário - agricultura, pecuária e extrativismo mineral. Enquanto no primeiro quinquênio analisado esse montante foi de 7%, no segundo quinquênio ele passa para 21. Os subsetores que concentraram a maior parte desses investimentos em ambos os casos foram a extração de minerais metálicos e a extração de petróleo e gás natural. É válido ressaltar também que, tanto no período de 2001 a 2005 quanto de 2006 a 2010 os subsetores de petróleo/extrações de minerais metálicos tiveram centralidade dentro dos

investimentos realizados no setor primário. Isso vai ao encontro do que Fontes (2010) *apud* Leite (2016, p. 11) definem como uma das manifestações do imperialismo: expropriação e controle por parte de nações capital-imperialistas sobre matérias-primas estratégicas. Outro elemento importante é que, na pauta de exportação brasileira, a participação dos subsetores de extração de minerais metálicos e de extração de petróleo bruto e gás natural dobraram sua participação no total das exportações na passagem do período de 2001 a 2005 para 2006 a 2010. Esse fato fornece um forte indício da atuação do capital internacional na configuração de perfil de inserção do Brasil no mercado internacional.

O valor proporcional dos investimentos destinados ao setor industrial, por sua vez, manteve-se constante no segundo quinquênio analisado, mas a distribuição proporcional dos subsetores inseridos nesta categoria mudou, com os investimentos em metalurgia básica chegando a 11%. Isso denota um direcionamento e uma concentração desses investimentos em um setor industrial produtor de mercadorias de médio valor agregado.

Por sua vez, o valor proporcional dos investimentos destinados ao setor de serviços apresenta uma queda significativa na passagem do primeiro para o segundo quinquênio. Essa queda também vem acompanhada de uma modificação na distribuição percentual dos investimentos nos subsetores dessa categoria: se no primeiro quinquênio o subsetor a receber a maior porcentagem de investimentos foi o de correios e telecomunicações (19%), no segundo quinquênio o subsetor de serviços financeiros e atividades auxiliares foi aquele que recebeu a maior parte dos investimentos destinados ao setor de serviços (9%).

No que se refere ao período que vai de 2011 a 2015, a primeira modificação significativa a ser notada é a drástica redução de 7 pontos percentuais no montante proporcional de investimentos feitos no setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral. O comportamento de um subsetor dessa categoria chama a atenção: a enorme queda nos investimentos em extração de minerais metálicos, que passa de 11% para 3% na passagem do segundo (2006-2010) para o terceiro quinquênio (2011-2015). Isto não significa, necessariamente, que o capital estrangeiro “abandonou” a atividade, apenas não ampliou ainda mais sua participação nela durante o período.

Tabela 5 - Ingressos de investimentos diretos no país – participação no capital (US\$ milhões de 2021) e distribuição (%) por setor (CNAE 2): 2006-2021

Atividades Econômicas	2006-2010		2011-2015		2016-2020		2021	
	US\$	(%)	US\$	(%)	US\$	(%)	US\$	(%)
<i>Agricultura, pecuária e extrativa mineral</i>	50.348	21,5%	47.796	13,8%	46.657	17,8%	3.559	9,0%
Extração de petróleo e gás natural	18.979	8,1%	27.639	8,0%	29.265	11,2%	1.379	3,5%
Extração de minerais metálicos	25.702	11,0%	10.011	2,9%	7.931	3,0%	760	1,9%
Atividades de apoio à extração de minerais	1.939	0,8%	5.785	1,7%	4.543	1,7%	227	0,6%

Agricultura, pecuária e serviços relacionados	2.004	0,9%	2.788	0,8%	3.469	1,3%	1.142	2,9%
Extração de minerais não-metálicos	306	0,1%	395	0,1%	650	0,2%	13	0,0%
Produção florestal	1.400	0,6%	1.172	0,3%	763	0,3%	36	0,1%
Demais	18	0,0%	7	0,0%	36	0,0%	2	0,0%
Indústria	89.270	38,0%	119.946	34,7%	81.799	31,2%	12.908	32,8%
Metalurgia	26.121	11,1%	20.524	5,9%	6.623	2,5%	118	0,3%
Produtos alimentícios	8.429	3,6%	15.905	4,6%	8.008	3,1%	3.753	9,5%
Produtos químicos	14.911	6,4%	12.509	3,6%	10.448	4,0%	740	1,9%
Produtos farmacêuticos e farmacêuticos	2.498	1,1%	5.182	1,5%	2.899	1,1%	176	0,4%
Veículos automotores, reboques e carrocerias	6.066	2,6%	13.836	4,0%	22.039	8,4%	3.816	9,7%
Máquinas e equipamentos	2.577	1,1%	5.097	1,5%	5.173	2,0%	461	1,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.818	0,8%	4.649	1,3%	3.051	1,2%	127	0,3%
Celulose, papel e produtos de papel	4.059	1,7%	3.386	1,0%	5.677	2,2%	248	0,6%
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	2.128	0,9%	6.709	1,9%	1.922	0,7%	827	2,1%
Produtos de borracha e de material plástico	2.577	1,1%	4.886	1,4%	2.374	0,9%	99	0,3%
Produtos minerais não-metálicos	3.363	1,4%	3.932	1,1%	4.665	1,8%	332	0,8%
Fabricação de produtos diversos	542	0,2%	1.715	0,5%	792	0,3%	61	0,2%
Bebidas	984	0,4%	6.657	1,9%	663	0,3%	0	0,0%
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	8.188	3,5%	4.594	1,3%	1.486	0,6%	1.606	4,1%
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.018	0,4%	2.328	0,7%	1.440	0,5%	68	0,2%
Outros equipamentos de transporte	453	0,2%	1.707	0,5%	1.545	0,6%	114	0,3%
Produtos de madeira, exceto móveis	568	0,2%	832	0,2%	238	0,1%	6	0,0%
Produtos têxteis	1.208	0,5%	534	0,2%	210	0,1%	2	0,0%
Edição e edição integrada à impressão	681	0,3%	694	0,2%	826	0,3%	158	0,4%
Reparação e manutenção de equipamentos de informática	102	0,0%	122	0,0%	167	0,1%	2	0,0%
Produtos do fumo	195	0,1%	2.615	0,8%	406	0,2%	-	0,0%
Outras indústrias	783	0,3%	1.531	0,4%	1.147	0,4%	193	0,5%
Serviços	95.088	40,5%	177.462	51,4%	133.961	51,0%	22.919	58,2%
Comércio, exceto veículos	14.932	6,4%	34.069	9,9%	23.389	8,9%	3.693	9,4%
Serviços financeiros e atividades auxiliares	22.016	9,4%	21.066	6,1%	11.881	4,5%	2.478	6,3%
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	3.525	1,5%	13.745	4,0%	3.262	1,2%	583	1,5%
Atividades imobiliárias	7.131	3,0%	13.698	4,0%	7.393	2,8%	760	1,9%
Eletricidade, gás e outras utilidades	8.227	3,5%	15.692	4,5%	27.158	10,3%	2.215	5,6%
Serviços de escritório e outros serviços prestados a empresas	1.566	0,7%	2.796	0,8%	2.596	1,0%	792	2,0%
Transporte	3.081	1,3%	6.772	2,0%	9.447	3,6%	209	0,5%
Construção de edifícios	5.861	2,5%	5.122	1,5%	2.513	1,0%	240	0,6%
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	3.456	1,5%	4.981	1,4%	4.980	1,9%	2.226	5,7%
Serviços de arquitetura e engenharia	1.112	0,5%	3.057	0,9%	1.693	0,6%	201	0,5%
Serviços de tecnologia da informação	2.712	1,2%	4.850	1,4%	5.523	2,1%	2.687	6,8%
Obras de infraestrutura	1.653	0,7%	4.622	1,3%	1.330	0,5%	149	0,4%
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	800	0,3%	4.289	1,2%	1.444	0,6%	441	1,1%
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	1.807	0,8%	3.161	0,9%	7.998	3,0%	236	0,6%
Telecomunicações	4.073	1,7%	19.701	5,7%	2.855	1,1%	225	0,6%
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	2.965	1,3%	2.027	0,6%	1.557	0,6%	725	1,8%
Publicidade e pesquisa de mercado	601	0,3%	1.674	0,5%	1.127	0,4%	94	0,2%
Comércio e reparação de veículos	494	0,2%	1.736	0,5%	1.563	0,6%	312	0,8%
Alimentação	369	0,2%	1.012	0,3%	723	0,3%	47	0,1%
Alojamento	1.301	0,6%	872	0,3%	1.091	0,4%	416	1,1%
Agências de viagens e operadores turísticos	90	0,0%	479	0,1%	294	0,1%	52	0,1%
Educação	998	0,4%	1.493	0,4%	2.265	0,9%	732	1,9%
Pesquisa e desenvolvimento científico	148	0,1%	578	0,2%	244	0,1%	81	0,2%
Atividades de rádio e de televisão	509	0,2%	256	0,1%	29	0,0%	-	0,0%
Captação, tratamento e distribuição de água	197	0,1%	21	0,0%	1.259	0,5%	428	1,1%
Outros serviços	5.466	2,3%	9.694	2,8%	10.348	3,9%	2.897	7,4%
Aquisição e venda de imóveis	429	0,2%	1.722	0,5%	1.128	0,4%	370	0,9%
Total do período (em US\$ Milhões de 2021)	234.706	-	345.203	-	262.417	-	39.386	-
Média Anual (em US\$ Milhões de 2021)	46.941	-	69.041	-	52.483	-	39.386	-

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Já no setor industrial, observa-se uma queda de 3 pontos percentuais na proporção de investimentos recebidos entre o segundo e o terceiro quinquênio analisados. Dentro dessa categoria, chama a atenção o subsetor de metalurgia, que sofre uma queda de 5 pontos percentuais no período que vai de 2011 a 2015, com relação ao quinquênio anterior. Na balança

comercial, nesse mesmo período, ocorre também uma redução da participação da fabricação de metais básicos, que sofre uma queda de 3 pontos percentuais.

A maior modificação na passagem do período analisado acontece, no entanto, no setor de serviços. Esse setor apresenta uma elevação de 10 pontos percentuais na participação de investimento recebidos, saindo de 41% no período que vai de 2006 a 2010, para 51% no período de 2011 a 2015. O subsetor dessa categoria que mais avança no recebimento proporcional de valores investidos é o setor de comércio, exceto veículos, que passa de 6% para 10%.

No que se refere ao período que vai de 2016 a 2020, é interessante observar que, em relação ao quinquênio anterior (2011-2016) acentua-se a queda na proporção de investimentos destinados ao setor industrial: de 35% esse valor passa para 31%. No ano de 2021 ocorre uma leve subida nesse valor, que se encerra em 33%. É interessante observar, por exemplo, que o subsetor de metalurgia sai de um percentual de 6% entre 2011 e 2016, para 3% entre 2016 e 2020 e finaliza a série analisada em menos de 1% no ano de 2021.

Já as atividades da agricultura, pecuária e extrativa mineral apresentam uma elevação de quatro pontos percentuais na proporção de investimentos externos diretos recebidos no período de 2016-2020. O subsetor de extração de petróleo e gás natural foi aquele que mais contou para essa subida, contendo, sozinho, três pontos percentuais dos quatro verificados para o setor primário. No ano de 2021, analisado individualmente, observou-se uma significativa queda no recebimento de investimentos por esse setor, que sai de 18% para 9% dos investimentos recebidos.

As atividades de serviços, por sua vez, mantêm-se na dianteira do recebimento de investimentos, recebendo 51% do total de investimentos externos diretos direcionados ao Brasil no período de 2016 a 2020. No interior dessa categoria chama a atenção o comportamento de alguns de seus subsetores, como por exemplo eletricidade, gás e outras utilidades, que recebeu 5% do total de investimentos no período de 2011 a 2016 e no período seguinte recebeu 10%. Para o ano de 2021, o setor de serviços apresenta um salto significativo, recebendo 58% de todos os investimentos externos diretos feitos no Brasil neste ano. O maior aumento nas subcategorias internas a esse setor ocorre no setor de serviços financeiros, que sai de 2% no período de 2016 a 2020 para 6% em 2021.

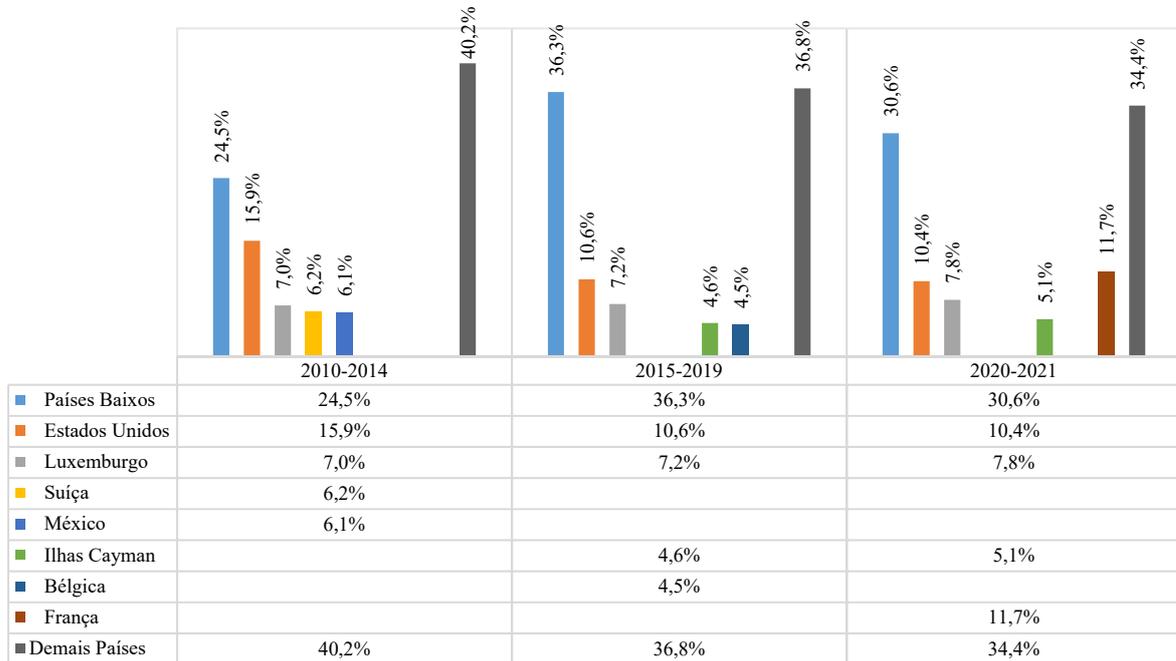
Comparando as formas de IED, os empréstimos intercompanhia (filiais já em operação no Brasil tomando emprestado de suas matrizes estrangeiras) são o principal instrumento de ingresso de capital estrangeiro no país. Pela **Tabela 6** a seguir, veremos que, entre 2010 e 2021, ingressou por esta via uma média anual de US\$ 69,4 bilhões no Brasil. Na **Tabela 5** vimos que

os IED para participação no capital foram, em média, US\$ 58,8 bilhões ao ano entre 2011 e 2021.

No que se refere aos ingressos de Investimentos Externos Diretos do tipo empréstimos intercompanhia, os dados obtidos no Banco Central do Brasil permitem afirmar que, de 2010 a 2021, os Países Baixos foram o país a realizar o maior volume de investimentos. No quinquênio de 2010 a 2014 esse país foi a origem de 24% dos IED (intercompanhia) recebidos pelo Brasil, seguido pelos Estados Unidos da América, Luxemburgo, Suíça, México e Ilhas Cayman, com 16%, 7%, 6%, 6% e 5%, respectivamente. No quinquênio seguinte, que vai de 2015 a 2019, os Países Baixos continuam no topo na lista de investidores no Brasil e inclusive aumentam o percentual de seus investimentos, passando a 36% desse total. Os Estados Unidos continuam em segundo lugar nesse quinquênio, porém com um recuo de 6 pontos percentuais em relação ao período anterior, sendo responsável por 11% dos investimentos externos diretos do tipo participação intercompanhia. Em seguida aparecem Luxemburgo, Ilhas Cayman, Suíça, Bélgica e Alemanha com 7%, 5%, 4%, 4% e 4%, respectivamente.

Nos dois últimos anos do período analisado, os Países Baixos permanecem no topo da lista de países investidores, porém com um recuo de 5 pontos percentuais, realizando 31% dos investimentos nesse período. Chama a atenção o avanço do percentual de investimentos feitos pela França, que sobe 11 pontos percentuais com relação ao período anterior e se torna o segundo país com maior percentual de investimento feitos no Brasil entre 2020 e 2021, com 12% do total. Em seguida, aparecem Estados Unidos, Luxemburgo e Ilhas Cayman, com 10%, 8% e 5%, respectivamente.

Figura 6 - Distribuição (%) dos ingressos de investimentos diretos no Brasil por país – empréstimo intercompanhia: 2001-2021



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Quanto à análise do ingresso de Investimentos Externos Diretos - empréstimos intercompanhia no Brasil a partir da ótica dos setores para os quais tais investimento foram direcionados, os dados apresentados a seguir demonstram que, no período de 2010 a 2014, 55% dos IED (intercompanhia) recebidos pelo Brasil foram direcionados ao setor industrial. Dentro desta categoria, o subsetor que mais recebeu investimentos foi o de “coque, derivados de petróleo e biocombustíveis”, com 19% dos investimentos, seguido pelo subsetor de “produtos alimentícios”, com 9%.

Nesse mesmo período, o setor de serviços recebeu 28% dos investimentos diretos, para os quais 8% destinaram-se ao subsetor de comércio, exceto veículos, e 8% ao subsetor de telecomunicações, sendo estes os principais subsetores a receber investimentos nos serviços. Por fim, o setor de agricultura, pecuária e extrativa vegetal foi o destino de 17% do total de investimentos diretos de 2010 a 2014, com os subsetores de extração de petróleo e gás natural e extração de minerais metálicos recebendo 8% e 7%, respectivamente, desses investimentos.

Tabela 6 - Ingressos de investimentos diretos no país – empréstimos intercompanhia (US\$ milhões de 2021) e distribuição (%) por setor (CNAE 2): 2006-2021

Atividades Econômicas	2010-2014		2015-2019		2020-2021	
	US\$	(%)	US\$	(%)	US\$	(%)
<i>Agricultura, pecuária e extrativa mineral</i>	<i>44.910</i>	<i>17%</i>	<i>43.785</i>	<i>11%</i>	<i>32.141</i>	<i>20%</i>
Extração de petróleo e gás natural	20.512	8%	25.172	6%	24.332	15%

Extração de minerais metálicos	19.406	7%	13.545	3%	6.058	4%
Atividades de apoio à extração de minerais	3.093	1%	2.033	1%	463	0%
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	978	0%	2.155	1%	1.025	1%
Produção florestal	747	0%	285	0%	73	0%
Extração de minerais não-metálicos	169	0%	591	0%	186	0%
Demais	5	0%	4	0%	4	0%
Indústria	144.773	55%	264.035	65%	99.586	61%
Produtos químicos	16.105	6%	41.132	10%	10.335	6%
Veículos automotores, reboques e carrocerias	8.708	3%	43.050	11%	15.880	10%
Produtos alimentícios	22.625	9%	19.054	5%	12.282	8%
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	50.143	19%	85.189	21%	38.793	24%
Bebidas	9.052	3%	10.342	3%	534	0%
Metalurgia	12.101	5%	13.809	3%	3.406	2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.159	1%	4.624	1%	1.560	1%
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	2.286	1%	3.868	1%	1.442	1%
Celulose, papel e produtos de papel	4.605	2%	20.995	5%	7.922	5%
Máquinas e equipamentos	3.015	1%	4.627	1%	2.804	2%
Outros equipamentos de transporte	1.764	1%	5.103	1%	1.209	1%
Produtos minerais não-metálicos	3.136	1%	1.711	0%	733	0%
Produtos de borracha e de material plástico	1.952	1%	1.674	0%	822	1%
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.318	0%	951	0%	372	0%
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1.325	1%	2.679	1%	564	0%
Produtos do fumo	486	0%	1.665	0%	33	0%
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1.071	0%	701	0%	82	0%
Produtos têxteis	520	0%	931	0%	260	0%
Fabricação de produtos diversos	427	0%	527	0%	177	0%
Produtos de madeira, exceto móveis	303	0%	97	0%	21	0%
Impressão e reprodução de gravações	270	0%	83	0%	17	0%
Preparação de couro e fabricação de artefatos de couro e calçados	188	0%	202	0%	89	0%
Outras indústrias	212	0%	1.022	0%	248	0%
Serviços	74.880	28%	97.943	24%	31.200	19%
Comércio, exceto veículos	20.320	8%	17.912	4%	6.485	4%
Telecomunicações	20.158	8%	14.456	4%	1.650	1%
Transporte	3.477	1%	3.860	1%	921	1%
Eletricidade, gás e outras utilidades	2.409	1%	8.526	2%	2.346	1%
Serviços financeiros e atividades auxiliares	2.690	1%	22.210	5%	7.355	5%
Obras de infraestrutura	2.899	1%	3.363	1%	212	0%
Atividades imobiliárias	2.625	1%	2.752	1%	729	0%
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	2.670	1%	3.280	1%	1.161	1%
Serviços de escritório e outros serviços prestados a empresas	1.996	1%	3.467	1%	1.547	1%
Comércio e reparação de veículos	879	0%	1.077	0%	422	0%
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	1.240	0%	1.775	0%	527	0%
Serviços de tecnologia da informação	1.330	1%	1.392	0%	991	1%
Construção de edifícios	1.483	1%	1.206	0%	229	0%
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	1.644	1%	2.608	1%	1.518	1%
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	162	0%	284	0%	0	0%
Atividades de vigilância, segurança e investigação	657	0%	1.188	0%	87	0%
Serviços de arquitetura e engenharia	1.275	0%	1.287	0%	641	0%
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	930	0%	1.561	0%	219	0%
Educação	1.081	0%	637	0%	22	0%
Alojamento	397	0%	454	0%	176	0%
Saúde	1.425	1%	677	0%	57	0%
Publicidade e pesquisa de mercado	407	0%	691	0%	348	0%
Prestação de serviços de informação	556	0%	1.050	0%	1.199	1%
Alimentação	631	0%	479	0%	105	0%
Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	229	0%	58	0%	42	0%
Atividades esportivas e de recreação e lazer	112	0%	71	0%	66	0%
Pesquisa e desenvolvimento científico	326	0%	194	0%	26	0%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	227	0%	185	0%	1.120	1%
Atividades cinematográficas, programas de televisão e música	26	0%	85	0%	52	0%
Agências de viagens e operadores turísticos	57	0%	103	0%	25	0%
Coleta, tratamento e disposição de resíduos, recuperação de materiais	81	0%	90	0%	54	0%
Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	42	0%	71	0%	26	0%
Atividades de organizações associativas	26	0%	34	0%	10	0%
Outros serviços	411	0%	859	0%	830	1%
Total do período (em US\$ milhões de 2021)	264.563	-	405.763	-	162.927	-
Média Anual (em US\$ milhões de 2021)	52.913	-	81.153	-	81.463	-

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

No quinquênio seguinte, que vai de 2015 a 2019, o setor industrial continua sendo aquele que mais recebeu investimentos diretos, inclusive aumentando em 10 pontos percentuais sua

porcentagem em relação ao total de investimentos diretos do tipo empréstimos intercompanhia nesse período. Dentre os seus subsetores, destaca-se o de “veículos automotores, reboques e carrocerias” que aumentou em 8 pontos percentuais o montante de investimentos recebidos com relação ao período anterior, recebendo 11% dos investimentos. O subsetor de “coque, derivados de petróleo e biocombustíveis” recebeu 21% mantendo-se na dianteira do setor industrial em termos de investimento. O setor de serviços, por sua vez, recebeu 24% dos investimentos diretos vindos ao Brasil, sendo os subsetores de “serviços financeiros e atividades auxiliares”, “comércio” e “telecomunicações” os mais investidos, com 5%, 4% e 4%, respectivamente.

Ainda nesse período, observou-se uma queda de 6 pontos percentuais na proporção dos investimentos destinados ao setor primário em comparação ao total investido, de maneira que esse setor recebeu apenas 11% dos investimentos nesse período, sendo 6% deles destinados ao subsetor de “petróleo e gás natural”.

Por fim, nos últimos dois anos da série temporal analisada, a principal mudança verificada foi o aumento proporcional dos investimentos destinados ao setor primário, que recebeu, no período de 2020 a 2021, 20% do total de investimentos diretos do tipo empréstimos intercompanhia destinados ao Brasil. O principal responsável por essa mudança foi o subsetor de “extração de petróleo e gás natural” que recebeu 15% dos investimentos, uma subida de 11 pontos percentuais em relação ao período anterior. O setor industrial continuou na dianteira do recebimento de investimentos, com 61% do total e tendo como subsetor mais apreciado o de “coque, derivados de petróleo e biocombustíveis” com 24% dos investimentos. Por fim, o setor de serviços recebeu 19% do total de investimentos verificados nesse período, tendo os subsetores de “serviços financeiros e atividades auxiliares” e “comércio, exceto veículos” como os mais investidos, com 5% e 4% dos investimentos, respectivamente.

Os dados analisados no presente subtópico fornecem evidências empíricas a respeito das modificações ocorridas no perfil dos investimentos estrangeiros recebidos pelo Brasil ao longo do período de 2001 a 2021. O objetivo de analisar tais investimentos é perceber como o capital internacional tem atuado na conformação do tipo de inserção que o Brasil apresenta do mercado internacional. As mudanças verificadas, no caso dos investimentos diretos do tipo participação no capital, permitem afirmar que o setor industrial perdeu espaço no recebimento de investimentos internacionais. No caso dos investimentos do tipo empréstimos intercompanhia, verificou-se um aumento dos investimentos direcionados ao setor industrial, na subcategoria de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis. No caso do setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral verificou-se um aumento no recebimento de investimentos de ambos os tipos.

Isso fornece um forte indício de como o capital internacional, por meio dos investimentos realizados no Brasil, contribui para reforçar esse tipo de inserção que o Brasil apresenta no mercado internacional: fornecendo cada vez mais produtos pertencentes ao setor agropecuário e de indústria extrativa e cada vez menos produtos relacionados à indústria de transformação; necessitando cada vez mais recorrer ao mercado internacional para obter bens de consumo, combustíveis e lubrificantes elaborados e bens intermediários elaborados (insumos industriais, alimentos e bebidas destinados ao setor industrial) e fornecendo cada vez mais bens intermediários básicos, combustíveis e lubrificantes básicos.

No próximo subtópico serão analisados os retornos, sob a forma de remessas de lucro que tais investimentos têm fornecido aos capitalistas que os realizaram.

5.4 A Renda dos Investimentos Externos Diretos (IED)

A primazia do capital internacional na geração dos ciclos de valorização do valor na economia brasileira traz consigo também sua contrapartida: o envio do excedente para o exterior, correspondentes aos rendimentos que tais investimentos proporcionaram aos capitalistas que os efetivaram. Essa transferência de mais-valia para o exterior é uma fonte de observações empíricas a respeito de quais setores da economia brasileira mais remetem lucros ao exterior e também de quais países são os principais destinatários de tais lucros. Dessa forma, os dados analisados nesta seção relacionam-se à terceira fase do ciclo de capital: o momento em que, após as mercadorias serem produzidas, os lucros obtidos com a sua realização no mercado são enviados aos capitalistas que investiram na realização desse ciclo.

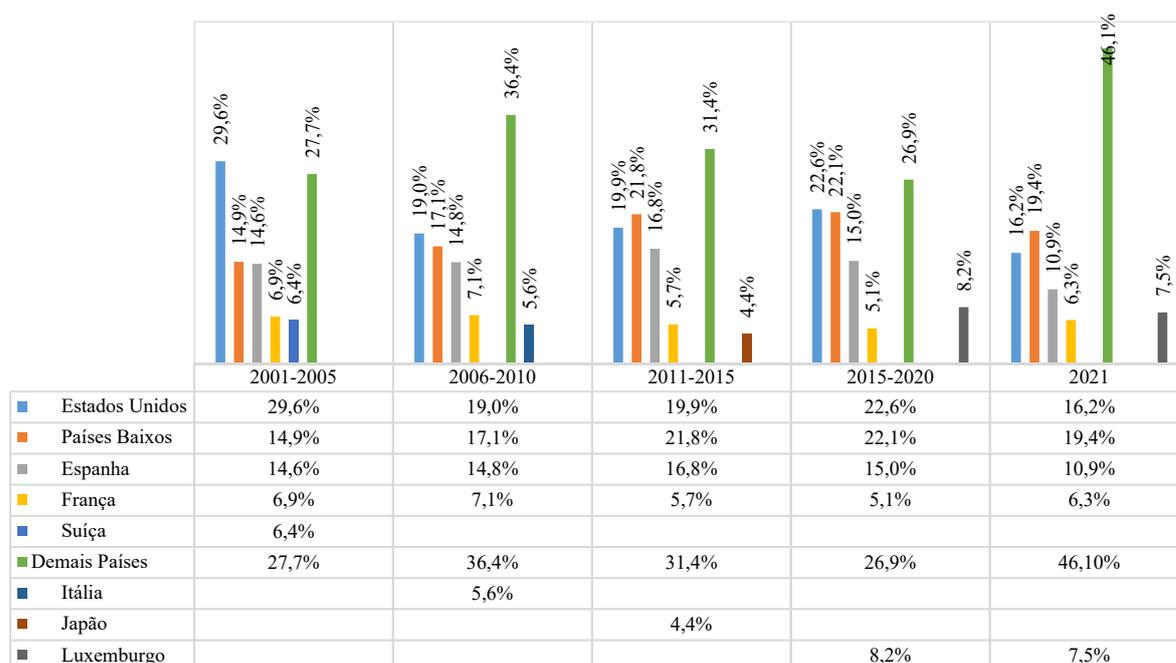
Na **Figura 7** abaixo encontra-se a distribuição por país dos valores totais remetidos ao exterior sob a forma de renda de investimentos externos diretos. Agrupados em quinquênios, a análise dos dados a seguir mostram que, no período de 2001 a 2005, os Estados Unidos foram o principal destino de rendimentos remetidos para o exterior pelo Brasil, concentrando 30% desse montante. Nesse período, junto com os Estados Unidos, figuram como os principais destinos de rendimentos os Países Baixos, a Espanha, a França e a Suíça.

No quinquênio seguinte, observa-se uma significativa queda no percentual de investimentos destinados aos Estados Unidos, que saem de 30% para 19%. É válido ressaltar, também, o aumento percentual do volume de rendimentos destinados para a Suécia e para a Itália, que passam de 1% para 4% e de 2% para 6%, respectivamente. Já no período de 2011 a 2015, a principal modificação observada refere-se ao fato de que os Países Baixos assumem a

posição de principal receptor de rendimentos de investimentos diretos. Nesse período, eles concentram 22% do total de investimentos remetidos ao exterior pelo Brasil.

Já no período de 2015 a 2020, os Estados Unidos voltam a ser o país a receber mais rendimentos de investimentos brasileiros. Chama a atenção o fato de que, Luxemburgo, no período aqui analisado, dobra o percentual de rendimentos recebidos, passando de 4% para 8%. Assim, o quadro dos cinco países a receberem mais rendimentos percentuais no período de 2015 a 2020 corresponde a: Estados Unidos, Países Baixos, Espanha Luxemburgo e França. No ano de 2021, por sua vez, os Países Baixos voltam a superar o Estados Unidos no percentual de investimentos recebidos. Mas a maior modificação nesse ano corresponde ao percentual de rendimentos recebidos pelos países que compõe a categoria de “demais países”, que em 2021 recebem 14% do total de rendimentos enviados pelo Brasil ao exterior.

Figura 7 - Distribuição (%) por país da renda do investimento externo direto – lucros e dividendos remetidos ao exterior pelo Brasil: 2001-2021



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Uma vez apresentados quais países receberam maior quantidade de rendimentos oriundos dos Investimentos Externos Diretos que realizaram no Brasil, faz-se necessário também compreender de quais setores da economia brasileira vieram tais rendimentos. Assim, no período que vai de 2001 a 2005 o setor da economia brasileira a remeter maior percentual de valor ao exterior foi o setor industrial, remetendo 49,1% de todos os rendimentos que foram

enviados ao exterior pelo Brasil nesse período. Dentro desse setor, a subcategoria que mais contribuiu para esse montante foi o setor de produtos alimentícios e bebidas, que forneceu 8,6% do total de lucros e dividendos remetidos ao exterior, seguido pelos subsetores de celulose e de metalurgia básica, que remeteram 7,1% e 6,3% respectivamente. É válido ressaltar que os setores de produtos alimentícios e de produção de metais básicos apresentaram grande participação da pauta de exportações do Brasil, sendo os dois subsetores com maior grau de participação: 17,4% e 10,3%, respectivamente.

No mesmo período, o setor de serviços foi aquele que, depois do setor industrial, mais remeteu lucros ao exterior: 47%. Dentro dessa categoria os subsetores que mais se destacaram foram os de intermediação financeira, de serviços prestados a empresas e de comércio, que remeteram 17%, 10% e 9% de todos os rendimentos que foram enviados ao exterior entre 2001 e 2005. É interessante observar que, o setor industrial não foi aquele que recebeu o maior montante de investimentos no período de 2001 a 2005: como apontado no próximo subtópico, esse setor recebeu 37,9% do total de investimentos externos diretos, ante 54,9% do setor de serviços. No entanto, a indústria do Brasil remeteu 49,1% de todos os rendimentos que foram enviados ao exterior pelo Brasil nesse período, ante 47,1% do setor de serviços. O setor primário, por sua vez, foi responsável por apenas 4 pontos percentuais do montante de rendimentos remetidos ao exterior nesse período, com centralidade para o subsetor de extração de minerais metálicos.

Tabela 7 - Renda de investimento externo direto – lucros e dividendos remetidos (US\$ milhões de 2021) e distribuição (%) por setor (CNAE 1): 2001-2005

Atividade Econômicas	2001-2005	
	US\$	(%)
<i>Agricultura, pecuária e extrativa mineral</i>	1.557	3,8%
Extração de minerais metálicos	1.149	2,8%
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	252	0,6%
Extração de petróleo e serviços relacionados	151	0,4%
Demais	6	0,0%
<i>Indústria</i>	20.223	49,1%
Produtos alimentícios e bebidas	3.557	8,6%
Metalurgia básica	2.586	6,3%
Produtos químicos	2.629	6,4%
Celulose, papel e produtos de papel	2.910	7,1%
Fabricação e montagem de veículos automotores	1.939	4,7%
Máquinas e equipamentos	1.367	3,3%
Artigos de borracha e plástico	802	1,9%
Produtos minerais não-metálicos	967	2,4%
Produtos de metal	1.237	3,0%
Produtos do fumo	648	1,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	419	1,0%
Material eletrônico e equipamentos de comunicação	416	1,0%
Equipamentos médicos, óticos, de precisão e de automação	147	0,4%
Máquinas p/ escritório e equipamentos de informática	211	0,5%
Outras indústrias	389	0,9%
<i>Serviços</i>	19.366	47,1%
Intermediação financeira	6.975	17,0%
Serviços prestados a empresas	4.219	10,3%

Comércio	3.651	8,9%
Correio e telecomunicações	2.012	4,9%
Eletricidade, gás e água quente	1.019	2,5%
Seguros e previdência privada	459	1,1%
Atividades de informática e conexas	462	1,1%
Transporte	153	0,4%
Construção	176	0,4%
Atividades imobiliárias	68	0,2%
Alojamento e alimentação	41	0,1%
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	23	0,1%
Limpeza urbana, esgoto e atividades relacionadas	48	0,1%
Outros serviços	60	0,1%
Total do período (em US\$ Milhões de 2021)	41.147	-
Média Anual (em US\$ Milhões de 2021)	8.229	-

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

No período de 2006 a 2010, por sua vez, o setor industrial apresenta uma centralidade ainda maior no que se refere ao envio de remessas de lucro ao exterior. Nesse período, sozinho, o setor industrial foi responsável por 57% de tudo aquilo que foi enviado ao exterior na forma de lucros e dividendos. Dentro dessa categoria, os subsetores com percentual mais alto de envio de lucros ao exterior foram os de veículos automotores, reboques e carrocerias e de metalurgia, responsáveis por 17% e 9% do total de lucros remetidos, respectivamente.

O setor de serviços, por sua vez, representou 41% de todos os rendimentos enviados ao exterior. Esse número representa uma queda em relação ao quinquênio anterior. Dentro desse setor, o subsetor que mais contribuiu com esse montante percentual foi o de serviços financeiros e atividades auxiliares, com 12%, seguido pelos subsetores de eletricidade/gás e telecomunicações, com 6% cada. Já o setor primário, por sua vez, foi responsável por apenas 3% de todos os lucros que foram remetidos ao exterior.

Nesse período chama a atenção o fato de que, mais uma vez, o setor industrial lidera o envio de rendimentos ao exterior (57%) em contraposição ao fato de que recebeu apenas 38% dos investimentos diretos desse período. Dentro desse setor observa-se também o fato de que o subsetor de metalurgia é aquele que mais recebe investimentos estrangeiros (11%) mas é o subsetor de veículos automotores, reboques e carrocerias o que mais remete rendimentos ao exterior (17%). É mais contrastante ainda o que se observa no setor primário, que recebe 21% dos investimentos diretos, mas participa com apenas 3% no envio de rendimentos ao exterior. Nesse caso, até mesmo em valores nominais o valor de investimentos recebidos (US\$ 50.348 milhões de dólares de 2021) supera em muito o valor de rendimentos enviados: US\$ 3.696 milhões de dólares de 2021.

No quinquênio de 2011 a 2015 nota-se uma alteração significativa no padrão verificado nos períodos anteriores. O setor industrial sofre um grande debacle no volume de rendimentos que remeteu ao exterior nesse período, saindo do patamar de 57% do total de investimentos

remetidos para 39%. Dentro dessa categoria chama a atenção os subsetores de metalurgia e de veículos automotores, reboques e carrocerias, que diminuem os percentuais de lucros remetidos ao exterior em 7% e 6%, respectivamente.

O setor de serviços, por seu turno, aumenta em grande medida o seu percentual de lucros remetidos, passando a ser, no período de 2011 a 2015, o setor mais lucrativo para os investidores internacionais, por sair de um patamar de 41% para 56% do volume de lucros e dividendos enviados ao exterior, um aumento de aproximadamente 15%. No interior dessa categoria, os subsetores que mais contribuíram para esse crescimento foram os de comércio, exceto veículos e de telecomunicações, que tiveram aumentos de 4 e de 3 pontos percentuais, respectivamente. O setor primário, apresentou leve alta do valor proporcional de rendimentos remetidos, passando de 3% para 5% em virtude de expansões de lucros remetidos nos subsetores de extração de minerais metálicos e de extração de petróleo e gás natural.

Tabela 8 - Renda do investimento externo direto – lucros e dividendos remetidos (US\$ milhões de 2021) e distribuição (%) por setor (CNAE 2): 2006-2021

Atividades econômicas	2006-2010		2011-2015		2016-2020		2021	
	US\$	(%)	US\$	(%)	US\$	(%)	US\$	(%)
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	3.696	2,7%	7.171	5,2%	6.669	6,0%	3.186	10,9%
Extração de minerais metálicos	2.609	1,9%	5.002	3,7%	1.741	1,6%	1.917	6,6%
Extração de petróleo e gás natural	115	0,1%	1.325	1,0%	3.602	3,2%	494	1,7%
Atividades de apoio à extração de minerais	519	0,4%	218	0,2%	172	0,2%	110	0,4%
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	157	0,1%	291	0,2%	871	0,8%	595	2,0%
Produção florestal	210	0,2%	208	0,2%	209	0,2%	33	0,1%
Demais	85	0,1%	128	0,1%	75	0,1%	37	0,1%
Indústria	78.432	56,6%	53.399	39,0%	38.145	34,1%	11.666	40,1%
Bebidas	7.334	5,3%	5.721	4,2%	4.519	4,0%	1.259	4,3%
Veículos automotores, reboques e carrocerias	23.613	17,0%	14.388	10,5%	1.885	1,7%	857	2,9%
Produtos químicos	7.579	5,5%	5.145	3,8%	4.493	4,0%	1.951	6,7%
Produtos minerais não-metálicos	2.486	1,8%	1.811	1,3%	428	0,4%	272	0,9%
Produtos do fumo	1.957	1,4%	910	0,7%	473	0,4%	196	0,7%
Metalurgia	11.842	8,5%	2.631	1,9%	4.388	3,9%	1.847	6,3%
Celulose, papel e produtos de papel	3.962	2,9%	2.863	2,1%	2.338	2,1%	379	1,3%
Máquinas e equipamentos	2.859	2,1%	2.417	1,8%	2.263	2,0%	381	1,3%
Produtos alimentícios	4.519	3,3%	5.628	4,1%	5.335	4,8%	1.084	3,7%
Produtos de borracha e de material plástico	1.873	1,4%	1.178	0,9%	1.328	1,2%	512	1,8%
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	3.247	2,3%	1.677	1,2%	1.890	1,7%	473	1,6%
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1.104	0,8%	753	0,5%	880	0,8%	1.370	4,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.218	1,6%	573	0,4%	1.096	1,0%	146	0,5%
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	796	0,6%	1.175	0,9%	2.198	2,0%	454	1,6%
Fabricação de produtos diversos	384	0,3%	115	0,1%	173	0,2%	16	0,1%
Produtos têxteis	330	0,2%	307	0,2%	291	0,3%	69	0,2%
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	142	0,1%	112	0,1%	275	0,2%	226	0,8%
Outros equipamentos de transporte	412	0,3%	161	0,1%	170	0,2%	61	0,2%
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	198	0,1%	207	0,2%	306	0,3%	40	0,1%
Outras indústrias	1.575	1,1%	5.628	4,1%	3.417	3,0%	74	0,3%
Serviços	56.438	40,7%	76.426	55,8%	67.212	60,0%	14.256	49,0%
Serviços financeiros e atividades auxiliares	16.266	11,7%	19.299	14,1%	22.462	20,1%	2.669	9,2%
Comércio, exceto veículos	7.195	5,2%	13.348	9,7%	8.696	7,8%	3.642	12,5%
Eletricidade, gás e outras utilidades	8.579	6,2%	7.141	5,2%	7.884	7,0%	1.875	6,4%
Telecomunicações	8.609	6,2%	13.099	9,6%	5.732	5,1%	699	2,4%
Serviços de escritório e outros serviços prestados a empresas	2.350	1,7%	4.941	3,6%	1.944	1,7%	491	1,7%
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	1.919	1,4%	4.018	2,9%	4.312	3,8%	720	2,5%
Construção de edifícios	1.237	0,9%	2.656	1,9%	1.057	0,9%	208	0,7%
Atividades imobiliárias	540	0,4%	1.732	1,3%	1.783	1,6%	383	1,3%
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	893	0,6%	1.307	1,0%	906	0,8%	195	0,7%
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	1.580	1,1%	2.995	2,2%	1.947	1,7%	577	2,0%

Obras de infraestrutura	1.310	0,9%	608	0,4%	3.102	2,8%	68	0,2%
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	2.178	1,6%	555	0,4%	249	0,2%	800	2,7%
Serviços de tecnologia da informação	521	0,4%	671	0,5%	1.006	0,9%	309	1,1%
Publicidade e pesquisa de mercado	569	0,4%	835	0,6%	523	0,5%	252	0,9%
Transporte	353	0,3%	265	0,2%	1.514	1,4%	338	1,2%
Comércio e reparação de veículos	334	0,2%	250	0,2%	134	0,1%	115	0,4%
Prestação de serviços de informação	89	0,1%	404	0,3%	831	0,7%	380	1,3%
Serviços de arquitetura e engenharia	485	0,3%	397	0,3%	359	0,3%	127	0,4%
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	157	0,1%	254	0,2%	560	0,5%	131	0,4%
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	96	0,1%	93	0,1%	18	0,0%	0	0,0%
Alojamento	256	0,2%	168	0,1%	100	0,1%	4	0,0%
Outros serviços	921	0,7%	1.391	1,0%	2.093	1,9%	273	0,9%
Total do período (em US\$ Milhões de 2021)	138.566	-	136.996	-	112.026	-	29.108	-
Média Anual (em US\$ Milhões de 2021)	27.713	-	27.399	-	22.405	-	29.108	-

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Por fim, no quinquênio que vai de 2016 a 2020 as tendências de queda no percentual de rendimentos enviados ao exterior pelo setor industrial e de alta no setor de serviços se mantêm. No primeiro caso, o setor de serviços diminui sua contribuição percentual em 5%, saindo de 39% no quinquênio anterior para 34%. Verifica-se uma drástica queda nos percentuais de rendimentos gerados pelo setor automotivo, que no período anterior representou 11% de rendimentos remetidos e, no quinquênio posterior, apenas 2%. No ano de 2021, analisado individualmente, o valor de rendimentos gerados pela indústria se recupera em 4%, em especial devido ao subsetor de produtos químicos.

O comportamento do setor de serviços por sua vez, foi de aumento de 4% na porcentagem de rendimentos gerados ao exterior. Nesse quinquênio, o setor de serviços assume o ápice de rentabilidade, sendo o setor a geral mais remessas de lucros ao exterior. Chama a atenção o subsetor de serviços financeiros e atividades auxiliares que gera 20% de todo lucro enviado ao exterior nesse período. No ano de 2021, observa-se um recuo no percentual de lucro gerado pelo setor de serviços e pelo subsetor de serviços financeiros e atividades auxiliares, que passam a um patamar de 49% e 9%, respectivamente, de lucros remetidos para fora do Brasil.

Quanto ao setor primário, este apresenta aumento de apenas 1% na passagem do período anterior para o quinquênio de 2016 a 2020. Entretanto, no ano de 2021 esse setor apresenta um crescimento atípico de valores gerados ao exterior, indo para 11% do total. O subsetor responsável por essa subida foi o de extração de minerais metálicos, que apresenta uma elevação de 5% no ano de 2021 quando comparado ao período de 2016 a 2020.

Os dados analisados no presente subtópico permitem averiguar que é crescente a participação do setor de serviços e de agricultura, pecuária e extrativismo mineral tanto no montante de remessas enviadas ao exterior sob a forma de lucros quanto no recebimento de investimentos externos diretos do tipo participação no capital (analisados no tópico anterior). Esse aumento é particularmente expressivo no caso do setor primário, que triplicou o montante

de lucros enviados ao exterior no período analisado, e no setor de serviços, que aumentou tanto sua parcela de investimentos recebidos (do tipo participação no capital) quanto no montante de lucros remetidos ao exterior, ultrapassando o setor industrial – a partir do quinquênio de 2016 a 2020.

O setor industrial, fica em um patamar intermediário quando o envio de lucros ao exterior: a frente do setor primário, mas atrás do setor de serviços a partir do período de 2016 a 2020. No entanto, sua trajetória é decrescente, de maneira a perder 9 pontos percentuais na participação dos lucros remetidos ao exterior no período em análise. Observa-se, portanto, uma correspondência entre os aumentos de investimentos externos diretos em determinados setores e os aumentos de remessas de lucro enviadas ao exterior no período em análise.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo central verificar como a integração do Brasil ao capitalismo em sua forma contemporânea (neoliberal) alterou a dependência econômica

brasileira quanto aos investimentos produtivos estrangeiros e as consequências disso para a remessa de excedente enviado ao exterior entre os anos de 2001 a 2021.

Para tanto, no primeiro capítulo foi realizada uma apresentação sobre a categoria *Padrão de Reprodução do Capital*. Neste capítulo, buscou-se na obra de Marx e de teóricos associados à Teoria Marxista da Dependência, descrever como funciona o ciclo do capital industrial bem como as variações que tal ciclo apresenta em economias que se inserem de maneira dependente na hierarquia do mercado mundial.

No segundo capítulo foi apresentada uma descrição histórica sobre as modificações sofridas pelo modo de produção capitalista a partir da Segunda Guerra Mundial. Em especial, foi abordado como tais modificações conformaram uma *Nova Divisão Internacional do Trabalho*, manifestada na forma das Cadeias Globais de Valor.

No capítulo seguinte, abordou-se o processo de adaptação do Brasil às modificações estruturais descritas no capítulo anterior. Para isso, foi realizada uma descrição histórica sobre as transformações estruturais sofridas pela economia brasileira nas últimas décadas à luz da categoria Padrão de Desenvolvimento Capitalista.

No último capítulo, realizou-se uma análise sobre a Balança Comercial do Brasil, sobre a Balança de Rendas e Serviços e sobre o ingresso de Investimentos Externos Diretos e seus rendimentos, com vistas a observação de alterações no perfil de penetração do capital estrangeiro no Brasil e da transferência de valores para o exterior. Tal análise relaciona-se diretamente com a pergunta central do presente trabalho, que é: como a conformação de uma nova divisão internacional do trabalho e a integração do Brasil a esta alterou, por um lado, os investimentos estrangeiros diretos no país e, por outro, aprofundou a dependência econômica do país?

Após a análise dos dados apresentados no capítulo 5 à luz dos aspectos teóricos abordados nos capítulos anteriores, pode-se afirmar que na atual fase do capitalismo houve um aprofundamento da dependência da economia brasileira quanto às condições de acumulação: dependência comercial e tecnológica, o que resultou em maior transferência do excedente aqui produzido para o exterior.

A análise da trajetória da Balança Comercial do Brasil no período analisado, evidencia, pelo lado das exportações, que ao longo do período de 2001 a 2021 tem havido uma reiteração da posição do Brasil enquanto fornecedor de produtos primários. Tal afirmação pode ser feita a partir da observação de que as exportações pertencentes ao setor de indústria de transformação acumularam uma queda de aproximadamente 30 pontos percentuais, enquanto que as

exportações dos setores de indústria extrativa e agropecuária acumularam altas de 20 e 10 pontos percentuais, respectivamente.

Outro fato que corrobora com essa conclusão é a observação de que as exportações feitas pelo Brasil de insumos industriais básicos aumentaram em aproximadamente 11 pontos percentuais, em substituição ao fornecimento de insumos industriais elaborados, que diminuiu em 9 pontos percentuais, aproximadamente. No que se refere ao fornecimento brasileiro de alimentos e bebidas direcionados ao setor industrial e de combustíveis e lubrificantes, pode-se afirmar o mesmo: a exportação de alimentos e bebidas básicos aumentaram 9 pontos percentuais na pauta de exportações do Brasil em detrimento do alimentos e bebidas elaborados, que diminuíram em 9 pontos percentuais na sua participação; e combustíveis e lubrificantes básicos tiveram aumento de 8 pontos percentuais enquanto combustíveis e lubrificantes elaborados diminuíram quase 50% sua participação nas exportações.

Pelo lado das importações, a análise dos anos de 2001 a 2021 permite afirmar que as importações realizadas pelo Brasil de bens relacionados à indústria de transformação são crescentes: acumularam uma alta de 6 pontos percentuais. Tal fato sugere a interpretação de que aumentou a necessidade de o Brasil recorrer ao mercado internacional para aquisição de bens manufaturados dos mais diversos tipos. Isto deve ser interpretado como consequência da desindustrialização brasileira e, portanto, do aumento da incapacidade do Brasil de prover os valores de uso necessários à sua economia. Já no setor de indústria extrativa ocorre o contrário: este acumulou uma redução de seis pontos percentuais na participação no total das importações brasileira.

Chama a atenção também o fato de que se nas exportações a participação de insumos industriais elaborados, de alimentos e bebidas elaborados e de combustíveis e lubrificantes elaborados sofreram reduções em detrimento de seus pares básicos, nas importações o oposto é verificado: reduzimos nossas importações de alimentos e bebidas básicos, de insumos industriais básicos e de combustíveis e lubrificantes básicos, e aumentamos as importações de seus pares elaborados.

Outro aspecto que corrobora com a conclusão apresentada pelo presente trabalho é o fato de que as importações brasileiras de bens associados a indústria de transformação aumentaram em 7 pontos percentuais ao longo do período analisado, enquanto suas exportações caíram aproximadamente 29 pontos percentuais. Tal fato pode ser visto como uma acentuação das especificidades do ciclo do capital nas economias dependentes, a saber, a de que na fase de produção do ciclo do capital, quando da transformação de capital-dinheiro em meios de

produção, a maior parte destes são adquiridos no exterior, o que faz com que grande porcentagem do capital internacional que adentra a economia dependente saia imediatamente ao ser trocado por meios de produção produzidos no exterior (MARINI, 2012, p. 30). Tal característica da dependência econômica tem sido aprofundada nos últimos 20 anos.

Quanto aos dados da Balança de Serviços e Rendas, pode-se afirmar que eles confirmam um aumento da dependência brasileira com relação ao uso de “fatores de produção” e de serviços necessários ao funcionamento das atividades econômicas do Brasil em todas as contas analisadas. Isso pode ser verificado pelo aumento do montante de valores remetidos ao exterior sob a forma de pagamentos pela aquisição ou pelo uso desses fatores de produção e de serviços.

Quanto a análise dos ingressos de Investimentos Externos Diretos, as mudanças verificadas, no caso dos investimentos diretos do tipo participação no capital, permitem afirmar que o setor industrial perdeu espaço no recebimento de investimentos internacionais. No caso dos investimentos do tipo empréstimos intercompanhia, verificou-se um aumento do seu direcionamento ao setor industrial, na subcategoria de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis. No caso do setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral verificou-se um aumento no recebimento de investimentos de ambos os tipos.

Isso fornece um forte indício de como o capital internacional, por meio dos investimentos realizados no Brasil, contribui para reforçar o tipo de inserção que o Brasil apresenta no mercado internacional: fornecendo cada vez mais produtos pertencentes ao setor agropecuário e de indústria extrativa e cada vez menos produtos relacionados à indústria de transformação; necessitando cada vez mais recorrer ao mercado internacional para obter bens de consumo, combustíveis e lubrificantes elaborados e bens intermediários elaborados (insumos industriais, alimentos e bebidas destinados ao setor industrial) e fornecendo cada vez mais bens intermediários básicos e combustíveis e lubrificantes básicos.

Quanto a renda proveniente desses investimentos, é crescente a participação do setor de serviços e de agricultura, pecuária e extrativismo mineral tanto no montante de remessas enviadas ao exterior sob a forma de lucros quanto no recebimento de investimentos externos diretos do tipo participação no capital (analisados no tópico anterior). Esse aumento é particularmente expressivo no caso do setor primário, que triplicou o montante de lucros enviados ao exterior no período analisado, e no setor de serviços, que aumentou tanto sua parcela de investimentos recebidos (do tipo participação no capital) quanto no montante de lucros remetidos ao exterior, ultrapassando o setor industrial – a partir do quinquênio de 2016 a 2020.

O setor industrial, fica em um patamar intermediário quanto ao envio de lucros ao exterior: a frente do setor primário, mas atrás do setor de serviços a partir do período de 2016 a 2020. No entanto, sua trajetória é decrescente, de maneira a perder 9 pontos percentuais na participação dos lucros remetidos ao exterior no período em análise.

A análise do conjunto dos dados, portanto, permite afirmar que tem havido uma modificação no direcionamento dos investimentos externos em direção, principalmente, ao setor primário e terciário e que foram exatamente esses os setores nos quais verificou-se aumento percentual no envio de remessas de lucro ao exterior. Observa-se, portanto, uma correspondência entre o direcionamento de investimentos externos diretos para os setores nos quais aumentaram as remessas de lucro enviadas ao exterior no período em análise e que tais setores apresentam correspondência ao tipo de inserção obtida pelo Brasil na economia internacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. G.; FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** IEDI, mimeo. São Paulo: IEDI, 2005

ALMEIDA, L. M. DE L. **A Desindustrialização à Luz da Teoria Econômica Marxiana: Conceitos, Definições e um estudo de caso da economia brasileira pós1990.** 2018. 285 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2018;

ALMEIDA, L. M. DE L; RIBEIRO, N. R. Valor e gestão da produção: contribuições marxianas para a compreensão da busca pela eficiência produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2015. Disponível em:

<<https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/131>>. Acesso em: 21 jan. 2023

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** *Educação & Sociedade*. Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/10827>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

ANTUNES, Jadir. **Da possibilidade à realidade: o desenvolvimento dialético das crises em O Capital de Marx.** 2005. 779 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005;

BALANCO, P.; PINTO, E. C. Padrões de desenvolvimento, funções estatais e endividamento no capitalismo contemporâneo. *Análise Econômica, [S. l.]*, v. 23, n. 44, 2005. DOI: 10.22456/2176-5456.10822. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10822>>. Acesso em: 1 abr. 2022;

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Causa e formas de manifestação da crise: uma interpretação do debate marxista.** 1996. 200 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1996;

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições.** *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.09-23, jul./dez. 2011. Semestral. Disponível em <<https://www.academia.edu/5149574/Neoliberalismo>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

CHESNAIS, François. **A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações.** *Economia e Sociedade, [S. l.]*, v. 11, n. 1, p. 1–44, 2016. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643086>>. Acesso em: 1 abr. 2022.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Ed. Xamã: São Paulo, 1996

COMIN, A. **A desindustrialização truncada: perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro**. 2009. 271 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016

DUARTE, A. M. C.. A crise do fordismo nos países centrais e no Brasil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 7, p. 48–61, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9203>. Acesso em: 1 abr. 2022.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ESPÓSITO, M. Desindustrialização no Brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 46, n. 1, p. 120–146, 2017;

FILGUEIRAS, Luiz. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 30, p. 21-27, 2010. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo177Artigo2.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

FILGUEIRAS, L. A Natureza do Atual Padrão de Desenvolvimento Brasileiro e o Processo de Desindustrialização. In: CASTRO, I. S. B. (Org.). **Novas Interpretações Desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p.371–450

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.179–206

FILGUEIRAS, Luiz. **Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual**. Caderno CrH, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, Set./Dez. 2018

FILGUEIRAS, Luís. **História do Plano Real**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2000

FRÖBEL, F.; HEINRICHS, J.; KREYE, O. The New International Division of Labour. **Social Science Information**, v. 17, n. 1, p. 123–142, 1978. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/053901847801700107?journalCode=ssic>>. Acesso em 20 de maio de 2022;

GASPAR, R. C.. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos Metrôpole** [online], v. 17, n. 33, pp. 265-296, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3312>>. ISSN 2236-9996. Acesso em 1 abr. 2022;

GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. **The Governance of Global Value Chains**. *Review of International Political Economy*. v. 12, p. 78–104. 2005. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/200465546_The_Governance_of_Global_Value_Chains>. Acesso em 20 de maio de 2022;

GOMES, Guilherme Nascimento; DIEGUES, Antônio Carlos. **Cadeias globais de valor e desindustrialização: as transformações na estrutura produtiva brasileira em perspectiva comparada à indústria internacional**. *Revista de Economia*. v. 42, n. 78, p. 387-418, 2021. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/69219>>. Acesso em 20 de maio de 2022;

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 2. ed. Sao Paulo: Loyola, c1992. 349p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004

KNUTSEN, Hege. M. **Globalization and international division of labour: two concepts—one debate?** *Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography*, Oslo, v. 52, n 3, p. 151-163, 1998;

IBGE. **Balanco de pagamentos**. 23 ago. 2006. Apresentação do Power Point. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/1449098/>>. Acesso em 19 feb. 2023;

LEITE, L. M. Imperialismo: essência e aparência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 21, 2016. **Anais...** São Bernardo do Campo: SEP, 2016. p.1–25;

LIMA, Rômulo André. A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas. **XXXVII Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, Foz do Iguaçu, 2009 (anais)

MAFRA, Rafael Alexandre. **Reestruturação produtiva e modo de gestão de pessoas em uma empresa do setor eletro-eletrônico de Santa Catarina**. 2003. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003;

MAGNO, B. et ali.. Caminhando entre gigantes: a inserção internacional dos Tigres Asiáticos e dos países da ASEAN. **Revista Interação**. v.2, n. 2, p. 125–142, 2014. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/12713>>. Acesso em 31 de Janeiro de 2023;

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2012a. cap. 1. p. 39-36

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro II, Tomos I e II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2018

MARTUSCELLI, D.E. A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor. In: BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia. (org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012;

MARTUSCELLI, D.E. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. In: NASCIMENTO, A. et al. (org.). **Economia, política e dependência: contribuições para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente**. Maceió: Edufal, 2020. p.231-259

MEDEIROS, M. S. F. Abordagem Histórica da Reestruturação Produtiva no Brasil. **Latitude**, v. 3, n. 1, p. 55–75, 2009;

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982

MENDONÇA, Antônio A. **A crise econômica capitalista e sua forma contemporânea**. 1987. 521 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1987. Disponível em < <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/8289>>. Acesso em: 31 mai. 2022

MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização na Economia Brasileira no Período 2000-2011: abordagens e indicadores**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Economia, UNESP, Araraquara, 2012;

NAKABASHI, L.; SCATOLIN, F. D.; CRUZ, M. J. V.; PORCILE, G. **Uma análise do emprego formal nos setores industrial e de serviços brasileiros**. Economia & Tecnologia - Ano 03, Vol. 09 – Abr./Jun. de 2007

OLIVEIRA, Susan Elizabeth Martins Cesar de. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comercio internacional: estratégias de insercao de Brasil e Canada**. Brasília: FUNAG, 2015. Disponível em < http://funag.gov.br/loja/download/1124-Cadeias_globais_de_valor_e_os_novos_padroes_internacionais.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2022.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2012a. cap. 2. p. 37-86.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219–232, 2010.

PALMA, J. G. **Four Sources of “De-Industrialization” and a New Concept of the “Dutch Disease”**. In: OCAMPO, J. A. (Org.). Beyond Reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability, Washington: Stanford and World Bank, 2005;

PEREIRA, Leandro Ramos. **Da indústria multidoméstica à indústria global: transformações e determinantes**. *Leituras de Economia Política*. v. 19, n. 2 (29), p. 1-97, jul./dez. 2019. Disponível em <
https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L29/07_Artigo_05_LEP_29.pdf>.

Acesso em 20 de maio de 2022

PINTO, Eduardo Costa. **As dimensões constitutivas do capitalismo contemporâneo e a desarticulação social e setorial no Brasil**. 2005. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2005;

PINTO, E. C.; BALANCO, Paulo. Dimensões constitutivas do capitalismo contemporâneo: a questão da crise e de suas saídas internas e externas. In: **V Coloquio Latino Americano de Economistas Políticos**, 2005, México. *V Coloquio Latino Americano de Economistas Políticos*, 2005.

PINTO, Eduardo Costa; BALANCO, Paulo. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 34, p. 39-60, 2014

PORTER, M. **Competition in global industries**. Boston: Harvard Business School Press, 1986;

PRADO, E. F. S. **Estrutura tecnológica e desenvolvimento regional**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

PRUX, Rossana Moreira; SALOMÃO, Ivan Colangelo. Cinquenta anos de nacional-desenvolvimentismo: notas sobre o caso brasileiro. **Revista Debate Econômico**, v. 3, n. 1, p. 5-30, 2015

RIBEIRO, Nelson Rosas. **A acumulação do capital no Brasil: expansão e crise**. 1988. 668 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1988

RIBEIRO, N. R.. **A crise econômica: uma visão marxista**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008

RIBEIRO, Thiago César. **Novo padrão de reprodução do capital: o padrão exportador de especialização produtiva na América Latina**. 2018. 93 f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Curso de Ciências Econômicas, Florianópolis, SC, 2018;

ROWTHORN, R.; WELLS, J. R. **De-Industrialization Foreign Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ROWTHORN, Robert; RAMASWANY, Ramana. **Growth, Trade and Deindustrialization**. IMF Staff Papers, Vol. 46, N.1, p. 18-41, 1999.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986

SILVA, José Alderi. **A questão da desindustrialização no Brasil**. *Revista Economia & Tecnologia (RET)*, v. 10, Número 1, p. 45-75, Jan/Mar 2014

SARTI, F.; HIRATUKA, C. **Indústria mundial: mudanças e tendências recentes**. Campinas: Unicamp, n. 186, dez. 2010. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1816/texto186.pdf>>. Acesso em 21 de junho de 2022

STAROSTA, Guido. **Revisiting the New International Division of Labour Thesis**. In: STAROSTA, Guido; CHARNOCK, G. (org) *The New International Division of Labour*. London: Palgrave Macmillan, 2016, cap. 04

TAVARES, M. DA C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1985

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. esp., p. 909–941, 2012

TORRES, Ricardo Lobato; CAVALIERI, Henrique. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 859-877, Dec. 2015.

TREGENNA, Fiona. **Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally**. Cambridge Journal of Economics, v. 33, p. 433–466, 2009

VERSIANI, F.; BARROS, J. R. M. DE. **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1977;

ZHANG, Liping; SCHIMANSKI, Silvana. **Cadeias Globais de Valor e países em desenvolvimento**. Boletim de Economia Política Internacional. n. 18, p. 73-92. set/dez 2014. Disponível em <https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/150310_boletim_internacional18_cap_5.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2022